



Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Relatório de gestão do exercício 2015

Relatório de gestão do exercício 2015

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, e da Portaria TCU nº 321/2015.

Sumário

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	5
INTRODUÇÃO	9
2 - APRESENTAÇÃO	10
2.1 APRESENTAÇÃO	10
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	11
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	11
3.2 COMPETÊNCIAS	12
3.3 NORMAS	13
3.4 HISTÓRICO	14
3.5 ORGANOGRAMA	15
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	16
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	16
4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO	27
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	29
4.2 RESULTADOS	30
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	31
4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL	32
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	37
4.3.3 RECEITAS	38
4.3.4 DESPESAS	47
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	51
4.5 FISCALIZAÇÃO	80
4.6 INDICADORES	95
5 - GOVERNANÇA	103
5.1 GOVERNANÇA	103
5.2 DIRIGENTES	104
5.3 AUDITORIA	109
5.4 APURAÇÕES	110
5.5 GESTÃO RISCOS	111
5.6 REMUNERAÇÕES	112
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	113
6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	114

6.1 CANAIS DE ACESSO	116
6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	117
6.3 TRANSPARÊNCIA	142
6.4 ACESSIBILIDADE	143
7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	144
7.1 ORÇAMENTO	144
7.2 NCASP	125
7.3 APURAÇÃO CUSTOS	127
7.4 DEMONSTRAÇÕES	128
8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	14:
8.1 GESTÃO DE PESSOAS	14:
8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	14:
8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	173
8.1.3 GESTÃO DE RISCOS	155
8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	156
8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	157
8.2.1 SISTEMAS	158
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	161
9.1 TCU	161
9.2 INTERNO	162
9.3 DANOS AO ERÁRIO	163
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	164
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	164
11 - ANEXOS E APÊNDICES	165
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	165
ASSINATURA(S)	166

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

ADJ-Brasil - Associação de Diabetes Juvenil
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CDA – Certidão Dívida Ativa
CFF – Conselho Federal de Farmácia
CID - Comunicados Internos aos Diretores
CPC – Código de Processo Civil
CRF-SP – Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
CVS - Centro de Vigilância Sanitária
DTD – Departamento de Trâmite de Documentos
ICTQ - Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade Industrial
IES – Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MP – Medida Provisória
MTC – Medicina Tradicional Chinesa
NEEST - Núcleo de Estudos Estratégicos
NPA - Não Prestação de Assistência
PAF - Programa de Assistência ao Farmacêutico
PED – Processo Ético Disciplinar
PL - Projeto de Lei
RDC – Reunião de Diretoria Colegiada
ReqNet – Sistema de Requerimento pela Internet
Res – Resolução
RT – Responsável Técnico
SAF - Semana de Assistência Farmacêutica
SECOL - Secretaria dos Colaboradores
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SINDUSFARMA - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo
Sinfar - Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo
SNGPC - Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados
SVS/MS – Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UNISO – Universidade de Sorocaba
Visas – Vigilâncias Sanitárias

TABELAS

- 4.3.1 Orçamento anual.
- 4.3.3 Receitas.
- 4.3.4 Despesas.
- 4.3.4 Despesas por Modalidade de Licitação.
- 4.4.1 Processos éticos disciplinares concluídos em 2015 pela Comissão de Ética.
- 4.4.2 Números de atendimentos em 2014 e 2015 divididos em protocolos, exigências e orientações/outros.
- 4.4.2 Número mensal de atendimentos por e-mail em 2015.
- 4.4.2 Análise de pessoa jurídica.
- 4.4.2 Documentos emitidos para pessoa jurídica.
- 4.4.2 Análise de pessoa física.
- 4.4.2 Documentos emitidos para pessoa física.
- 4.4.3.1 “Farmacêutico na Praça” simultâneo.
- 4.4.3.1 “Farmacêutico na Praça” realizadas pelas Seccionais.
- 4.4.3.1 Resumo dos dados relativos à ação Semana de Assistência Farmacêutica.
- 4.4.3.3 Reuniões do GTAM com prefeituras do Estado de São Paulo.
- 4.4.3.3 Revisão de normas já publicadas.
- 4.4.3.3 Consultas Públicas - Apreciações e Proposições
- 4.4.4.1 Número de cursos realizados e participantes.
- 4.4.4.1 Dados quantitativos dos cursos EAD 2015.
- 4.4.4.1 Eventos realizados pelas Comissões, Comitês e Seccionais.
- 4.4.4.1 Temas abordados durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo, X Seminário Internacional de Ciências Farmacêuticas e Expofar 2015.
- 4.4.4.1 Temas abordados durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo, X Seminário Internacional de Ciências Farmacêuticas e Expofar 2015.
- 4.4.5 Informativo encaminhado aos coordenadores de curso de Farmácia de Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo.
- 4.4.5 Palestras com temas diversos nas IES.
- 4.4.5. Palestra “Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional” nas IES.
- 4.4.5. Trabalhos apresentados em eventos, nacionais e internacionais, em 2015.
- 4.5 Total de Termos Lavrados no exercício de 2010 a 2015.
- 4.5 Capacitações realizadas para os farmacêuticos fiscais em 2015.
- 4.6 Total de Termos Lavrados conforme Irregularidade Constatada no período de 2010 à 2015.
- 6.2 Levantamento geral de erros de procedimentos.

QUADROS

- 4.1 Macroprocesso da Fiscalização do Exercício Profissional.
- 4.1 Macroprocesso da Ética Profissional.
- 4.1 Macroprocesso do Atendimento à pessoa física e jurídica.
- 4.1 Macroprocesso de Ações para a sociedade.
- 4.1 Macroprocesso de Ações para o farmacêutico.
- 4.1 Macroprocesso de Ações de apoio à educação farmacêutica.
- 4.6 Quadro XI. Temas disponibilizados em 2014 e 2015.
- 7.4 Balanço Financeiro.
- 7.4 Balanço Orçamentário.
- 7.4 Balanço Patrimonial.
- 7.4 Demonstrativo do Fluxo de Caixa.
- 7.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais.
- 8.1.1 Estrutura de Pessoal.
- 8.1.2 Despesa com Pessoal.
- 8.1.4 Mão de obra temporária.
- 11 Visão, Missão e Valores do CRF-SP.

FIGURAS

- 3.5 Organograma do CRF-SP.

GRÁFICOS

- 4.5 Comparativo 2011-2015 quanto ao número total de orientações realizadas.
- 4.5 Principais motivos de convocação dos profissionais na sede e seccionais do CRF-SP em 2015.
- 4.5 Comparativo 2011-2015 quanto ao número de atendimentos de orientação farmacêutica por NPA e número de PED instaurados por NPA.
- 4.5 Quantidade de termos de intimação analisados por mês, no ano de 2015.
- 4.5 Quantidade de termos de intimação cancelados por mês, no ano de 2015.
- 4.5 Número de recursos recebidos por mês, após lavratura do termo de intimação, no ano de 2015.
- 4.5 Número de ofícios emitidos por mês, no ano de 2015.
- 4.5 Comparativo 2014-2015 para nº total de ofícios emitidos.
- 4.5 Número de multas emitidas por mês, no ano de 2015.
- 4.5 Número de reincidências emitidas por mês, no ano de 2015.
- 4.5 Número de multas e reincidências emitidas por mês, no ano de 2015.
- 4.5 Número de multas e reincidências emitidas, por tipo de infração, no ano de 2015.

- 4.5 Número de multas e reincidências emitidas, por faixa salarial, no ano de 2015.
- 4.5 Comparativo 2014-2015 do número de termos de intimação analisados e multas/reincidências emitidas.
- 4.5 Tempo médio para análise de recurso (termo de intimação).
- 4.6 Proporção de Estabelecimentos Ilegais e Irregulares constatadas pela Fiscalização do CRF-SP.
- 4.6 Total de Estabelecimentos X Índice de Estabelecimentos Ilegais/Irregulares perante o CRF-SP.
- 4.6 Índice de Presença x Ausência.
- 4.6 Dados de assistência farmacêutica constatados em inspeção fiscal de 2010 a 2015.

Introdução

O presente relatório reúne informações acerca do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, destacando suas principais atribuições, dados sobre a gestão e atividades desempenhadas no exercício de 2015.

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2015, integra o processo de tomada e prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP). Apresenta a síntese dos resultados das ações implementadas pelo CRF-SP, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros.

As figuras, quadros e tabelas estão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CRF-SP	CNPJ	60.975.075/0001-10
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(11) 3067-1490
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	diretoria@crfsp.org.br		
PÁGINA INTERNET	www.crfsp.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua Capote Valente, 487 - 9º andar		
CIDADE	São Paulo	UF	SP
BAIRRO	Pinheiros	CEP	05409001
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.2 COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

O artigo 1º da Lei nº 3.820/1960 conceitua como finalidade dos Conselhos Regionais de Farmácia zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no país:

Art. 1º - Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.

Destarte, a principal finalidade do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo é fiscalizar a profissão farmacêutica, vigiando e punindo qualquer infração à lei ou ao código de ética da profissão, através do uso do poder de polícia que lhe é conferido pela lei.

Segundo o artigo 10 da lei supracitada, são competências do Conselho Regional de Farmácia:

Art. 10. - As atribuições dos Conselhos Regionais são as seguintes:

- a) registrar os profissionais de acordo com a presente lei e expedir a carteira profissional;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta lei e decidir;
- c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;
- d) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;
- e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;
- f) eleger seu representante e respectivo suplente para o Conselho Federal.
- g) dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas, com recurso suspensivo para o Conselho Federal.

3.3 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

Lei Federal nº 3.820/60

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Regimento Interno (<http://portal.crfsp.org.br/index.php/legislacao-sp-1880104235/6659-regimento-interno-crfsp-2015.html>)

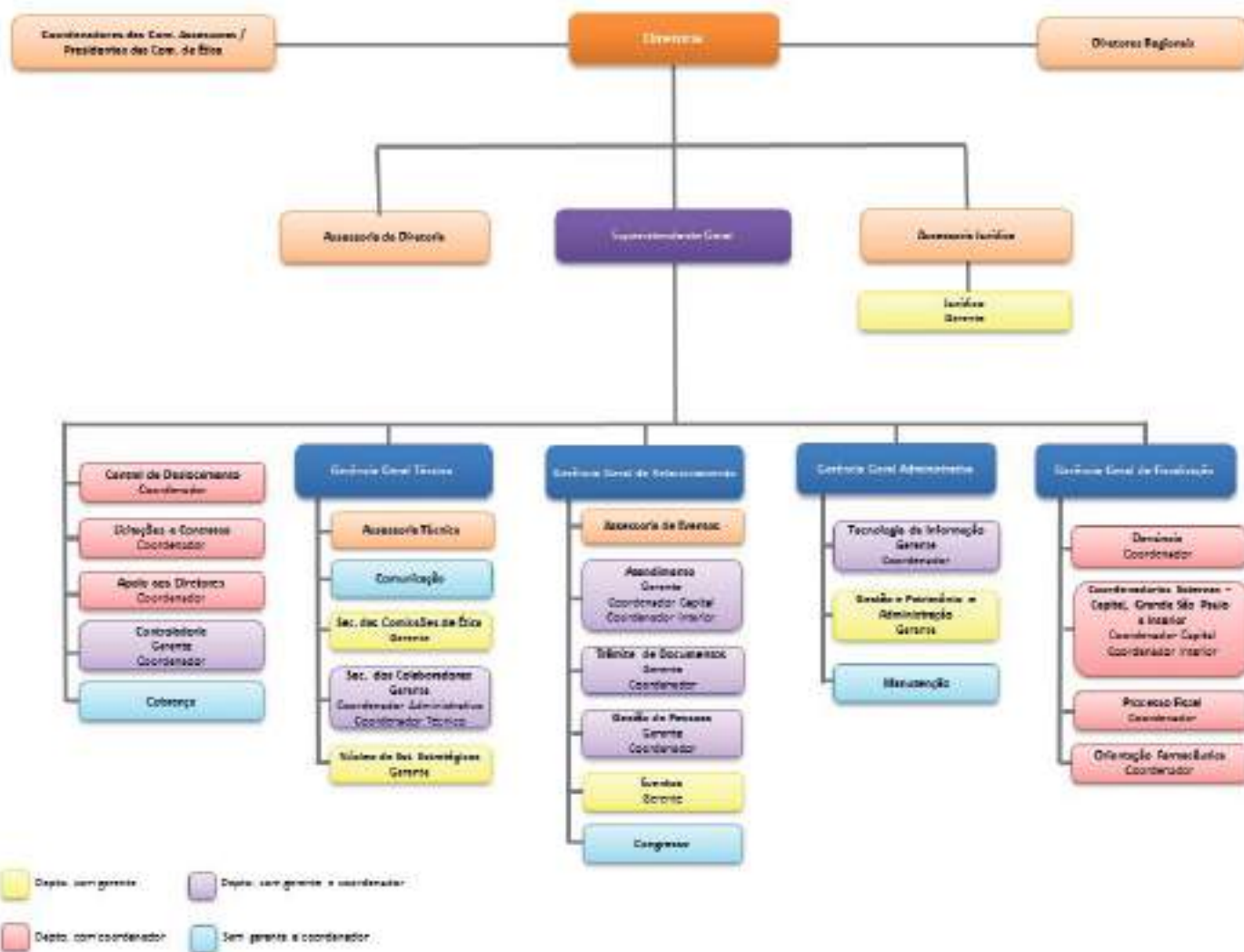
Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Resolução do CFF nº 531/2010 (<http://portal.crfsp.org.br/juridico-sp-42924454/legislacao/2039-resolucao-no-531-de-27-de-abril-%A0%A0de-2010.html>)

3.4 HISTÓRICO

Criado através da Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960, combinado com a Resolução nº 2 de 05 de julho de 1961, do Conselho Federal de Farmácia.

3.5 ORGANOGRAMA



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Organizacional do CRF-SP envolve práticas gerenciais, voltadas à obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional de zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas na sua jurisdição.

O Plano Estratégico do CRF-SP está vinculado às diretrizes estabelecidas para o respectivo ano. As diretrizes apresentadas abaixo foram determinadas sustentadas nos objetivos dos macroprocessos institucionais do CRF-SP: Fiscalização do Exercício Profissional, Ética Profissional, atendimento à pessoa física e jurídica e ações para o farmacêutico.

Diretriz 1:

Objetivo 1: Manter a fiscalização em estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária a atuação de farmacêutico;

Objetivo 2: Intensificar a fiscalização em empresas irregulares e ilegais, além da manutenção da rotina nos demais estabelecimentos.

Objetivo 3: Garantir a devida e efetiva assistência farmacêutica.

Diretriz 2:

Objetivo 1: Garantir a presteza no trâmite de processo ético disciplinar nesta instância.

Diretriz 3:

Objetivo 1: Atender com qualidade os usuários do CRF-SP

Diretriz 4:

Objetivo 1: Capilaridade da capacitação técnica

O Plano Operacional visa implementar ações que permitam a contribuição direta ao Plano Estratégico.

Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos do CRF-SP estão contemplados no Plano Estratégico do Biênio 2014/2015 do CRF-SP. Foram estabelecidos sob a ótica das competências constitucionais e legais, bem como dos resultados esperados segundo as necessidades da sociedade.

Os macroprocessos institucionais do CRF-SP são em número de 6 (seis): Fiscalização do Exercício Profissional, Ética Profissional, atendimento à pessoa física e jurídica, ações para a sociedade, ações para o farmacêutico e ações de apoio à educação farmacêutica.

A seguir são apresentados os macroprocessos com os respectivos processos, produtos e necessidades. Ressalta-se que a organização institucional está em contínua análise crítica assim, as definições dos macroprocessos e de seus respectivos processos poderão evoluir por meio de acréscimos, supressões e redefinições de seus escopos visando a melhoria contínua.

Fiscalização do Exercício Profissional

A fiscalização do exercício profissional é competência legal do CRF-SP, conforme previsto no artigo 10 da Lei nº. 3.820/60. O CRF-SP possui como missão orientar e fiscalizar o profissional farmacêutico de forma a torná-lo consciente da importância da conduta ética da profissão em benefício da saúde pública, buscando a regularidade e o resguardo da assistência farmacêutica à população.

As diretrizes da fiscalização seguem as decisões aprovadas pelos Conselheiros Regionais em Reunião Plenária e o planejamento realizado para esta atividade está regulamentado pela Resolução nº 600/14 do CFF. Todos os procedimentos adotados em fiscalização pelos fiscais do CRF-SP estão devidamente embasados na legislação vigente e constam descritos no Manual de Fiscalização que atualmente encontra-se em sua 9ª edição.

Com o objetivo de garantir assistência farmacêutica à população, há a diretriz de intensificação de fiscalização dos estabelecimentos ilegais e irregulares, ou seja, haver uma maior frequência de inspeções fiscais nesses estabelecimentos. São considerados estabelecimentos ilegais aqueles que não possuem registro e não tem farmacêutico responsável técnico perante o CRF-SP. Estabelecimentos irregulares são aqueles que já possuem registro no CRF-SP, entretanto estão sem farmacêutico como responsável técnico ou não possuem assistência farmacêutica integral prevista em lei.

O CRF-SP possui um quadro de 60 farmacêuticos fiscais, sendo que 13 fiscais atuam internamente em cargos de: superintendência, gerência, coordenação e orientação, 02 coordenadores externos e 45 fiscais atuam na fiscalização externa. Para facilitar o gerenciamento e garantir a qualidade do trabalho realizado pelos fiscais, o estado de São Paulo foi dividido em 41 áreas de fiscalização, com um profissional fixo em cada área e 04 fiscais itinerantes para dar suporte e em substituição de licenças e férias.

Quadro 1: Macroprocesso da Fiscalização do Exercício Profissional

Processo	Produtos	Necessidades
Fiscalização dos estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária à atuação de farmacêutico	Termos de inspeção e ficha de verificação* (todos os estabelecimentos fiscalizados)	Intensificar a fiscalização dos estabelecimentos ilegais e irregulares
	Termo de inspeção de intimação/auto de infração* (estabelecimentos sem registro, sem responsável técnico, sem a devida prestação de assistência farmacêutica e constatação de leigo exercendo atividade privativa da profissão)	
Orientação farmacêutica no ato da inspeção	Orientação ao farmacêutico acerca das não conformidades constatadas	Dar conhecimento ao profissional da não conformidade constatada em descumprimento à legislação vigente
Orientação farmacêutica mediante convocação por demanda interna	Orientação ao farmacêutico acerca de assuntos específicos que chegaram ao conhecimento do CRF-SP	Esclarecer os fatos identificados e dar conhecimento ao profissional da não conformidade constatada em descumprimento à legislação vigente com a finalidade de corrigir e evitar infrações éticas
Orientação farmacêutica por demanda espontânea	Orientação ao farmacêutico acerca de questionamentos técnicos e legais (telefone, e-mail ou chat online)	Esclarecer questionamentos técnicos e legais dos profissionais.
	Orientação ao farmacêutico acerca das exigências técnicas e legais da assunção de responsabilidade técnica	

Apresentação ao Presidente do CRF-SP de relatórios de fiscalização contendo condutas antiéticas de profissionais inscritos	Informação sobre condutas profissionais para análise da viabilidade de instauração de processo ético disciplinar	Atender ao regulamentado no Anexo II da Res. nº 596/14 do CFF para apuração ética da não conformidade
Denúncia	Ofícios à outros Órgãos referentes a não conformidades identificadas em inspeção fiscal ou de conhecimento do CRF-SP que não são de competência deste	Poder/dever de agir da administração pública para que outras autoridades tomem medidas cabíveis, atendendo o disposto no artigo 10, alínea “c” da Lei nº. 3.820/60.
	Relatórios de apuração de denúncias	Apurar os fatos para fins de encaminhamentos à esferas ética, civil e criminal
Análise de recursos aos termos de inspeção fiscal	Ofícios de respostas	Atender ao estabelecido na Res. nº do 566/12 CFF
	Encaminhamento de recurso ao CFF	
Execução	Emissão e encaminhamento de multas	Aplicar a penalidade aos infratores (estabelecimentos ilegais e irregulares)
	Montagem de processo administrativo	Atender ao direito de recurso

* Fichas preconizadas pela Res. nº 600/14 do CFF

Ética Profissional

A Secretaria Central das Comissões de Ética é responsável pelo apoio administrativo, técnico e jurídico à apuração de infrações éticas. Secretaria os farmacêuticos que compõem a Comissão de Ética da Sede (São Paulo) e as Comissões de Ética Descentralizadas que atuam nas Seccionais desta entidade e o Plenário com o objetivo de garantir o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal em todos os processos éticos disciplinares instaurados, conforme disposto na Res. nº 596/14 do CFF.

No ano de 2015 contou-se com 24 Comissões de Ética atuantes no Estado, sendo uma na Sede e 23 em seccionais (Adamantina, Avaré, Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Fernandópolis, Franca, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto e São José dos Campos).

Quadro 2: Macroprocesso da Ética Profissional

Processo	Produtos	Necessidades
Análise e decisão sobre a viabilidade de abertura de processo ético disciplinar	Parecer de viabilidade elaborado pela Comissão de Ética	Decisão do Presidente do CRF-SP sobre a viabilidade de abertura de processo ético-disciplinar, com base nos indícios apresentados na denúncia recebida.
Montagem do Processo Ético Disciplinar	Processo Ético Disciplinar	Formalização do processo por meio de autos.
Instalação dos trabalhos	Termo de instalação	Inicialização dos trabalhos da Comissão de Ética no processo
	Notificação ao indiciado	Dar conhecimento ao indiciado da abertura do processo
Conclusão da Comissão de Ética	Termo de depoimento pessoal e oitiva de testemunha	Secretariar os trabalhos da Comissão de Ética
	Diligências	
	Relatório de conclusão da comissão de ética	
Julgamento	Diligências	Secretariar os trabalhos dos Conselheiros
	Relatório e voto do Conselheiro Relator/Revisor	
	Acórdão de decisão plenária	
	Notificação de acórdão ao indiciado	
Recursos e Revisões	Ofício de encaminhamento de recurso ao CFF	Atender ao direito de recurso conforme disposto na Res nº 596/14 do CFF

Execução	Emissão e encaminhamento de multas	Aplicar a penalidade após trânsito em julgado da decisão
	Aplicação e publicação de suspensão/ eliminação	Aplicar a penalidade após trânsito em julgado da decisão e dar conhecimento à sociedade

Atendimento à pessoa física e jurídica

O Departamento de Atendimento visa atender o usuário com qualidade e segurança nas informações. Conta com 4 canais: atendimento pessoal, telefônico, por e-mail e por chat. O atendimento pessoal, telefônico e por e-mail são realizados em todas as Seccionais, Subsedes e na Sede do CRF-SP. O atendimento por chat é exclusivamente realizado por funcionários da Sede e atende todo o Estado de São Paulo.

Quadro 3: Macroprocesso do Atendimento à pessoa física e jurídica

Processo	Produtos	Necessidades
Atendimento pessoal, telefônico, via e-mail e por chat	Protocolos	Atender as demandas legais da pessoa física e jurídica
Triagem de protocolos	Protocolos segregados por departamento	Encaminhar a demanda da pessoa física e jurídica ao departamento responsável

Ações para a sociedade

As ações do CRF-SP para a sociedade visam, principalmente, a promoção do Uso Racional de Medicamentos, garantir a população o direito a assistência farmacêutica por meio de atividades de educação em saúde, palestras, ações na comunidade, entrevistas em veículos de comunicação, veiculação de publicidade, participação em projetos de leis que versam sobre questões de saúde e contatos com gestores públicos para melhoria da assistência farmacêutica oferecida aos cidadãos.

Quadro 4: Macroprocesso de Ações para a sociedade

Processo	Produtos	Necessidades
Educativo	Educação em saúde por meio de palestras e ações diretamente nas comunidades	Ações de educação dirigida à coletividade na promoção da saúde
Informativo	Materiais impressos e disponíveis para download	Promover à sociedade informação relacionada à saúde, em especial sobre o uso racional de medicamentos e o direito a assistência farmacêutica
	Aplicativo para celular	
	Veiculação de campanhas e entrevistas em meios de comunicação de massa	
Normativo	Regularização da assistência farmacêutica na rede pública municipal	Garantir assistência farmacêutica com acesso e uso racional de medicamento
	Participação em Conselhos de Saúde Nacional, Estadual e Municipais	Contribuir na propositura de políticas de saúde
	Ações junto a agentes políticos buscando intervenções em medidas provisórias, projetos de lei, leis municipais, revisão de normas e contribuições e consultas públicas	Beneficiar a saúde pública e a profissão

Ações para o farmacêutico

As ações do CRF-SP para o farmacêutico visam, principalmente, a promoção do Uso Racional de Medicamentos e atualiza o profissional por meio de realização de capacitações técnicas aos farmacêuticos para que o profissional ofereça produtos e serviços de qualidade à população, a qual é assegurada pela atuação de farmacêuticos tecnicamente habilitados.

Quadro 5: Macroprocesso de Ações para o farmacêutico

Processo	Produtos	Necessidades
Capacitação técnica	Curso presencial, curso à distância	Capacitação técnica dos farmacêuticos para oferta de produtos e serviços farmacêuticos de qualidade à população
	Materiais técnicos impressos e disponíveis para download (fascículos, manuais, cartilhas, informes técnicos)	
	Eventos diversos (congressos, encontros, seminários, fóruns, palestras, workshop, simpósios e mesas redondas)	
Apoio ao exercício profissional	Revista do Farmacêutico, cartilhas, manuais, e-mails marketing	Promover ao farmacêutico informações relacionadas ao exercício da profissão
	Aplicativo para celular	
	Descentralização	

Ações de apoio à educação farmacêutica

O CRF-SP realiza várias ações com o objetivo de contribuir na formação e aprimoramento de profissionais conscientes de seu papel social e ético perante a população.

Quadro 6: Macroprocesso de Ações de apoio à educação farmacêutica

Processo	Produtos	Necessidades
Educativo	Livreto - Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica: conceitos e práticas	Subsidiar o ensino de deontologia e legislação farmacêutica
	Palestras	Destacar a importância do farmacêutico para a sociedade e a ética profissional
Informativo	Informativo às Instituições de Ensino	Promover a divulgação de Resoluções relacionadas ao âmbito profissional e à educação farmacêutica.
Normativo	Participação no Grupo de Trabalho dos Conselhos e Atividades Fim da Saúde	Contribuir na formação ética dos profissionais.

4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO

O plano de ação da entidade em termos de objetivos estratégicos, foi elaborado no início da gestão para o biênio 2014/2015, e teve as seguintes diretrizes:

a) Expansão e desenvolvimento contínuo da área de Tecnologia da Informação

Criação de política para uso e implantação de novos mecanismos de controle de rede sem fio e sua ampliação para todas as unidades do CRF-SP; ampliação da digitalização dos documentos; criação de mecanismos para viabilização de reuniões remotas por meio de vídeo conferência; atualização do parque tecnológico de equipamento próprio e locado; criação de aplicativos móveis para as plataformas IOS e Android para atender aos farmacêuticos e a população; modernização da emissão da cédula de identidade profissional, inclusão de novos serviços nos diversos canais de atendimento eletrônico e sua ampliação; criação de mecanismo de atualização profissional a distância e-learning; modernização dos sistemas diversos do CRF-SP.

b) Inserção do profissional na sociedade:

Foram mantidos e ampliados os seguintes serviços:

Atualização diária do Portal com notícias da área da saúde e de interesse da profissão;
WEB TV CRF-SP;
Transmissão simultânea de seminários/cursos via web;
Publicações de matérias técnicas;
Publicação da Revista do Farmacêutico;
Canal Farmacêutico duas vezes por semana;
Envio de e-mail marketing contendo informações relacionadas à saúde e ao âmbito profissional;
Atualização diária de informações relacionadas à saúde e ao âmbito profissional em redes sociais;
Intenso trabalho de assessoria de imprensa, visando conscientizar a sociedade em relação às atribuições do Farmacêutico e meios de redução/prevenção da saúde;
Produção de banners e outros materiais gráficos e eletrônicos
Calendário dos eventos realizados pelo CRF-SP na sede e em todas as seccionais do estado;
Requerimento on line;
Consulta de profissionais inscritos;
Legislação atualizada com sistema de busca por área de atuação profissional, ato legislativo, órgão expedidor ou número da norma, entre outros serviços.
Publicação do Fascículos “Farmácia Estabelecimento de Saúde”, com temas diversos para auxiliar o farmacêutico em suas atividades cotidianas, visando implementar e melhorar a atenção farmacêutica.

c) Capacitação da Equipe de Fiscalização:

Visando a qualificação e a motivação da equipe de fiscais, a realização de capacitações sobre fiscalização nos diversos ramos do âmbito profissional, bem como os procedimentos adotados na fiscalização.

d) Aumento do quadro de fiscais:

Criação de uma vaga no Setor de Orientação Farmacêutica.

e) Fiscalização focada na irregularidade:

Intensificar a fiscalização em empresas irregulares e manter a rotina nos demais estabelecimentos.

f) Organização e atividade do Departamento Jurídico:

Intensificar o contato e a troca de informações com os Diretores, Conselheiros, Diretores Regionais, demais setores do CRF/SP e a população em geral, possibilitando a discussão de questões e o conseqüente aperfeiçoamento do Departamento Jurídico e dos procedimentos internos do CRF;

Intensificar a propositura de execuções fiscais, bem como aumentar a efetividade no acompanhamento das demandas já propostas;

Pacificar posicionamentos judiciais, nos Tribunais Superiores, favoráveis ao Conselho Regional de Farmácia quanto às questões relativas a dispensários de medicamentos, anuidades, e inscrição e responsabilidade técnica de Técnicos em Farmácia, entre outras;

Atuar extrajudicialmente e judicialmente em questões de interesse da sociedade, arrecadação da entidade e âmbito profissional;

Garantir a manutenção do âmbito profissional e ampliá-lo de acordo com a legislação vigente, através de efetiva assessoria aos Diretores, Conselheiros e Comissões do CRF-SP;

g) Formação Profissional

- promover discussões sobre a criação de um projeto de lei acerca do exame de proficiência/avaliação do egresso;

- promover discussões e acompanhamento sobre a qualidade e proliferação sem critérios de novos cursos de Farmácia.

h) Prerrogativas Profissionais:

- promover discussões sobre a falta de autonomia técnica;

- promover discussões sobre o direito de ser fiscalizado por farmacêutico;

- analisar a interferência das normas sanitárias na autonomia técnica do Farmacêutico, quando houver.

i) Avanços para a Profissão:

- implementar e discutir sobre a Prescrição Farmacêutica e seus impactos para a profissão;

- garantir, buscar e propor regulamentações para novas áreas de atuação profissional;

- incentivar a atuação do farmacêutico em atividades clínicas/voltadas ao paciente.

j) Medicamentos:

- fomentar discussões e implementar ações do Farmacêutico na dispensação e correta orientação aos usuários sobre os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) e condicionados à prescrição;

- fomentar discussões e implementar ações para que o Farmacêutico atenda às diretrizes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) instituído pela ANVISA.

k) Diminuição dos prazos de trâmite dos Processos Éticos Disciplinares no CRF-SP:

Por ser de interesse da sociedade, do profissional e da própria Autarquia, a tramitação dos processos éticos disciplinares ocorreu no menor tempo possível, em atenção ao artigo 5º inciso LXXVIII da Constituição Federal, respeitando-se também os princípios do contraditório e da ampla defesa.

l) Melhorar o Atendimento:

Ampliar os canais de atendimento do CRF-SP, buscando agilidade, eficiência e conforto para o usuário;

Atender o usuário com qualidade e segurança nas informações, por meio de capacitações dos funcionários, monitoria de qualidade no atendimento telefônico da Sede e mapeamento de erros de processos, com possibilidade de treinamento individual;

Diminuir custos com treinamentos de funcionários, utilizando o formato de vídeo conferência para assuntos menos complexos;

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

O CRF-SP é uma autarquia federal com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira que foi criado pela Lei 3.820, de 11/11/1960.

Missão/Finalidade institucional

Orientar e fiscalizar o profissional para torná-lo consciente de sua importância da conduta ética da profissão com a saúde pública, proporcionando seu desenvolvimento e ainda a satisfação de integrar uma entidade eficaz e de referência, como usuário/cliente, voluntário e funcionário.

Competências Legais

Art. 10 - As atribuições dos Conselhos Regionais são as seguintes:

- a) registrar os profissionais de acordo com a presente lei e expedir a carteira profissional;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta lei e decidir;
- c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;
- d) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;
- e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;
- f) eleger seu representante e respectivo suplente para o Conselho Federal.
- g) dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas, com recurso suspensivo para o Conselho Federal.

Análise crítica

Não contemplado.

4.2 RESULTADOS

Os itens relacionados aos resultados estão dispostos no tópico 4.4 inerente ao Desempenho Operacional.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Conteúdo não aplicável à UPC: Autarquia Pública Federal fiscalizadora da profissão não é regida pela Lei Orçamentária Anual - LOA e por não integrar o Orçamento Geral da União.

4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	51.469.000,00	56.160.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	61.469.000,00	66.160.000,00
6.2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES	51.269.000,00	55.394.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.269.000,00	55.394.000,00
6.2.1.1.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	27.681.000,00	30.830.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.681.000,00	30.830.000,00
6.2.1.1.1.01.01 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.681.000,00	30.830.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.681.000,00	30.830.000,00
6.2.1.1.1.01.01.01 - ANUIDADES	27.681.000,00	30.830.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.681.000,00	30.830.000,00
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	930.000,00	1.507.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	930.000,00	1.507.000,00
6.2.1.1.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	930.000,00	1.507.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	930.000,00	1.507.000,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITAS DE SERVIÇOS	17.364.000,00	20.125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.364.000,00	20.125.000,00
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.167.000,00	2.221.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.167.000,00	2.221.000,00
6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	1.003.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.003.000,00	660.000,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.572.000,00	5.903.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.572.000,00	5.903.000,00
6.2.1.1.1.05.06 - RECEITAS DIVERSAS	8.622.000,00	11.341.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.622.000,00	11.341.000,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	118.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.000,00	17.000,00

6.2.1.1.1.06.03 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	5.000,00
6.2.1.1.1.06.07 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	106.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00	12.000,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.176.000,00	2.915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.176.000,00	2.915.000,00
6.2.1.1.1.08.01 - MULTAS DE INFRAÇÕES	1.756.000,00	1.606.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756.000,00	1.606.000,00
6.2.1.1.1.08.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
6.2.1.1.1.08.03 - DÍVIDA ATIVA	3.420.000,00	1.279.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.420.000,00	1.279.000,00
6.2.1.1.1.08.03.01 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	3.279.000,00	1.258.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.279.000,00	1.258.000,00
6.2.1.1.1.08.03.02 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	141.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.000,00	21.000,00
6.2.1.1.1.08.04 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	766.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	10.200.000,00	10.766.000,00
6.2.1.1.2.02 - ALIENACAO DE BENS	200.000,00	329.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	329.000,00
6.2.1.1.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	200.000,00	329.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	329.000,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	437.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.000,00
6.2.1.1.2.05.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	437.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.000,00
6.2.1.1.2.06 - SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE	51.469.000,00	56.160.000,00	14.687.500,00	13.728.000,00	4.687.500,00	3.728.000,00	61.469.000,00	66.160.000,00

CRÉDITO								
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	51.469.000,00	56.160.000,00	14.687.500,00	13.728.000,00	4.687.500,00	3.728.000,00	61.469.000,00	66.160.000,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	48.592.700,00	53.160.000,00	12.129.500,00	13.353.000,00	3.557.000,00	3.673.000,00	57.165.200,00	62.840.000,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.183.800,00	17.904.000,00	4.025.400,00	5.035.000,00	947.000,00	578.000,00	20.262.200,00	22.361.000,00
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	12.693.600,00	13.020.000,00	2.593.400,00	3.195.000,00	767.000,00	243.000,00	14.520.000,00	15.972.000,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - DESPESAS COM PESSOAL VARIÁVEL	1.087.000,00	1.054.000,00	403.200,00	710.000,00	180.000,00	335.000,00	1.310.200,00	1.429.000,00
6.2.2.1.1.01.01.03 - ENCARGOS PATRONAIS	3.403.200,00	3.830.000,00	1.028.800,00	1.130.000,00	0,00	0,00	4.432.000,00	4.960.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.983.900,00	20.001.000,00	5.859.100,00	4.829.000,00	1.610.000,00	916.000,00	21.233.000,00	23.914.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	3.392.600,00	4.218.000,00	403.400,00	558.000,00	110.000,00	0,00	3.686.000,00	4.776.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - RGPS - CFF	392.500,00	410.000,00	17.500,00	98.000,00	120.000,00	113.000,00	290.000,00	395.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.600,00	50.000,00	19.400,00	1.000,00	0,00	0,00	50.000,00	51.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04 - USO DE BENS E SERVIÇOS	13.168.200,00	15.323.000,00	5.418.800,00	4.172.000,00	1.380.000,00	803.000,00	17.207.000,00	18.692.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.001 - CONSUMO DE MATERIAL	1.261.900,00	1.343.000,00	528.800,00	354.000,00	5.000,00	8.000,00	1.785.700,00	1.689.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.002 - DIARIAS	900.000,00	2.023.000,00	1.150.000,00	230.000,00	35.000,00	281.000,00	2.015.000,00	1.972.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.003 - SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	971.000,00	900.000,00	203.000,00	195.000,00	102.000,00	0,00	1.072.000,00	1.095.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.004 -	178.000,00	200.000,00	42.000,00	31.000,00	0,00	0,00	220.000,00	231.000,00

VERBAS DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES								
6.2.2.1.1.01.04.04.005 - SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	9.857.300,00	10.857.000,00	3.495.000,00	3.362.000,00	1.238.000,00	514.000,00	12.114.300,00	13.705.000,00
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.000.000,00	14.000.000,00	2.000.000,00	3.339.000,00	1.000.000,00	2.179.000,00	14.000.000,00	15.160.000,00
6.2.2.1.1.01.05.02 - CONTRIBUIÇÕES	13.000.000,00	14.000.000,00	2.000.000,00	3.339.000,00	1.000.000,00	2.179.000,00	14.000.000,00	15.160.000,00
6.2.2.1.1.01.06 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.175.000,00	1.005.000,00	245.000,00	150.000,00	0,00	0,00	1.420.000,00	1.155.000,00
6.2.2.1.1.01.06.01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	110.000,00	100.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	100.000,00
6.2.2.1.1.01.06.02 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.065.000,00	905.000,00	205.000,00	150.000,00	0,00	0,00	1.270.000,00	1.055.000,00
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
6.2.2.1.1.01.08.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
6.2.2.1.1.01.08.01.03 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	2.876.300,00	3.000.000,00	2.558.000,00	375.000,00	1.130.500,00	55.000,00	4.303.800,00	3.320.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	2.804.800,00	3.000.000,00	2.558.000,00	375.000,00	1.059.000,00	55.000,00	4.303.800,00	3.320.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	100.000,00	50.000,00	0,00	175.000,00	0,00	50.000,00	100.000,00	175.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - BENS MOVEIS	404.800,00	450.000,00	458.000,00	200.000,00	9.000,00	5.000,00	853.800,00	645.000,00
6.2.2.1.1.02.01.04 - BENS IMÓVEIS	2.300.000,00	2.500.000,00	2.100.000,00	0,00	1.050.000,00	0,00	3.350.000,00	2.500.000,00

TOTAIS:	51.469.000,00	56.160.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	61.469.000,00	66.160.000,00
----------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	-------------	-------------	----------------------	----------------------

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Conteúdo não aplicável à UPC: Ressalvada a prevista no artigo 27 da Lei 3.820/1960.

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Repasses	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	66.160.000,00	61.732.520,84	Conselho Federal de Farmácia Total:	14.060.114,49 14.060.114,49 4.427.479,16
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITAS CORRENTES	55.394.000,00	61.527.052,84	Conselho Federal de Farmácia Total:	14.060.114,49 14.060.114,49 -6.133.052,84
6.2.1.2.1.01 - 6.2.1.2.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	30.830.000,00	33.942.367,27	Conselho Federal de Farmácia Total:	8.498.441,85 8.498.441,85 -3.112.367,27
6.2.1.2.1.01.01 - 6.2.1.2.1.01.01 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.830.000,00	33.942.367,27	Conselho Federal de Farmácia Total:	8.498.441,85 8.498.441,85 -3.112.367,27
6.2.1.2.1.01.01.01 - 6.2.1.2.1.01.01.01 - ANUIDADES	30.830.000,00	33.942.367,27	Conselho Federal de Farmácia Total:	8.498.441,85 8.498.441,85 -3.112.367,27
6.2.1.2.1.01.01.01.001 - 6.2.1.2.1.01.01.01.001 - Anuidades Pessoas Físicas	19.914.000,00	21.042.752,50	Conselho Federal de Farmácia Total:	5.264.916,48 5.264.916,48 -1.128.752,50
6.2.1.2.1.01.01.01.002 - 6.2.1.2.1.01.01.01.002 - Anuidades Pessoas Jurídicas	10.916.000,00	12.899.614,77	Conselho Federal de Farmácia Total:	3.233.525,37 3.233.525,37 -1.983.614,77
6.2.1.2.1.04 - 6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	1.507.000,00	2.613.698,23	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00 -1.106.698,23
6.2.1.2.1.04.02 - 6.2.1.2.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.507.000,00	2.613.698,23	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00 -1.106.698,23
6.2.1.2.1.04.02.01 - 6.2.1.2.1.04.02.01 -	10.000,00	31.722,31		-21.722,31

Correção Monetária Caderneta de Poupança			Conselho Federal de Farmácia	0,00	
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.02 - 6.2.1.2.1.04.02.02 - Juros Caderneta de Poupança	162.000,00	122.838,50	Conselho Federal de Farmácia	0,00	39.161,50
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.04 - 6.2.1.2.1.04.02.04 - Juros Aplicações em CDB e RDB	1.147.000,00	2.166.673,23	Conselho Federal de Farmácia	0,00	-1.019.673,23
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.06 - 6.2.1.2.1.04.02.06 - Outros Rendimentos	188.000,00	292.464,19	Conselho Federal de Farmácia	0,00	-104.464,19
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITAS DE SERVIÇOS	20.125.000,00	21.743.532,08	Conselho Federal de Farmácia	4.753.320,58	-1.618.532,08
			Total:	4.753.320,58	
6.2.1.2.1.05.01 - 6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.221.000,00	2.088.442,92	Conselho Federal de Farmácia	522.325,32	132.557,08
			Total:	522.325,32	
6.2.1.2.1.05.01.01 - 6.2.1.2.1.05.01.01 - Pessoa Física	869.000,00	828.131,59	Conselho Federal de Farmácia	207.247,21	40.868,41
			Total:	207.247,21	
6.2.1.2.1.05.01.02 - 6.2.1.2.1.05.01.02 - Pessoa Jurídica	1.352.000,00	1.260.311,33	Conselho Federal de Farmácia	315.078,11	91.688,67
			Total:	315.078,11	
6.2.1.2.1.05.02 - 6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	660.000,00	576.627,63	Conselho Federal de Farmácia	144.211,75	83.372,37
			Total:	144.211,75	
6.2.1.2.1.05.02.01 - 6.2.1.2.1.05.02.01 - Pessoa Física	660.000,00	576.627,63	Conselho Federal de Farmácia	144.211,75	83.372,37
			Total:	144.211,75	

6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.903.000,00	5.512.212,47	Conselho Federal de Farmácia Total:	1.379.635,26 1.379.635,26	390.787,53
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	104.000,00	98.176,02	Conselho Federal de Farmácia Total:	24.544,30 24.544,30	5.823,98
6.2.1.2.1.05.03.02 - 6.2.1.2.1.05.03.02 - Pessoa Jurídica	5.799.000,00	5.414.036,45	Conselho Federal de Farmácia Total:	1.355.090,96 1.355.090,96	384.963,55
6.2.1.2.1.05.06 - 6.2.1.2.1.05.06 - RECEITAS DIVERSAS	11.341.000,00	13.566.249,06	Conselho Federal de Farmácia Total:	2.707.148,25 2.707.148,25	-2.225.249,06
6.2.1.2.1.05.06.01 - 6.2.1.2.1.05.06.01 - Inscrições em Congressos, Convenções, Eventos Similares, Seleções, Etc.	19.000,00	389.516,39	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	-370.516,39
6.2.1.2.1.05.06.02 - 6.2.1.2.1.05.06.02 - Stands em Congressos, Convenções, Eventos Similares,	1.000.000,00	562.157,09	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	437.842,91
6.2.1.2.1.05.06.03 - 6.2.1.2.1.05.06.03 - Cursos	10.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	10.000,00
6.2.1.2.1.05.06.04 - 6.2.1.2.1.05.06.04 - Anúncio Publicitário e Patrocínio	75.000,00	28.786,92	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	46.213,08
6.2.1.2.1.05.06.07 - 6.2.1.2.1.05.06.07 - Receita de Ônus de Sucumbência	25.000,00	28.254,44	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	-3.254,44
6.2.1.2.1.05.06.10 - 6.2.1.2.1.05.06.10 - Parcelamentos Administrativos	3.349.000,00	4.000.555,40	Conselho Federal de Farmácia Total:	999.588,15 999.588,15	-651.555,40

6.2.1.2.1.05.06.11 - 6.2.1.2.1.05.06.11 - Cobrança Judicial - Parcelamentos	6.588.000,00	8.084.657,77	Conselho Federal de Farmácia Total:	1.707.560,10 1.707.560,10	-1.496.657,77
6.2.1.2.1.05.06.99 - 6.2.1.2.1.05.06.99 - Outras Receitas Diversas	275.000,00	472.321,05	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	-197.321,05
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	17.000,00	56.198,23	Conselho Federal de Farmácia Total:	14.049,79 14.049,79	-39.198,23
6.2.1.2.1.06.03 - 6.2.1.2.1.06.03 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.000,00	14.698,53	Conselho Federal de Farmácia Total:	3.674,71 3.674,71	-9.698,53
6.2.1.2.1.06.03.01 - 6.2.1.2.1.06.03.01 - Pessoa Física	2.000,00	4.495,49	Conselho Federal de Farmácia Total:	1.123,93 1.123,93	-2.495,49
6.2.1.2.1.06.03.02 - 6.2.1.2.1.06.03.02 - Pessoa Jurídica	3.000,00	10.203,04	Conselho Federal de Farmácia Total:	2.550,78 2.550,78	-7.203,04
6.2.1.2.1.06.04 - 6.2.1.2.1.06.04 - JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	2.017,05	Conselho Federal de Farmácia Total:	504,28 504,28	-2.017,05
6.2.1.2.1.06.04.02 - 6.2.1.2.1.06.04.02 - Pessoa Jurídica	0,00	2.017,05	Conselho Federal de Farmácia Total:	504,28 504,28	-2.017,05
6.2.1.2.1.06.07 - 6.2.1.2.1.06.07 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	12.000,00	39.482,65	Conselho Federal de Farmácia Total:	9.870,80 9.870,80	-27.482,65
6.2.1.2.1.06.07.01 - 6.2.1.2.1.06.07.01 - Pessoa Física	6.000,00	19.230,55	Conselho Federal de Farmácia Total:	4.807,77 4.807,77	-13.230,55

6.2.1.2.1.06.07.02 - 6.2.1.2.1.06.07.02 - Pessoa Jurídica	6.000,00	20.252,10	Conselho Federal de Farmácia Total:	5.063,03 5.063,03	-14.252,10
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.915.000,00	3.171.257,03	Conselho Federal de Farmácia Total:	794.302,27 794.302,27	-256.257,03
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - MULTAS DE INFRAÇÕES	1.606.000,00	2.625.760,28	Conselho Federal de Farmácia Total:	657.927,80 657.927,80	-1.019.760,28
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - Multa Pelo Exercício Ilegal da Profissão	1.514.000,00	2.165.172,69	Conselho Federal de Farmácia Total:	542.629,20 542.629,20	-651.172,69
6.2.1.2.1.08.01.02 - 6.2.1.2.1.08.01.02 - Multas de Processos Éticos	45.000,00	46.761,45	Conselho Federal de Farmácia Total:	11.690,36 11.690,36	-1.761,45
6.2.1.2.1.08.01.03 - 6.2.1.2.1.08.01.03 - Multas Eleitorais	45.000,00	411.809,09	Conselho Federal de Farmácia Total:	103.103,96 103.103,96	-366.809,09
6.2.1.2.1.08.01.04 - 6.2.1.2.1.08.01.04 - Multas Sobre Anuidades	1.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.08.01.05 - 6.2.1.2.1.08.01.05 - Juros de Mora	1.000,00	2.017,05	Conselho Federal de Farmácia Total:	504,28 504,28	-1.017,05
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	28.000,00
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Indenizações	17.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	17.000,00

6.2.1.2.1.08.02.02 - 6.2.1.2.1.08.02.02 - Restituições	11.000,00	0,00	0,00 Total: 0,00	11.000,00
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - DÍVIDA ATIVA	1.279.000,00	545.496,75	Conselho Federal de Farmácia 136.374,47 Total: 136.374,47	733.503,25
6.2.1.2.1.08.03.01 - 6.2.1.2.1.08.03.01 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	1.258.000,00	464.967,47	Conselho Federal de Farmácia 116.242,11 Total: 116.242,11	793.032,53
6.2.1.2.1.08.03.01.001 - 6.2.1.2.1.08.03.01.001 - Anuidades Exercícios Anteriores	967.000,00	292.155,42	Conselho Federal de Farmácia 73.039,06 Total: 73.039,06	674.844,58
6.2.1.2.1.08.03.01.002 - 6.2.1.2.1.08.03.01.002 - Multa pelo Exercício Ilegal da Profissão	194.000,00	153.450,31	Conselho Federal de Farmácia 38.362,58 Total: 38.362,58	40.549,69
6.2.1.2.1.08.03.01.003 - 6.2.1.2.1.08.03.01.003 - Multas de Processos Éticos	2.000,00	1.021,52	Conselho Federal de Farmácia 255,38 Total: 255,38	978,48
6.2.1.2.1.08.03.01.004 - 6.2.1.2.1.08.03.01.004 - Multas Eleitorais	45.000,00	13.801,00	Conselho Federal de Farmácia 3.450,26 Total: 3.450,26	31.199,00
6.2.1.2.1.08.03.01.005 - 6.2.1.2.1.08.03.01.005 - Multas sobre Anuidades	45.000,00	2.066,49	Conselho Federal de Farmácia 516,64 Total: 516,64	42.933,51
6.2.1.2.1.08.03.01.006 - 6.2.1.2.1.08.03.01.006 - Juros de Mora	5.000,00	2.472,73	Conselho Federal de Farmácia 618,19 Total: 618,19	2.527,27
6.2.1.2.1.08.03.02 - 6.2.1.2.1.08.03.02 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	21.000,00	80.529,28	Conselho Federal de Farmácia 20.132,36 Total: 20.132,36	-59.529,28

6.2.1.2.1.08.03.02.001 - 6.2.1.2.1.08.03.02.001 - Anuidades de Exercícios Anteriores	10.000,00	39.208,31	Conselho Federal de Farmácia Total:	9.802,09 9.802,09	-29.208,31
6.2.1.2.1.08.03.02.002 - 6.2.1.2.1.08.03.02.002 - Multa pelo Exercício Ilegal da Profissão	7.000,00	35.401,13	Conselho Federal de Farmácia Total:	8.850,29 8.850,29	-28.401,13
6.2.1.2.1.08.03.02.003 - 6.2.1.2.1.08.03.02.003 - Multas de Processos Éticos	1.000,00	1.129,44	Conselho Federal de Farmácia Total:	282,36 282,36	-129,44
6.2.1.2.1.08.03.02.004 - 6.2.1.2.1.08.03.02.004 - Multas Eleitorais	1.000,00	1.996,19	Conselho Federal de Farmácia Total:	499,05 499,05	-996,19
6.2.1.2.1.08.03.02.005 - 6.2.1.2.1.08.03.02.005 - Multas sobre Anuidades	1.000,00	1.229,66	Conselho Federal de Farmácia Total:	307,42 307,42	-229,66
6.2.1.2.1.08.03.02.006 - 6.2.1.2.1.08.03.02.006 - Juros de Mora	1.000,00	1.564,55	Conselho Federal de Farmácia Total:	391,15 391,15	-564,55
6.2.1.2.1.08.04 - 6.2.1.2.1.08.04 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.000,00	0,00	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	2.000,00
6.2.1.2.1.08.04.01 - 6.2.1.2.1.08.04.01 - Receitas Não Identificadas	2.000,00	0,00	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	2.000,00
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	10.766.000,00	205.468,00	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	10.560.532,00
6.2.1.2.2.02 - 6.2.1.2.2.02 - ALIENACAO DE BENS	329.000,00	205.468,00	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	123.532,00

6.2.1.2.2.02.01 - 6.2.1.2.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	329.000,00	205.468,00	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	123.532,00
6.2.1.2.2.02.01.05 - 6.2.1.2.2.02.01.05 - Veículos	329.000,00	205.468,00	Conselho Federal de Farmácia Total:	0,00 0,00	123.532,00
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	437.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	437.000,00
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	437.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	437.000,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - Indenizações	437.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	437.000,00
6.2.1.2.2.06 - 6.2.1.2.2.06 - SALDO DE EXERCÍCIOS	10.000.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	10.000.000,00
6.2.1.2.2.06.01 - 6.2.1.2.2.06.01 - Superávit Financeiro	10.000.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	10.000.000,00

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Vencimentos e Salários	11.272.500,33	12.596.074,42	11.272.500,33	12.596.074,42	0,00	0,00	11.272.500,33	12.596.074,42
Demais elementos do grupo	3.068.735,34	3.346.201,81	3.068.735,34	3.346.201,81	0,00	0,00	3.067.710,08	3.346.201,81
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Auxílio Alimentação e Refeição	1.919.201,97	2.481.473,55	1.919.201,97	2.424.236,39	0,00	57.237,16	1.911.657,98	2.424.236,39
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde, Serviços Hospitalares e Farmacêuticos	1.076.764,00	1.283.495,38	1.076.764,00	1.283.495,38	0,00	0,00	1.025.755,58	1.283.495,38
6.2.2.1.1.01.04.04.001.009 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	381.217,27	427.565,96	381.217,27	427.565,96	0,00	0,00	381.217,27	427.565,96
6.2.2.1.1.01.04.04.001.012 - Carteirinhas de Profissional Farmacêutico	202.913,00	475.016,50	199.233,80	475.016,50	3.679,20	0,00	199.233,80	475.016,50
6.2.2.1.1.01.04.04.002.001 - Diárias de Diretoria	922.876,98	1.010.483,36	910.740,85	1.010.483,36	12.136,13	0,00	907.313,27	1.010.483,36
6.2.2.1.1.01.04.04.002.002 - Diárias do Plenário	376.882,23	392.425,24	376.857,30	392.425,24	24,93	0,00	376.857,30	392.425,24
6.2.2.1.1.01.04.04.002.004 - Diárias com as Comissões	376.116,84	405.578,81	375.007,93	405.578,81	1.108,91	0,00	373.697,09	405.578,81
6.2.2.1.1.01.04.04.005.002 - Locação de Bens Móveis, Imóveis ou Intangíveis	374.649,91	447.261,49	374.649,91	432.000,94	0,00	15.260,55	352.830,56	432.000,94
6.2.2.1.1.01.04.04.005.005 - Serviços de	443.382,89	433.746,68	443.382,89	422.419,46	0,00	11.327,22	432.582,02	422.419,46

Comunicação em Geral								
6.2.2.1.1.01.04.04.005.006 - Passagens Aéreas, Terrestres, Fluviais ou Marítimas e Despesas com Locomoção	815.718,87	510.237,84	812.769,50	510.237,84	2.949,37	0,00	778.955,39	510.237,84
6.2.2.1.1.01.04.04.005.007 - Serviço de Manutenção, Adaptação, e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	204.574,58	421.129,84	144.612,65	341.388,70	59.961,93	79.741,14	115.056,23	341.388,70
6.2.2.1.1.01.04.04.005.009 - Serviço de Divulgação e Publicidade	228.376,89	489.117,55	228.376,89	238.199,65	0,00	250.917,90	225.296,97	238.199,65
6.2.2.1.1.01.04.04.005.013 - Suprimento de Fundos	555.298,76	482.793,49	555.298,76	482.793,49	0,00	0,00	555.298,76	482.793,49
6.2.2.1.1.01.04.04.005.015 - Eventos, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	1.466.235,88	1.504.097,38	1.458.506,49	1.324.972,89	7.729,39	179.124,49	1.322.856,07	1.324.972,89
6.2.2.1.1.01.04.04.005.017 - Exposições, Congressos, Conferências e Eventos Similares	353.063,44	1.073.738,71	353.063,44	1.070.008,21	0,00	3.730,50	339.313,44	1.070.008,21
6.2.2.1.1.01.04.04.005.018 - Impostos, Taxas, Multas e Pedágios	804.518,52	777.547,34	804.518,52	775.686,03	0,00	1.861,31	762.443,34	775.686,03
6.2.2.1.1.01.04.04.005.019 - Custas Processuais	350.470,93	439.028,25	350.470,93	436.028,25	0,00	3.000,00	350.470,93	436.028,25
6.2.2.1.1.01.04.04.005.020 - Serviços Postais	1.072.900,71	1.171.933,53	1.055.004,52	1.137.093,48	17.896,19	34.840,05	920.469,60	1.137.093,48
6.2.2.1.1.01.04.04.005.026 - Prestação de Serviços de Limpeza	442.709,40	904.668,44	442.709,40	804.825,71	0,00	99.842,73	381.041,56	804.825,71
6.2.2.1.1.01.04.04.005.033 - Locação de Veículos	481.361,63	614.277,07	481.361,63	611.156,14	0,00	3.120,93	439.660,90	611.156,14
6.2.2.1.1.01.04.04.005.034 - Assessoria de Imprensa	428.640,00	446.518,80	391.980,00	408.209,10	36.660,00	38.309,70	391.980,00	408.209,10
Demais elementos do grupo	4.074.817,25	4.257.003,04	4.024.498,50	3.851.525,78	50.318,75	405.477,26	3.453.112,03	3.846.749,78
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	

	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
4. Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.01.002 - Instalações	8.790,00	105.961,56	6.040,00	74.961,56	2.750,00	31.000,00	6.040,00	74.961,56
6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	17.876,00	102.257,74	17.876,00	64.225,74	0,00	38.032,00	17.876,00	62.840,74
Demais elementos do grupo	2.799.328,18	117.192,24	2.799.328,18	46.450,03	0,00	70.742,21	2.556.035,78	34.695,07
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada				Despesa Paga			
	2015		2014		2015		2014	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
a) Convite	17	157.646,55	30	233.751,76	15	157.646,55	28	233.271,76
b) Tomada de Preços	11	408.209,10	11	391.980,00	11	408.209,10	11	391.980,00
c) Concorrência	30	678.051,43	16	1.097.588,69	28	678.051,43	15	985.088,69
d) Pregão	896	9.080.706,63	885	8.467.336,61	870	9.064.175,67	799	7.392.074,21
g) Dispensa	889	1.441.571,98	1381	2.556.742,63	885	1.440.186,98	1669	2.425.331,82
h) Inexigibilidade	8258	18.746.728,35	6896	17.021.882,94	8225	18.746.728,35	7241	16.973.353,03
i) Suprimento de Fundos	2106	475.830,59	2271	555.367,66	2106	475.830,59	2268	555.367,66
j) Pagamento em Folha	826	22.470.359,93	825	20.341.639,06	824	22.470.359,93	833	20.155.610,47
k) Diárias	3439	2.534.990,76	3400	2.386.717,34	3439	2.534.990,76	3398	2.379.178,92
l) Outros	1059	2.341.789,88	1135	1.182.700,15	1069	2.341.789,88	1136	1.180.496,88

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Os resultados operacionais estão evidenciados pela quantidade e natureza dos produtos oriundos dos processos, quando possível comparativamente ao ano anterior, e segregados por macroprocessos.

4.4.1 Ética Profissional

Em 2015, foram instaurados 143 Processos Éticos Disciplinares distribuídos segundo o motivo como segue abaixo:

- Não Prestação de Assistência (NPA): 54 (37,8%)
- Denúncias: 39 (27,3%)
- Declaração em redes sociais: 01 (0,7%)
- Desacato: 01 (0,7%)
- Irregularidade Profissionais/Sanitárias: 12 (8,4%)
- Não Atender as Convocações (NAC): 20 (13,9%)
- Irregularidade em Atestado Médico: 09 (6,3%)
- Impedimento à Fiscalização: 01 (0,7 %)
- Por mais de 01 (um) motivo: 06 (4,2 %)

Os Processos Éticos Disciplinares instalados em 2015 corresponderam a 115, sendo 59 (51,3%) instalados pelas Comissões de Ética Descentralizadas e 56 (48,7%) instalados pela Comissão de Ética da Sede. Dos 115 Processos Éticos Disciplinares instalados, 2 (1,7%) encontram-se em trâmite nas Comissões de Ética.

Com relação aos Processos Éticos Disciplinares concluídos pelas Comissões de Ética em 2015 estes corresponderam a 161, sendo que 90 (55,9%) foram instalados pelas Comissões de Ética Descentralizadas (Tabela III) e 71 (44,1%) instalados pela Comissão de Ética da Sede. Nesse número de processos concluídos em 2015 (161) somam-se processos instalados em 2014, porém concluídos em 2015, que correspondem a 48, e processos instalados e concluídos em 2015 que correspondem a 113.

Tabela III. Processos éticos disciplinares concluídos em 2015 pela Comissão de Ética independentemente da data de instalação.

Comissão de Ética	Nº de Processos
Adamantina	0

Araçatuba	3
Araraquara	2
Avaré	3
Barretos	1
Bauru	3
Bragança Paulista	0
Campinas	14
Fernandópolis	1
Franca	5
Guarulhos	2
Jundiaí	4
Marília	3
Mogi das Cruzes	2
Piracicaba	4
Presidente Prudente	1
Registro	0
Ribeirão Preto	8
Santo André	10
Santos	8
São João da Boa Vista	3
São José dos Campos	8
São José Rio Preto	5
Sede	71
Total Geral	161

Em 2015 foram julgados em reunião plenária do CRF-SP 169 Processos Éticos Disciplinares, sendo que 8 (4,7%) indiciados ingressaram com recurso ao CFF. Ressalta-se que 3 Processos Éticos Disciplinares julgados em reunião plenária de 23/11/15 e 14/12/15 encontram-se ainda em prazo recursal, pois os prazos são contados a partir da juntada do Aviso de Recebimento (AR), conforme Res. CFF nº 596/14.

Visando também contribuir com o Plano Estratégico foram tomadas ações educativas.

a) Capacitação

A Secretaria Central das Comissões de Ética trabalha na capacitação de todos envolvidos na apuração das infrações éticas, ou seja, membros de Comissões de Ética, defensoria dativa, conselheiros e funcionários diretamente envolvidos nestes procedimentos. Estas capacitações visam, além de fornecer conhecimento técnico e jurídico, padronizar os trabalhos administrativos relacionados a esta atividade e acontecem de forma presencial, por meio de material apostilado e em fóruns de discussão. Em 2015 foram realizados treinamentos, que abordaram a Resolução CFF nº 596/14 e atos administrativos para Conselheiros, Presidentes de Comissão de Ética, Agentes Administrativos das Secretarias Descentralizadas e Defensoria Dativa.

b) Evento

Realizou o Seminário “Cuidado ao paciente: autonomia, direito, responsabilidade e ética” tendo como palestra de abertura o tema “Ética e autonomia profissional” proferida pelo Prof. Dr. Clóvis de Barros Filho.

4.4.2 Atendimento à pessoa física e jurídica

A Tabela IV demonstra os números de atendimentos em 2014 e 2015. Os assuntos do atendimento pessoal estão divididos em protocolos, exigências e orientações/outros. Analisando-se os dados observa-se que os atendimentos pessoais permaneceram praticamente idênticos a 2014 e que as solicitações por *internet*, cresceram 13,64%.

Tabela IV. Números de atendimentos em 2014 e 2015 divididos em protocolos, exigências e orientações/outros.

Seccional	Protocolos		Aumento	Orientações/ outros		Exigências		TOTAL GERAL	
	2014	2015	%	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Adamantina	976	955	-2,15%	1107	1347	14	41	2097	2343
Araçatuba	2522	2337	-7,34%	646	909	84	155	3252	3401
Araquara	2829	2745	-2,97%	795	774	50	26	3674	3545
Avaré	1907	1771	-7,13%	1374	842	81	128	3362	2741
Barretos	1794	1521	-15,22%	3012	2240	77	60	4883	3821
Bauru	2956	2716	-8,12%	1582	2101	129	97	4667	4914
Bragança	1769	1944	9,89%	1289	1357	55	40	3113	3341
Campinas	7630	7756	1,65%	3225	3666	196	197	11051	11619
Caraguatatuba	901	826	-8,32%	451	318	5	12	1357	1156
Fernandópolis	2708	2617	-3,36%	1046	936	438	378	4192	3931
Franca	2126	2306	8,47%	2109	2699	9	9	4244	5014
Guarulhos	3641	3554	-2,39%	2257	1912	204	214	6102	5680
Jundiaí	2810	3109	10,64%	2122	1993	201	250	5133	5352
Marília	2482	2310	-6,93%	1567	1591	61	106	4110	4007
Mogi	2789	2705	-3,01%	4149	3815	53	64	6991	6584
Osasco	4843	4550	-6,05%	3827	5287	596	656	9266	10493
Piracicaba	6243	6093	-2,40%	897	473	88	27	7228	6593
Pres. Prudente	1762	1827	3,69%	1822	1394	108	91	3692	3312
Registro	790	814	3,04%	892	740	49	53	1731	1607
Ribeirão Preto	5152	4915	-4,60%	3253	1615	274	206	8679	6736
Santo André	6260	6428	2,68%	3723	3370	490	405	10473	10203
Santos	2916	3075	5,45%	1399	900	37	57	4352	4032
S.J. Boa Vista	1952	1991	2,00%	3326	3164	117	112	5395	5267
S.J. Campos	5673	5339	-5,89%	1439	84	312	129	7424	5552
S.J. Rio Preto	5475	4954	-9,52%	306	110	144	170	5925	5234
Secc. Zona Leste	2535	3029	19,49%	548	383	261	226	3344	3638
Secc. Zona Sul	3165	3202	1,17%	1203	1162	220	288	4688	4652
Sorocaba	5207	5282	1,44%	4840	5274	493	499	10540	11055
Subsede Centro	7934	7164	-9,71%	2185	2234	1236	985	11355	10383
Subsede Leste	4113	3235	-21,35%	542	87	442	334	5097	3656
Subsede Norte	1789	1868	4,42%	1229	1251	221	193	3239	3312
Sede	30091	31943	6,15%	32871	30042	3013	2898	65975	64883
Total Geral	135740	134881	-0,63%	91033	84070	9758	9106	236531	228057
ReqNet	5366	6098	13,64%						
Total Geral	141106	140979	-0,09%	91033	84070	9758	9106	241897	234155

Em 2015, houve 17.764 atendimentos pelo CHAT, sendo que 16.443 atendimentos foram realizados pelo departamento de atendimento e 1.321 pelo departamento de orientação farmacêutica. Houve um aumento de 44% no número de atendimentos por este canal, comparando-se com 2014.

Com relação aos atendimentos por e-mail em 2015, houve 19.860 atendimentos conforme apresentado na Tabela V. Comparando-se com 2014 houve queda de cerca de 3% neste tipo de atendimento.

Tabela V. Número mensal de atendimentos por e-mail em 2015

N° de atendimentos por e-mail	
Janeiro	1982
Fevereiro	2093
Março	2369
Abril	2046
Maio	1433
Junho	1263
Julho	1672
Agosto	1658
Setembro	1533
Outubro	1322
Novembro	1652
Dezembro	837
TOTAL	19.860

Em 2015, o total de ligações na Central Telefônica da Sede do CRF-SP resultou em 43.085 ligações. As ligações de entrada ocuparam em média, 03 minutos e 24 segundos cada. Cerca de 11% de ligações foram abandonadas pelo usuário, apesar de cada funcionário ocupar em média, 45% do seu tempo na Central, em ligações.

O setor de exigência presta um atendimento personalizado visando diminuir o tempo de resolução do problema. Em 2015, houve 1.604 exigências. Cerca de 85% das exigências foram resolvidas por telefone e e-mail, sem a necessidade de envio de ofício, o que resulta em desburocratização e agilidade na prestação do serviço.

As Tabelas VI, VII, VIII e IX apresentam os números de documentos tramitados de acordo com os assuntos (solicitações protocoladas) e seus respectivos desdobramentos, no ano de 2015.

Tabela VI. Análise de pessoa jurídica

GRÁFICO I - ANÁLISE DE PESSOA JURÍDICA					
ASSUNTO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
INSCRIÇÃO PJ/REATIVAÇÃO/CADASTRO SIMPLIFICADO	413	520	552	475	1960
ASSUNÇÃO DE RT/FS/FT	2614	2541	2361	2162	9678
CANCELAMENTO PJ	454	477	392	512	1835
ALTERAÇÃO CONTRATUAL	1367	657	579	539	3142
RENOVAÇÃO/ALTERAÇÃO DE HORÁRIO	10636	2715	921	1739	16011
DIVERSOS PJ (2ª via, recursos, selos, folguistas, complementos, etc.)	1966	1762	1339	1344	6411
BAIXA RT/FS/FT (protocolos)	2888	2611	2519	2463	10481
DUPLA/TRIPLA/RECURSO INDEF	205	176	188	216	785
TOTAL	20543	11459	8851	9450	50303

Tabela VII. Documentos emitidos para pessoa jurídica

GRÁFICO II - DOCUMENTOS EMITIDOS PARA PESSOA JURÍDICA					
DOCUMENTO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
CR - INSERIDAS	10440	5334	2994	3196	21964
CR - EXPEDIDAS	9451	5418	2814	2879	20562
RRT/RFS/RFT - INSERIDOS	3372	1662	722	986	6742
RRT/RFS/RFT - EXPEDIDOS	3231	1793	742	893	6659
TOTAL	26494	14207	7272	7954	55927

Tabela VIII. Análise de pessoa física.

GRÁFICO III - ANÁLISE DE PESSOA FÍSICA					
ASSUNTO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
INSCRIÇÕES DIRETAS	2355	497	939	287	4078
TRANSFERÊNCIAS PARA SÃO PAULO/ INSC. SECUNDÁRIA	102	64	67	67	300
MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO	1106	291	637	322	2356
CANCELAMENTO/TRANSFERÊNCIA PARA OUTRO REGIONAL	351	257	467	1288	2363
APOSTILAS	72	42	59	41	214
DIVERSOS (1ª e 2ª via, certidões, isenção PF etc.)	1707	1141	1497	1134	5479
TOTAL	5693	2292	3666	3139	14790

Tabela IX. Documentos emitidos para pessoa física.

GRÁFICO IV - DOCUMENTOS EMITIDOS PARA PESSOA FÍSICA					
DOCUMENTO EXPEDIDO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
CÉULA DEFINITIVA (COM CHIP - *SOLICITADAS AO CFF)	2508	1694	2038	1443	7683
CARTEIRAS	1683	670	917	500	3770
CÉULAS PROVISÓRIAS	1646	182	549	124	2501
CERTIDÕES**	147	141	141	107	536
TOTAL	5984	2687	3645	2174	14490

4.4.3 Ações para a sociedade

4.4.3.1 Educativo

a) “Farmacêutico na Praça”

Ação pela qual são prestados serviços gratuitos à comunidade, como Orientação Farmacêutica, teste de glicemia capilar, aferição de pressão arterial, com o objetivo de aproximar os profissionais da sociedade e promover a saúde dos cidadãos atendidos. Esporadicamente também são realizados serviços de Auriculoterapia, teste de obesidade e Hepatite C, recolhimento de medicamentos, palestras, teatros sobre Homeopatia e orientações sobre armazenamento de medicamentos, avaliação de exames clínicos laboratoriais, plantas medicinais e fitoterápicos, câncer de pele, pesquisa clínica e obtenção de medicamentos na rede pública de saúde.

Tabela X. “Farmacêutico na Praça” simultâneo (setembro/2015)

Farmacêutico na Praça Simultâneo (setembro/15)	
Seccionais/Sede participantes	21
Farmacêuticos voluntários	302
Acadêmicos voluntários	310

Público presente estimado	5.000
Atendimentos realizados	9.902

Tabela XI. Outras ações “Farmacêutico na Praça” realizadas pelas Seccionais.

Outras ações Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais	
Total eventos	57
Seccionais/Sede participantes	20
Farmacêuticos voluntários	196
Acadêmicos voluntários	191
Público presente estimado	5.500
Atendimentos realizados	9.847

b) Semana de Assistência Farmacêutica – SAF

A SAF foi instituída pela Lei Estadual nº 10.687/00, de autoria do Deputado Renato Simões e tem o objetivo de levar às escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental II e Médio do Estado de São Paulo, informações sobre temas de relevância para a saúde pública, sintonizadas com a realidade dos estudantes dessa faixa etária.

A cada ano o CRF-SP elege um tema a ser trabalhado. Em 2015, o tema escolhido foi “Sexualidade”, que abordou assuntos relacionadas à sexualidade, gravidez, DSTs/AIDS e principais métodos contraceptivos utilizados pelos adolescentes. Além disso, destacou-se a importância do farmacêutico para a sociedade, profissional da saúde que está à disposição para esclarecer dúvidas sobre medicamentos e saúde.

São fornecidos cartazes para afixação nas escolas participantes e folders informativos aos estudantes sobre o tema abordado

A SAF é guiada pelo compromisso ético e educacional do CRF-SP, sem qualquer cobrança ou caráter comercial, tendo como objetivo principal a promoção da saúde pública. O foco da SAF sempre foi tornar o adolescente um agente multiplicador, ou seja, um disseminador de informações para a família, amigos, vizinhos e seu grupo de convívio. A SAF é promovida pelo CRF-SP por meio de palestras gratuitas realizadas por farmacêuticos voluntários. Estes farmacêuticos são capacitados anualmente para que atualizem seus conhecimentos sobre o assunto e abordem o tema com linguagem simples, objetiva, dinâmica e compatível com o público a ser atingido. Em 2015 ocorreram 50 capacitações em todo Estado. Os 325 farmacêuticos e acadêmicos capacitados receberam um material de apoio com conteúdo técnico do assunto a ser abordado nas palestras da

SAF. Foram realizadas 198 palestras da SAF em 92 escolas, atingindo 11.600 alunos (Tabela XII).

Tabela XII. Resumo dos dados relativos à ação Semana de Assistência Farmacêutica.

Palestras da Semana de Assistência Farmacêutica	
Capacitações	50
Farmacêuticos/acadêmicos capacitados	325
Escolas atendidas	92
Alunos contemplados	11.600
Total palestras	198

c) *“Farmacêutico contra a dengue”*

Lançamento e realização da campanha “Farmacêuticos contra a dengue”, por meio da qual os profissionais interessados foram capacitados de forma presencial na sede ou nas seccionais por meio de transmissão simultânea em 12/03/15. Além da capacitação, cujo vídeo permaneceu disponível no portal do CRF-SP até o final do ano de 2015, foram disponibilizados folderes e cartazes para os estabelecimentos que integraram a campanha, e documentos técnicos aos farmacêuticos (Ficha de atendimento farmacêutico de pacientes com suspeita de dengue e algoritmo de manejo do paciente). Foi criada uma área específica no portal com informações, materiais técnicos e notícias sobre a doença e criada uma área voltada à população no site (www.farmaceuticosp.com.br) com orientações e a relação dos estabelecimentos participantes da campanha.

4.4.3.2 Informativo

- Folderes (formato impresso e digital, disponibilizado para download no Portal do CRF-SP) sobre Homeopatia (para desmistificar os mitos e verdades da homeopatia) e GTAM (para distribuição durante o Congresso promovido pelo COSEMS/SP, com o objetivo de divulgar o trabalho promovido pelo GTAM e sensibilizar os gestores sobre a importância de regularizar a Assistência Farmacêutica nos municípios).
- Concessão de entrevistas para veículos de comunicação, com a finalidade de divulgar mensagens para a promoção do uso racional de medicamentos, além de outras informações que visam contribuir com a melhoria da qualidade de

vida da população e conscientizar os cidadãos brasileiros de seu direito à assistência farmacêutica: 149 inserções na mídia (57 em TV, 23 em jornais, 39 em veículos da *internet*, 9 em emissoras de rádio e 21 em revistas segmentadas). Houve uma expressiva aparição do CRF-SP e seus representantes na TV em telejornais e programas de grande audiência, como “Jornal Nacional”, programa “Bem Estar”, “Fantástico”, “Hoje em Dia” e outros veículos de comunicação de grande repercussão (ex: entrevistas para o programa Bem Estar sobre a ação do ácido acetilsalicílico e omeprazol e sobre intercambialidade dos medicamentos similares; para o portal Exame sobre o risco de ingestão exagerada de alguns medicamentos e medicamentos de uso rotineiro que podem ser afetados pelo hábito de fumar, beber e uso de drogas; para o portal IG sobre interações entre antibióticos e anticoncepcionais orais e para o Fantástico sobre repelentes).

- Realização e veiculação de campanhas publicitárias, com a finalidade de divulgar à sociedade a importância do farmacêutico e promover o uso racional de medicamentos:
- Dia Nacional do Farmacêutico (janeiro): veiculação de comercial de 30 segundos com o slogan “Farmacêutico: o princípio ativo da saúde” (3 inserções no jornal da Band das 19h20 às 20h30 nos dias 20, 21 e 22/01/15) e campanha em redes sociais;
- Publicação de anúncio com o slogan “Nós somos a fórmula” no jornal Estado de São Paulo em 30/04/15 e na Revista Época de 04/05/15;
- Veiculação de spot com o slogan “Farmacêutico: o princípio ativo da saúde” em rádios do interior do Estado de São Paulo (Adamantina, Araçatuba, Araraquara, Avaré, Barretos, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Espírito Santo do Pinhal/São João da Boa Vista, Fernandópolis, Franca, Guarulhos, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro/Jacupiranga, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos) no período de agosto a dezembro de 2015.
- Dia Internacional do Farmacêutico (25/09/15): publicação de anúncio com o slogan “Farmacêutico: o princípio ativo da saúde” no jornal Folha de São Paulo, banner eletrônico no site da Folha da São Paulo (na página Equilíbrio e Saúde), veiculação de spot na rádio CBN, veiculação de VT na TV Minuto

do metrô (no período de 25/09 a 10/10, nos vagões da linha azul) e veiculação do anúncio em 40 sancas (20 na linha verde e 20 na linha vermelha) e 4 painéis de metrô (2 nas Clínicas e 2 na Estação Sé) no período de 20/09 a 19/10;

- Veiculação de 3 spots no dia 29/12, sendo 2 spots na rádio Jovem Pan (Jornal da Manhã) e 1 spot na rádio CBN com o slogan: “Faz Bem Ouvir Seu Farmacêutico”;
- Campanhas durante todo o ano em redes sociais.

4.4.3.3 Normativo

a) Regularização da assistência farmacêutica na rede pública municipal

O CRF-SP realiza reuniões com os gestores e farmacêuticos das prefeituras com o objetivo de estudar a realidade de cada município e oferecer um modelo de assistência farmacêutica a ser seguido que garanta o acesso racional ao medicamento. Essas reuniões são realizadas por meio do Grupo Técnico de Apoio aos Municípios (GTAM), que foi criado em 2012 para auxiliar as prefeituras quanto à regularização da Assistência Farmacêutica da rede pública de seus municípios.

Foram realizadas reuniões com 16 municípios, firmados 10 novos acordos para regularização da assistência farmacêutica e renovado 1 acordo (Tabela XIII).

Tabela XIII. Reuniões do GTAM com prefeituras do Estado de São Paulo.

Prefeitura	Total de reuniões
Piracicaba	02
São Manuel	
Tatuí	02
Embu-Guaçu	
Bragança Paulista	01
Ilhabela	02
Hortolândia	
Piracicaba	04
SJRP	
Americana	
Mairiporã	
Pindorama	02
Mogi das Cruzes	
Piedade	02

Marília	
Sorocaba	01

b) Gerais

- Participação na Comissão de Estudo Especial de Resíduos de Serviços de Saúde da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CEE-129), com a finalidade de discutir norma técnica sobre ao assunto.
- Participação na qualidade de Conselheiro nas reuniões mensais do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED, com o objetivo de contribuir na propositura da política estadual sobre drogas, compatibilizando-a com o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, bem como acompanhar a respectiva execução; estimular pesquisas visando ao aperfeiçoamento dos conhecimentos técnico-científicos referentes ao uso e tráfico de drogas; articular, estimular, apoiar e acompanhar os programas de prevenção e tratamento, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas; encaminhar ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas propostas fundamentadas de alteração do sistema legal de prevenção, fiscalização e repressão ao uso e tráfico de drogas.
- Participação em reunião do grupo de trabalho do COMBAT (Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas) pelo CONED, com o objetivo discutir assuntos referentes a bens apreendidos do tráfico de drogas e sua utilização em prol das atividades voltadas a prevenção e recuperação no uso de drogas.
- Realização de visitas a comunidades terapêuticas para avaliação das condições de trabalho em atendimento ao CONED.
- Acompanhamento de medidas provisórias, a fim de verificar se, em seu teor ou emendas sugeridas, havia temas relativos à área de Saúde e, em especial, à Assistência Farmacêutica, para realização de intervenções em benefício da saúde pública e profissão.
- Elaboração de parecer técnico contrário a Projetos de Lei (ex: PL Estadual nº 1027 de 2015) e Leis Municipais que versam sobre criação de Banco de

Remédios Doados, inclusive por pessoas físicas, visto que tal prática pode trazer prejuízo à saúde, nos termos originariamente propostos.

- Mobilização permanente no Congresso Nacional para acompanhamento dos Projetos de Lei em tramitação, visitando os parlamentares da bancada paulista.
- Elaboração de propostas de revisão de normas já publicadas, enviadas ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo (Tabela XIV).

Tabela XIV. Revisão de normas já publicadas.

Apreciações/ Proposições Norma	Assunto	Comissões e Grupos envolvidos	Proposta
Portaria MS n° 981/2014	Altera, acresce e revoga dispositivos da Portaria n° 199/GM/MS, de 30 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do SUS e institui incentivos financeiros de custeio	Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas	Inclusão do farmacêutico como profissional apto a realizar o aconselhamento genético
Resolução SS n° 24/2000	Estabelece diretrizes para o funcionamento de Serviços de Saúde com atividades de vacinação para a profilaxia de doenças infecciosas imunopreveníveis no Estado de São Paulo	Grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde	Inclusão da farmácia como estabelecimento habilitado a administrar e comercializar vacinas, sendo o farmacêutico o responsável técnico

- Envio de contribuições para consultas públicas publicadas pela Anvisa e pelo CFF (Tabela XV).

Tabela XV. Consultas Públicas - Apreciações e Proposições

CP	Assunto	Comissões/departamentos envolvidos
CP Anvisa n° 18/2015	Dispõe sobre mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos e dá outras providências.	Indústria
CP Anvisa n° 19/2015	Dispõe sobre o registro e alterações pós-registro de produtos alergênicos industrializados de origem biológica e dá outras providências.	Indústria

CP Anvisa nº 20/2015	Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.	Resíduos Ambientais e Gestão
CP Anvisa nº 27/2015	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP)	Farmácia
CP Anvisa nº 42/2015	Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores de embalagens para alimentos e lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores de embalagens para alimentos.	Indústria
CP Anvisa nº 52/2015	Dispõe sobre as regras para o registro de produtos para diagnóstico in vitro como autoteste para o HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana, em conformidade com políticas públicas formalmente instituídas e demandadas à Anvisa pelo Ministério da Saúde e dá outras providências.	Saúde Pública de Piracicaba
CP CFF nº 01/2015	Guia de Prática Clínica: Sinais e Sintomas Respiratórios Espirro/Congestão Nasal	Farmácia Clínica e Homeopatia

- Subsídios para elaboração de projeto de Lei a ser apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em substituição ao PL413/15, de autoria do Deputado Orlando Morando, que revoga o Parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei Estadual 15.626/14, visto que o PL 413/15 objetiva excluir a obrigatoriedade de farmacêuticos nas filiais das empresas transportadoras de medicamento e insumos farmacêuticos situadas no Estado de São Paulo.
- Subsídios para elaboração dos projetos de Lei municipal nº 312/15 e 313/15, propostos pela Vereadora Edir Sales na Câmara Municipal de São Paulo, que versam sobre a criação da Semana do Uso Racional de Medicamentos no município e a prestação de serviços farmacêuticos em farmácias, respectivamente.

4.4.4 Ações para o farmacêutico

4.4.4.1 Capacitação técnica

a) Cursos presenciais

Realização de cursos presenciais de forma gratuita, que contaram com 3.107 participantes, havendo em média, 30 participantes por curso (Tabela XVI). Os cursos são

elaborados para atingir as necessidades básicas do farmacêutico e capacitá-lo para exercer plenamente seu papel de profissional de saúde junto à população.

Tabela XVI. Número de cursos realizados e participantes.

Tema	Número de cursos	Número de participantes
Avaliação de exames laboratoriais para o acompanhamento farmacoterapêutico	6	174
Bioestatística para ciências farmacêuticas	1	33
Boas práticas em Farmácia Homeopática	1	25
Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso	3	76
Cuidados farmacêuticos no uso de antimicrobianos	1	18
Diluição e estabilidade de medicamentos	3	144
Farmácia clínica	10	397
Farmacoeconomia no SUS	5	177
Farmacoterapia oncológica	2	69
Farmacovigilância na indústria	2	64
Garantia da qualidade na manipulação	2	28
Gerenciamento do controle de mudanças na indústria farmacêutica	1	29
Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica	4	177
Gestão e boas práticas no transporte e logística farmacêutica	1	48
Introdução à medicina tradicional chinesa (MTC)	1	37
Montagem e planejamento de farmácias	1	41
Orientações no uso de suplementos alimentares	7	251
Prescrição farmacêutica- dor, febre e cefaleia	8	211
Prescrição farmacêutica - introdução	1	81
Prescrição farmacêutica – sistema respiratório	3	70
Prescrição farmacêutica – sistema gastrointestinal e geniturinário	8	268
Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos	6	182
Prescrição farmacêutica de medicamentos homeopáticos	3	69
Prescrição farmacêutica de produtos da medicina tradicional chinesa (MTC)	1	31
Prevenção de erros e acidentes com medicamentos magistrais: foco nos processos críticos	2	64
Técnicas de aplicação de injetáveis	18	315
Toxicologia forense aplicada à criminalística e controle antidopagem	1	26
Total	102	3.107

b) Cursos à distância (EAD)

Realização de cursos à distância por meio da Academia Virtual de Farmácia, que proporciona aos farmacêuticos a possibilidade de participação em cursos gratuitos de ensino à distância (EAD). O objetivo deste projeto é disseminar o conhecimento para atingir grande número de profissionais, visando a sua atualização e aperfeiçoamento. Os temas abordados nessa modalidade de curso foram “Eventos Adversos e Farmacovigilância” e “Prescrição Farmacêutica- Introdução”.

Tabela XVII. Dados quantitativos dos cursos EAD 2015

	Eventos Adversos e Farmacovigilância	Prescrição Farmacêutica- Introdução
Quantidade de módulos	8	4
Carga horária total	4	2
Quantidade de turmas	6	4
Quantidade de inscritos	900	300

c) Material técnico

- XI Fascículo “Farmácia Estabelecimento de Saúde”, com o tema Consulta e Prescrição Farmacêutica, com tiragem de 55 mil exemplares. Os fascículos são produzidos com o objetivo de contribuir com o uso racional de medicamentos, a valorização do farmacêutico, um ambiente compatível com as reais necessidades da população e, principalmente, com a melhoria da saúde pública, transformando a farmácia em um verdadeiro estabelecimento de saúde. Esses materiais recebem a chancela da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), são publicados anualmente, enviados por mala direta aos farmacêuticos inscritos no CRF-SP, distribuídos nos eventos promovidos pelo Conselho e disponibilizados para download gratuito no portal da entidade.
- Informes técnicos sobre Atenção farmacêutica na farmácia popular e Ajuste de dose na farmácia a partir de dúvidas provenientes de participantes do Workshop – Cuidados Farmacêuticos em Diabetes, doenças do sistema Respiratório, Hipertensão e Dislipidemia.
- Informativo de Farmácia Clínica durante o Workshop – Cuidados Farmacêuticos em Diabetes, doenças do sistema Respiratório, Hipertensão e Dislipidemia com o objetivo de apresentar textos técnicos provenientes do GT Farmácia Clínica em Terapia Intensiva

d) *Eventos*

- XV Encontro Paulista de Farmacêuticos com o tema “Superando desafios: o farmacêutico e o cuidado ao paciente”. Esse evento reuniu especialistas em cada área de atuação que buscaram responder a pergunta orientadora: “O que seu segmento pode contribuir para o cuidado com o paciente?”
- Eventos realizados por meio das Comissões Assessoras, Comitê Jovem e Comitê de Educação Permanente e Seccionais, com a participação de 1.630 farmacêuticos e acadêmicos de Farmácia (Tabela XVIII).

Tabela XVIII. Eventos realizados pelas Comissões, Comitês e Seccionais

Evento	Comissão/Comitê/Grupo	Público presente
XV Encontro Paulista de Farmacêuticos	-	453
Seminário Superando Desafios: o farmacêutico e o cuidado ao paciente		
Palestra Gerenciamento sobre a Cadeia do Frio	Distribuição e Transporte	20
IV Seminário de Pesquisa Clínica	Pesquisa Clínica	61
I Fórum Estadual de discussão sobre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Farmácia	Educação Farmacêutica	29
V Seminário de Saúde Pública	Saúde Pública	73
Palestra “Os requisitos básicos para o transporte de produtos perigosos”	DT – Campinas	19
Palestra “Logística Farmacêutica – Acesso a Medicamentos”	FH – Ribeirão Preto	15
Palestra “Fitoterapia Chinesa”	Plantas Medicinais e Fitoterápicos	18
XV Encontro Paulista de Farmacêuticos – Comissões Assessoras	Todas	53
Workshop - Cuidados Farmacêuticos em: Diabetes, Doenças do Aparelho Respiratório e Hipertensão e Dislipidemias	Farmácia Clínica	33
Palestra - Introdução à Metodologia 6 Sigma Auditoria de Qualidade em Id. Farmacêutica – Técnica, Preparação, Apoio e Planos e Ação	Indústria – Campinas	44
II Encontro de Jovens Farmacêuticos	Comitê Jovem	192
II Seminário de Resíduos e Gestão Ambiental	Resíduos e Gestão Ambiental	97
Conferências de Saúde: Experiências e Expectativas	Saúde Pública/Diretores Regionais	11
Mesa Redonda – Acesso a Medicamentos	Marília	24
IV Seminário de Acupuntura	Acupuntura	101
II Fórum Estadual de Discussão das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Farmácia	Educação Farmacêutica	39
III Fórum Estadual de Discussão das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Farmácia	Educação Farmacêutica	37

Palestras “A Evolução dos Conceitos Farmacotécnicos e de Novas Tecnologias na Indústria Farmacêutica / Validação de Métodos e Equipamentos”	Indústria – Campinas	48
Fitoterapia na Obesidade: Marketing vs. Científico	Plantas Medicinais e Fitoterápicos	07
Fórum Universo Farmacêutico	Plantas Medicinais e Fitoterápicos Acupuntura	72
	Homeopatia e Análises Clínicas, organizado pela Seccional de Santos	
Palestra “Homeopatia e Você”	Homeopatia – Campinas	25
Palestras “Estudos de Estabilidade em Indústria Farmacêutica” e “Microbiologia e Monitoramento Ambiental”	Indústria – Campinas	82
Simpósio Protocolos de Segurança do Paciente	FH – Ribeirão Preto	36
I Seminário de Logística Farmacêutica	DT – Jundiaí	41

- Treinamentos com os temas “Gestão da Assistência Farmacêutica”, “Gerenciamento de Estoque”, “Processos Administrativos e Judicialização da saúde” e “Vigilância Sanitária” na Seccional de São José do Rio Preto, capacitando farmacêuticos das prefeituras de São José do Rio Preto, Itajobi e Tabatinga, por meio do GTAM.
- Educação continuada em análises clínicas e toxicológicas, com a publicação dos módulos de 2 a 4 com questões das áreas de hematologia, imunologia, química analítica, entre outras.
- Workshop “Produtos de Degradação”, por meio de parceria firmada com a empresa Waters Co., que contou com a participação de 70 farmacêuticos.
- “A gestão eficiente dos medicamentos na rede pública de saúde” em parceria com a AstraZeneca, que contou com a participação de 45 farmacêuticos.
- Realização de parceria com o Instituto Sírio-libanês para obtenção de desconto de 20% no valor da inscrição para os farmacêuticos paulistas para participação do Simpósio Qualidade e Segurança: modelos práticos.
- XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo, X Seminário Internacional de Ciências Farmacêuticas e Expofar 2015 (Quadro VII):
 - Tema Central: “Talentos Farmacêuticos: Construindo hoje a saúde do amanhã”.
 - Período: 10 a 13 de outubro de 2015
 - Local: Centro de Convenções Frei Caneca – São Paulo- SP

- Número de participantes: 3.364

Quadro VII. Temas abordados durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo, X Seminário Internacional de Ciências Farmacêuticas e Expofar 2015.

Temas abordados
A Atuação do Farmacêutico na Equipe Multiprofissional para Atenção ao Diabético
A Farmácia Universitária e os Avanços da Assistência Farmacêutica no Brasil
A Gestão dos Serviços Farmacêuticos e sua Contribuição para o Incremento dos Negócios
A Importância da Inserção do Farmacêutico na Equipe Interprofissional
A Visão Genômica da Farmacoterapia
Acesso a Medicamentos - Judicialização
ADJ -Associação de Diabetes Juvenil
Alimentos Funcionais
Alle ao Lado - Escolha ser um Líder transformador
Alle ao Lado - Ideias para Resultado
ALTERNATE Formação de Preço na Farmácia Magistral
ALTERNATE Revolução Digital no atendimento ao cliente
Anfarmag - Panorama Setorial Magistral 2015
Aplicações da Quimiometria na Inovação Farmacêutica
As Atribuições Clínicas do Farmacêutico e a Prescrição Farmacêutica no Brasil
Aspectos Regulatórios na Cadeia da Saúde - Avanços e Entraves
Atuação do Farmacêutico na Atenção à pessoas com Obesidade
Atuação do Farmacêutico no SUS
Atualizações em Testes Microbiológicos Compendiais
Avaliação da Atividade Assistencial do Farmacêutico
Avaliação Toxicológica da Exposição às substâncias Químicas
Avanços na Atuação do Farmacêutico na Gerontologia
Bioética e sua Aplicação na Área Farmacêutica
Bioterrorismo nos Jogos Olímpicos
BSP - Business School São Paulo
Cadeia Produtiva do Setor Farmacêutico - Principais Problemas e Possíveis Soluções
Contribuição da genômica na análise forense
Desafios da Farmácia como Estabelecimento de Saúde
Desafios da Vigilância Sanitária - Produtos Farmacêuticos, Tecnológicos e Fitoterápicos
Desafios e Inovações na Rastreabilidade de Medicamentos na Área Hospitalar
Desenvolvimento e Produção de Medicamentos Veterinários
Dopping Genético nos Jogos Olímpicos
Empreendedorismo na Farmácia Comunitária
Encontro das Instituições de Ensino Superior- Farmácia Universitária
Encontro Nacional das Comissões de Saúde Pública dos Conselhos Regionais
Envelhecimento da População e Preparações Magistrais com Foco em Cosméticos e Suplementos Nutricionais
Estratégias e Oportunidades do Marketing Farmacêutico
Exames Laboratoriais no Acompanhamento Farmacoterapêutico
Fábricas Farmacêuticas para Mercados Exigentes

Farmácias Vivas no SUS
Farmacogenômica: Em busca de uma Medicina Personalizada
Farmacoterapia da Dor - Manipulação Magistral
Funil de Inovação - Como Nasce um Produto Cosmético
Gestão de Farmácia
Gestão de Resíduos em Serviços de Saúde - Consequências do Descarte Inadequado de Medicamentos para a Saúde da População
Globalização e Internacionalidade em Farmácia-Oportunidades de Trabalho e Desafios
I Fórum de Farmacêuticos de Distribuição e Transporte
I Fórum de Pesquisa Clínica e Farmácia Clínica
I Seminário de Práticas em Farmácia Hospitalar e Clínica
I Simpósio - Fronteiras das Ciências Farmacêuticas
I Simpósio de Soluções e Ferramentas para Ingressar no Mercado de Trabalho
I Simpósio Paulista de Farmacêuticos Acupunturistas
IBECO - A importância do Farmacêutico no mercado da estética
IBECO - Abordagem Nutricosmética
IBECO - O Mercado de Estética e Beleza no Brasil – Perspectivas e Oportunidades
II Simpósio Internacional por Melhores Medicamentos para Crianças(SIMMCRI)
II Workshop Cuidados Farmacêuticos - Diabetes
III Encontro de Comissões de Homeopatia dos Conselhos de Farmácia
III Encontro Nacional de Professores de Deontologia Farmacêutica e VI Encontro Paulista de Professores de Deontologia Farmacêutica
Impurezas e Produtos de Degradação em Fármacos e Medicamentos
Indicadores da Atividade Assistencial do Farmacêutico
Inovações na Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Naturais e Fitoterápicos
Inovações Tecnológicas e de Infraestrutura na Produção de Medicamentos
Instituto Passadori - Quem não comunica não lidera
Inteligência Emocional e sua Influência como Fator de Sucesso Profissional
IV Fórum Paulista de Farmacêuticos Homeopatas
IV Seminário de Saúde Pública - Cuidados Farmacêuticos no SUS
Lançamento do programa de apoio à recolocação profissional
Leading Practice into Ambulatory Care Settings
lei 13.021/14 Farmácia estabelecimento de saúde dia 13
LINUS Estratégia em RH - Autoconhecimento
LINUS Estratégia em RH - Competência e Atitude
LINUS Estratégia em RH - Planejamento de carreira
Majister - RDC48-2013 - O desafio da escolha do pior caso em Validação
Medicamentos Biológicos e Biotecnológicos
Métodos Alternativos na Avaliação da Segurança de Ingredientes Cosméticos
Nanotecnologia
New Drug Discovery for Persistent Bacterial Infections
New Drug Discovery for Tuberculosis
NUESTRA - Como Atender a Fiscalização sanitária
NUESTRA - Rastreabilidade de Medicamentos RDC 45
Oportunidades na atuação do farmacêutico clínico
P&D em Análises de Medicamentos
Palestra da Waters

Palestra da Bifarma
Palestra E.M.S
Palestra Porto Seguro
Palestra Ultrafarma
Passadori - A Importância da Autoliderança para indústria Farmacêutica
Passadori - Comunicação e Comportamento para o profissional de farmácia
Perfil Atual e Perspectivas dos Programas de Residência Farmacêutica
Perspectivas e Desafios da Logística Farmacêutica no Brasil
Pesquisa Clínica - Abordagem Técnico-Científica e Regulatória na América Latina
Pharmacy Careers in United States
Política de valorização do farmacêutico: Como obter sucesso profissional
Pós-Registro de Medicamentos
Prerrogativas e Desafios Profissionais
Prescrição Farmacêutica de Medicamentos para Doenças Crônicas
Prescrição Farmacêutica Magistral
Prescrição Farmacêutica Magistral - Abordagem Regulatória
Prevenção de Erros no Processo Magistral
QUALICONS - Elaboração de Procedimentos Padrões Operacionais e Manuais
Quality by Design- Ferramentas no Desenvolvimento e Produção de biofarmacêuticos
Quality by Design - Novos Conceitos na Melhoria Contínua e Validação nas Indústrias Farmacêutica, Cosmética e de Alimentos
Quality by Design for the Pharmaceutical Industry-From the Biopharmaceutics Drug Classifications System to Physiological Based Pharmacokinetic Models
Radiofarmácia - Produção, Aspectos Regulatórios e Atuação Profissional
Saúde Feminina - BAYER
SBFC - Farmácia Comunitária em Foco
Segurança do Paciente - Importância da Atuação do Farmacêutico
SENAC – Desenvolvimento e Produção de Cosméticos – Desafios para o Futuro
SENAC – Ferramentas de Qualidade na Gestão de Farmácia Hospitalar
SENAC – O Papel do Farmacologista Clínico
SENAC – Introdução à Farmácia Hospitalar
Seminário de Análises Clínicas e Toxicológicas
Software applications for Performance testing and in vitro
Uso Racional de Antibióticos
Vigilância em saúde ambiental e Notificação de eventos envolvendo substâncias químicas no estado de SP
Workshop - Auditoria de Fornecedores passo a passo
Workshop - Autonomia Técnica e Responsabilidade Solidária Frente a Lei nº13.021
Workshop - Como Realizar um Adequado Atendimento ao Paciente em Fitoterapia
Workshop - Segurança do Paciente e Atividades Clínicas do Farmacêutico
Workshop para Mulheres - Alle Ferreira
XVIII Encontro Nacional de Farmacêuticos Homeopatas da ABFH

4.4.4.2 Apoio ao exercício profissional

- “Manual de Orientação ao Farmacêutico: Lei nº 13.021/2014 e a Valorização Profissional” com lançamento durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo, em setembro. O manual traz a Lei nº 13.021/2014 comentada e capítulos que incentivam a realização dos serviços farmacêuticos nos estabelecimentos, além de um capítulo sobre tributação e marketing dos serviços nesses estabelecimentos.
- Plantão pelos Diretores Regionais nas seccionais do CRF-SP, para que os farmacêuticos da região tenham contato mais próximo com o CRF-SP. No plantão, o farmacêutico pode expor as necessidades da região, propor melhorias e conhecer de perto as ações da seccional. Em 2015, 16 Diretores Regionais realizaram o plantão em suas seccionais.
- Revista do Farmacêutico: publicação trimestral com tiragem de 57.000 exemplares, contendo notícias da área da saúde e informações técnica.
- e-mails marketing e newsletters (denominada Canal Farmacêutico) aos farmacêuticos do estado com notícias da área da saúde, divulgação de eventos (seminários, palestras, capacitações, cursos, fóruns, congressos) promovidos pelo CRF-SP e serviços oferecidos aos profissionais paulistas: 85 edições do Canal Farmacêutico, 33 e-mails marketing sobre o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo; 8 e-mails marketing sobre o Encontro Paulista; 47 e-mails marketing sobre o Clube de Benefício do PAF (Programa de Assistência ao Farmacêutico); 25 informativos sobre vagas para farmacêuticos do PAF; 4 e-mails relativos à Academia Virtual de Farmácia; 171 edições do clipping de notícias; 22 convites virtuais da palestra “Fiscalização parceira em defesa da profissão”; 14 e-mails relativos a eventos em parceria com o Sebrae.
- Portal do CRF-SP (www.crfsp.org.br), com manutenção e atualização diária de com notícias da área de saúde, da profissão, divulgação de eventos e ações promovidas pela entidade e materiais técnicos: 972 matérias; 31 banners para a homepage do portal; 10 banners para o hot site do PAF, Encontro Paulista, Congresso, FarmacêuticoSP; 3 modais para campanhas do Dia do Farmacêutico, natalina e de atualização cadastral; publicação eletrônica das 4 edições da Revista do Farmacêutico em pdf, zip e flash e html; publicação no canal do YouTube de 33 vídeos.

- Páginas oficiais do CRF-SP nas mídias sociais como Facebook e Twitter, com atualizações diárias) também com notícias da área, informações técnicas, divulgação de eventos promovidos pelo CRF-SP e de datas comemorativas (ex: dia do uso racional de medicamentos, dia nacional do combate à hipertensão, dia mundial da saúde): Início do ano com aproximadamente 17.600 curtidas na fanpage do CRF-SP e término com 28.504.
- Adesivos com o slogan: “Faz Bem Ouvir Seu Farmacêutico” (tema da campanha publicitária iniciada em dezembro de 2015) para postagem e envio juntamente com a Revista do Farmacêutico (60.000 adesivos).
- Elaboração do documento de padronização da realização dos testes de triagem de hepatite C e inclusão nos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) do Farmacêutico na Praça.
- Finalização do POP sobre validação no transporte de produtos farmacêuticos e de interesse à saúde.
- Manual de Orientação do Responsável Técnico a ser disponibilizado ao farmacêutico no momento da assunção de responsabilidade técnica em empresas de Distribuição e Transportes. O documento contém as regulamentações pertinentes à área.
- Manual de Orientação ao Farmacêutico: conduta e postura profissional, que tem por objetivo oferecer ao farmacêutico que trabalha em farmácias e drogarias, a oportunidade de iniciar uma relação com o paciente de maneira prática. O manual foi lançado durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo.
- Palestra DIREITOS DO FARMACÊUTICO E ASSÉDIO MORAL ministrada nos municípios de Avaré, Ribeirão Preto e Santos.
- Fórum Interno de Direitos e Prerrogativas Profissionais em 31/07/15.
- Cartilhas:
 - DIREITOS E PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS lançada durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo.
 - Farmácia Clínica, que tem o objetivo de oferecer informações e noções gerais sobre as diversas áreas de atuação do farmacêutico em linguagem acessível. O lançamento ocorreu durante o XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo.

- Revisão da cartilha da Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com a inclusão de capítulo específico sobre prescrição Farmacêutica.
- Revisão da cartilha da Comissão Assessora de Resíduos e Gestão Ambiental.
- Revisão da cartilha da Comissão Assessora de Pesquisa Clínica, com alteração especialmente do item “Regulamentação das Pesquisas”, com substituição das RDCs 38/09 e 39/08, que foram revogadas, pelas RDCs 09 e 10/15
- “A Profissão Farmacêutica”: livreto que tem o objetivo de auxiliar os acadêmicos que se deparam com a difícil decisão de escolher uma profissão, bem como os farmacêuticos que estão ingressando no mercado de trabalho ou que desejam mudar de área e encarar novos desafios.
- Elaboração de documento sobre a RDC 54/13 (rastreadabilidade de medicamentos), com a inclusão de exemplos e hiperlinks para as legislações completas citadas no documento.
- Manual de orientação sobre questões regulatórias que foi incorporado parcialmente na cartilha “Como abrir e fazer a gestão de farmácias e drogarias” em parceria com o SEBRAE.
- Pareceres:
 - Avaliação de prescrição e Fracionamento (na página da comissão de homeopatia no portal do CRF-SP).
 - Falta de padronização de blisters nas unidades públicas de saúde e o impacto disso na dispensação para os pacientes (nas páginas das comissões assessoras de Saúde Pública e Indústria).
- Elaboração de alerta sobre a difusão da venda e uso de folhas de graviola (*Annona muricata* L) no tratamento de diversas enfermidades, incluindo câncer, com a ressalta de que existem estudos que demonstram citotoxicidade *in vitro* no uso da planta.

4.4.5 Ações de apoio à educação farmacêutica.

- Participação nas reuniões do grupo de trabalho “Educação do Fórum dos Conselhos e Atividades Fim da Saúde” na Sede do CRO-SP, conselho

coordenador do Fórum dos Conselhos e Atividades Fim da Saúde, integrando as seguintes ações:

- Audiência pública na Alesp, em março de 2015, com o tema “Avaliação do desempenho na formação de profissionais da área da saúde”. A audiência foi realizada com o apoio da Comissão de Educação e Cultura da Alesp. Foram convidados os Ministros da Educação e Saúde, Conselhos Nacionais de Educação e Saúde, Secretários Estaduais de Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia, Conselhos Estaduais de Educação e Saúde, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), deputados e senadores ligados à Projetos de Lei que tratam sobre o assunto, além da Associação Brasileira de Ensino Médico, que já tem experiência com a avaliação do progresso em algumas IES.
- Estudo (fase de coleta de dados) sobre a realidade das profissões da área da saúde, incluindo:
 - Expansão dos cursos de graduação e abertura excessiva de novas vagas;
 - Qualidade dos cursos de graduação na modalidade “ensino à distância” para a área da saúde;
 - Qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu;
 - Importância da aprovação das avaliações do egresso e do progresso;
 - Possibilidade de revisar as diretrizes curriculares de todos os cursos de graduação na área da saúde.
- Informativos para coordenadores de curso de farmácia, com informações sobre Resoluções CFF e outras relacionadas à educação (Quadro VIII).

Quadro VIII. Informativo encaminhado aos coordenadores de curso de Farmácia de Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo

Assunto
Fórum Estadual de Diretrizes Curriculares para Curso de Farmácia no Brasil
Aplicativos CRF-SP
Declaração de Vínculos Profissionais
Congresso Brasileiro de Educação Farmacêutica – Cobef

XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo
II Fórum Estadual de Discussão das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Farmácia
III Fórum Estadual de Discussão das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Farmácia
III Encontro Nacional de Professores de Deontologia Farmacêutica e VI Encontro Paulista de Professores de Deontologia Farmacêutica e o I Encontro das Instituições de Ensino Superior: as Farmácias Universitárias
II Fórum Nacional sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia
Palestra “Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional”

- Discussão dos padrões mínimos a serem aplicados para o funcionamento de uma farmácia universitária, que subsidiou o posicionamento da Comissão Assessora de Educação Farmacêutica do CRF-SP (CAEF) para o VII Encontro Nacional de Farmácias Universitárias – ENFARUNI, realizado de 01 a 03/06/2015, em Teresina – Piauí. Os membros definiram como atividades mínimas: Dispensação, Serviços Farmacêuticos e Manipulação, incluindo 4 alunos por farmacêutico supervisor e 25 alunos para professor orientador.
- Livreto Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica: conceitos e práticas – 2ª edição, por ocasião do IV Encontro de Deontologia. A versão atual está dividida da seguinte forma: (1) Ética voltada para os cursos de formação de farmacêutico, (2) Relatos dos Encontros de Professores de Deontologia, (3) O uso de casos como ferramenta para o ensino de deontologia e legislação farmacêutica, (4) O uso de mapas conceituais como ferramenta para o ensino de deontologia e legislação farmacêutica. Foi elaborada uma nova edição do livro contando com 116 páginas e revisão dos seguintes capítulos: “Palavra da Diretoria” e “Apresentação”, “Ética voltada para a formação do farmacêutico”, “Relato dos Professores de Deontologia”, “Uso de casos para ensinamento de deontologia”. Novos capítulos que compõe o material: “Mapas conceituais”, “Uso de ferramentas da simulação para usar em uma plenária ética” e “O Uso de ferramenta de aprendizagem no uso de metodologias”. Incluídos 32 novos casos distintos.
- Palestras (75) com temas diversos para acadêmicos de Farmácia em 34 Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado (Quadro IX).

Quadro IX. Palestras com temas diversos nas IES

Tema	IES
A Ética e o Exercício Profissional	Unifesp
	Faculdade Max Planck
	Unesp
	Faculdades Integradas Maria Imaculada
A Farmácia como profissão da Saúde	Unicamp
A importância do farmacêutico na sociedade	Universidade São Francisco
	Unifeb
	Unoeste
A importância social do farmacêutico	Faculdade Max Planck
Atenção Farmacêutica em Drogarias	Unicamp
Atuação do farmacêutico em Análises Clínicas e Toxicológicas	Unisepe
	Unesp
	Unijales
Atuação do farmacêutico em Farmácia	FAIT
Atuação do farmacêutico em Fitoterapia	Universidade Guarulhos
Atuação do farmacêutico em Pesquisa Clínica	Unesp
Atuação do Farmacêutico na Acupuntura	Universidade São Francisco
	USP
	Uninove - Vergueiro
Atuação do farmacêutico na Distribuição e Transporte	Unifev
Atuação do farmacêutico na Farmácia Hospitalar	Unisepe
Atuação do farmacêutico na Fitoterapia	USP
Atuação do farmacêutico na Homeopatia	Unip Campinas
	Universidade de Sorocaba
	Universidade de Marília
Atuação do farmacêutico na Saúde Pública	UniFAE
	Mackenzie
	Unijales
	Universidade de Marília
Atuação do farmacêutico na toxicologia forense	Universidade São Francisco
Empregabilidade	FAIT
Farmácia Estabelecimento de Saúde	Faculdades Integradas Maria Imaculada
Farmácia Militar: da Entrada à Atuação	Unesp
Fiscalização	Faculdade de Americana
Fiscalização e enfoque na Lei 13.021/2014	Universidade de Marília
Gestão de laboratório de Análises Clínicas	Universidade São Francisco

Impactos da Lei nº 13.021/14 sobre a Assistência Farmacêutica	Unesp
Importância Social do Farmacêutico	Faculdade Sudoeste Paulista
Me formei. E agora?	Unicastelo
	Universidade Metodista
Medicamentos Falsificados	UNIP Campinas
	Unifesp
	Unesp
	Faculdade de Medicina do ABC
	FIO
	FIB
	Faculdade Sudoeste Paulista
Organização da categoria: entidades representativas, profissionais e estudantis	USCS
Prescrição Farmacêutica	FAIT
	UNIP Campinas
	Unifev
	UniFAE
	Unicastelo
	Faccamp
	Unifesp
	Unisepe
	Fundação Hermínio Ometto - Uniararas
	UNIP São José dos Campos
Prestação de serviços farmacêuticos	Unip São José do Rio Preto
RDC 44/09	Unisepe
Serviços farmacêuticos e atenção farmacêutica	Unifev
	Unip Bauru
Toxicologia Forense	Universidade São Francisco
Uso Racional de Antibióticos	Unesp
Uso Racional de Antibióticos e RDC 20/11	Faculdade Sudoeste Paulista
	Universidade de Marília
Uso Racional de Medicamentos	Unifev
	Unisalesiano
	Universidade de Marília

- Palestras (33) para acadêmicos de Farmácia em 30 IESs, atendendo um total de 1.358 estudantes (Tabela IXX), com o tema: “Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional”, por meio do Grupo Estratégico de Aproximação com o Acadêmico de Farmácia – GEAAF.

Tabela IX. Palestra *Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional* nas IES.

UNIVERSIDADE	Nº DE ALUNOS PARTICIPANTES
*** FSP - Avaré	25
**UNICSUL - São Paulo	23
**UNISEP - Registro	30
FACULDADE MARIA IMACULADA - Mogi Guaçu	72
FAI - Adamantina	21
FIBE - Faculdades Integradas - Bauru	29
FSP - Avaré	13
SÃO CAMILO - São Paulo	27
UNESP - Araraquara	55
UNG - Guarulhos	39
Uni Anchieta - Jundiaí	29
Uni salesiano - Centro Universitário Católico Salesiano - Araçatuba	28
UNIARARAS - FHO Fundação Hermínio Ometto - Araras	23
UNIESP - Taquaritinga	68
UNIFEB - Barretos	32
UNIFEV - Votuporanga	67
UNIJALES - Jales	42
Unimar - Marília	28
UNIP - Limeira	30
UNIP - Araçatuba	144
UNIP - Universidade Paulista - Bauru	143
UNIP - Universidade Paulista - Assis	51
UNIPINHAL - Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal	56
UNIRP - São José do Rio Preto	22
UNISANTOS - Santos	30
UNISO - Sorocaba	17
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo	44
UNOESTE - Presidente Prudente	27
USC - Universidade Sagrado Coração - Bauru	31
USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul	40
USF - Campinas	72
Total de Acadêmicos Participantes	1.358

- Apresentação de trabalhos científicos na área farmacêutica (Quadro 10): À medida que o CRF-SP vem ampliando suas ações, surge a necessidade de

divulgar os resultados alcançados na comunidade acadêmico-científica por meio da apresentação de trabalhos em congressos, jornadas e seminários nacionais e internacionais. A divulgação das experiências exitosas reforça a transparência nas ações do CRF-SP e o seu papel como instituição de referência nas questões de saúde e, particularmente, no que se refere à Assistência Farmacêutica.

Quadro X. Trabalhos apresentados em eventos, nacionais e internacionais, em 2015.

Título do Trabalho	Evento	Local
Perfil do Egresso dos Cursos de Farmácia do Estado de São Paulo	Congresso Brasileiro de Educação Farmacêutica	Salvador
Aspectos Técnicos das Análises Clínicas: Ferramenta para Atuação Clínica do Farmacêutico	42º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas	Rio de Janeiro
A Importância da Orientação Farmacêutica na Conduta Ética do Farmacêutico Atuante em Farmácias e Drogarias	II Congresso Brasileiro de Farmácia Comunitária	Foz do Iguaçu
Perfil do Egresso dos Cursos de Farmácia do Estado de São Paulo/Brasil	XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo	São Paulo
Projeto Orientação Farmacêutica em Farmácia Hospitalar	X Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar	Curitiba
Ferramentas para Atuação Clínica do Farmacêutico	XVIII Congresso da Federación Farmacéutica Sudamericana	Rio de Janeiro

4.5 FISCALIZAÇÃO

Seguindo as diretrizes aprovadas em Plenário de Fiscalização, em 2015 foram realizadas fiscalizações em todos os ramos com atividade farmacêutica por meio de rotina de fiscalização, buscando a regularidade da assistência farmacêutica e o resguardo da assistência farmacêutica à população. Para as inconformidades verificadas em estabelecimentos onde havia farmacêutico responsável, este foi devidamente orientado formalmente sobre a legislação vigente.

Foram mapeados pelos coordenadores de fiscalização externa as regiões do Estado com maior índice de irregularidades, onde foram intensificadas as inspeções, bem como realizadas etapas de fiscalização de varredura em todos os locais com ramos de atividade farmacêutica. Este procedimento ocorreu de maneira, intercaladas com duas etapas de fiscalização nos locais irregulares.

Foram lavrados no ano de 2015, um total de 85.809 (Tabela I) documentos fiscais (termos de inspeção e autos de infração à distância) no Estado, sendo que houve 1958 autuações em face da ausência de registro e de responsável técnico farmacêutico perante o CRF-SP, 2.431 autuações por falta de responsável técnico farmacêutico perante o CRF-SP, 2.286 autos de infração em estabelecimentos que não possuem farmacêutico em período integral de funcionamento (assistência parcial), 1.105 autos de infração em estabelecimentos que formalmente possuem farmacêutico no horário declarado, entretanto verificou-se em inspeção que estes não estavam presentes, 3.363 autos de infração à distância (reincidências). A média de termos lavrados por mês foi igual a 7.151.

	Exercício	Total de Termos Lavrados	
	2010	75076	
	2011	83936	
	2012	82295	
	2013	84281	
	2014	88893	
	2015	85809	

Tabela I – Total de Termos Lavrados no exercício de 2010 a 2015.

Ressalta-se que foram realizadas inspeções no horário declarado em Termo de Compromisso pelo farmacêutico, bem como fora do horário de assistência declarado pelo profissional em Termo de Compromisso, como forma de garantir a assistência farmacêutica à população durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos, nos termos do artigo 15 da Lei nº 5.991/73 e do artigo 6º da Lei 13.021/14.

Para as não conformidades constatadas nas inspeções fiscais, passíveis de orientação, foram realizadas orientações aos profissionais responsáveis, sendo orientação *in loco*, na Sede ou Seccionais do CRF-SP, independentemente do posterior encaminhamento dos profissionais envolvidos para análise de viabilidade de instauração de processo ético disciplinar.

Considerando a determinação prevista na Resolução nº 600/14 do CFF, Anexo I que cita o dever do farmacêutico fiscal orientar os farmacêuticos na atividade fiscalizadora, para o ano de 2015 a rotina da fiscalização de forma orientativa foi mantida. O Gráfico I indica que a diretriz da fiscalização do CRF-SP de orientar os farmacêuticos acerca das não conformidades verificadas está sendo cumprida pela equipe de fiscais, uma vez que o número total de orientações aumentou consideravelmente ao longo dos anos.

Observa-se que o desempenho do processo de orientação também acompanhou esse crescimento, já que a média de orientações realizadas por fiscal cresceu, demonstrando que os treinamentos realizados com a equipe têm proporcionado resultados.

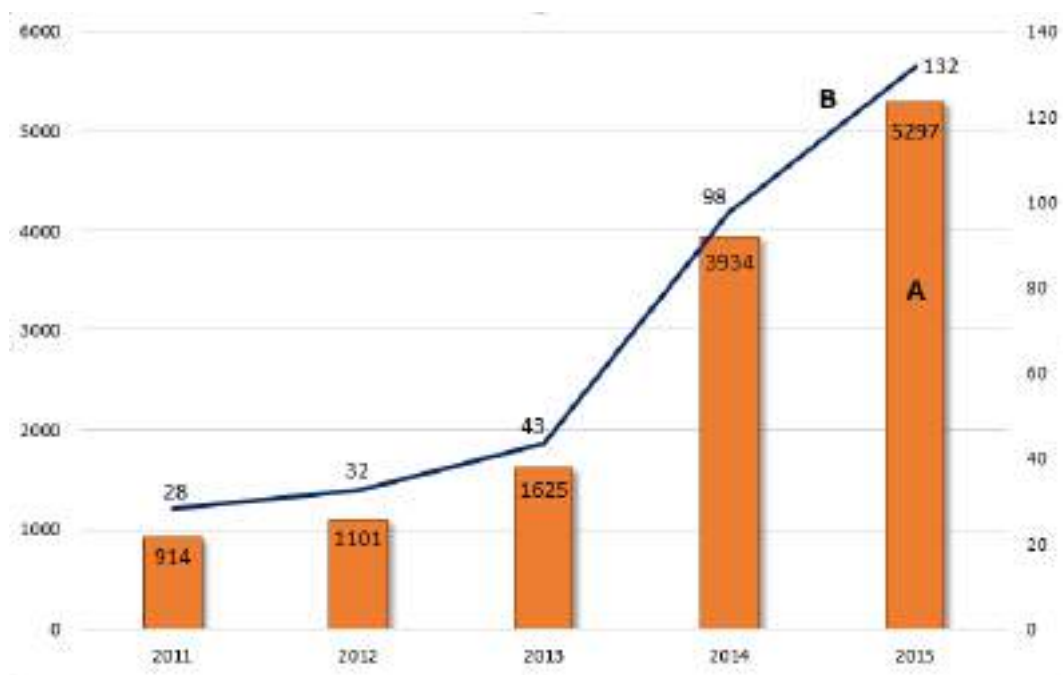


Gráfico I. A: Comparativo 2011-2015 quanto ao número total de orientações realizadas (somatória de orientações realizadas em inspeção fiscal e mediante convocações para comparecimento na sede e seccionais) e **B:** Média de orientações farmacêuticas realizadas por fiscal em atividade a cada ano.

Com relação aos atendimentos para orientação por meio de convocação dos farmacêuticos para comparecimento na sede e seccionais do CRF-SP, em 2015 foram efetuadas 191 orientações à farmacêuticos convocados na sede e 1.068 orientações nas seccionais. Orientações realizadas durante as inspeções fiscais somaram 4.038. No total foram realizadas 5.297 orientações farmacêuticas no ano de 2015.

Pode-se destacar os seguintes motivos de orientação ao profissional que é convocado para comparecimento na sede e seccionais: (i) necessidade de prestação de assistência farmacêutica conforme legislação vigente; (ii) orientações e esclarecimentos sobre denúncias envolvendo irregularidades sanitárias em geral e código de ética; e, (iii) profissionais que não comunicaram vínculo ao CRF-SP. No Gráfico II estão relacionados os dados de principais motivos de convocação dos profissionais em 2015.

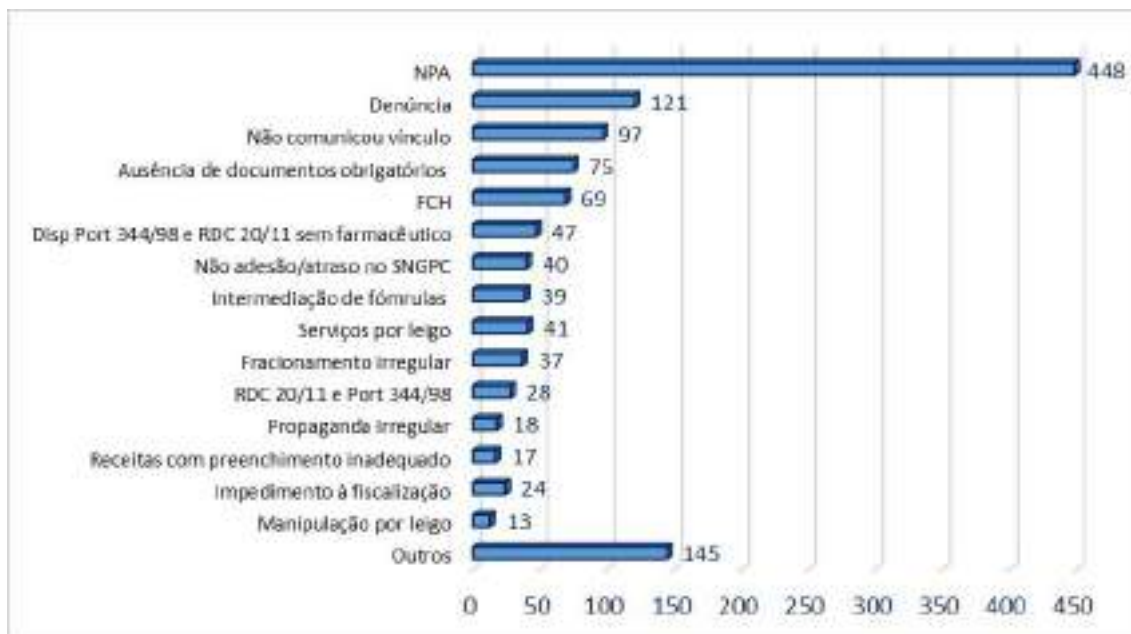


Gráfico II. Principais motivos de convocação dos profissionais na sede e seccionais do CRF-SP em 2015.

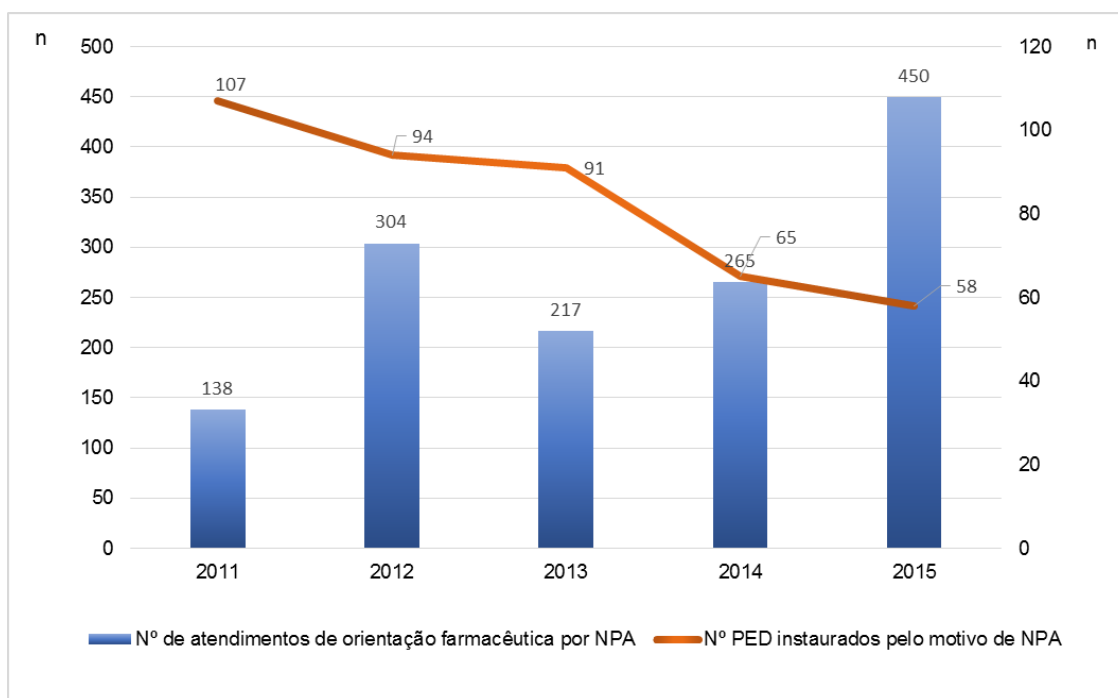
Com relação às orientações realizadas em inspeção fiscal, os principais assuntos que motivaram as orientações envolveram as normas abaixo descritas:

- RDC nº 44/09 - dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
- RDC nº 80/06 – as farmácias e drogarias poderão fracionar medicamentos a partir de embalagens especialmente desenvolvidas para essa finalidade de modo que possam ser dispensados em quantidades individualizadas para atender às necessidades terapêuticas dos consumidores e usuários desses produtos, desde que garantidas as características asseguradas no produto original registrado e observadas as condições técnicas e operacionais estabelecidas nesta resolução.
- RDC nº 67/07 - dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias (alterada em seu anexo III – item 7 e subitens pela RDC 21/09)
- RDC nº 96/08 - dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos.

- RDC nº 20/11 – dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
- Portaria nº 344/98 - aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
- RDC nº 22/14 – dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC.
- Res. CFF nº 357/01 - aprova o regulamento técnico das boas práticas de farmácia (alterada pela Res CFF nº 416/04 que revoga o § 2º do artigo 34, revogada no item 6.26 do artigo 6º, no parágrafo único do artigo 9º e no artigo 15 pela Res. CFF 579/13 e nova redação dos artigos 11 e 12 dada pela Res CFF 597/14).
- Res. CFF nº 499/08 - Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências (alterada pela Res CFF 505/09).
- Res. CFF nº 596/14 - código de ética da profissão farmacêutica.
- RDC nº 16/14 - dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas (alterada no § único do artigo 32 pela RDC 40/14).

De acordo com o artigo 37 do Anexo II da Resolução nº 596/2014 do CFF, que estabelece o Código de Processo Ético, para abertura de processo ético-disciplinar (PED) com fundamento na ausência do profissional no estabelecimento a que presta assistência técnica, são necessárias, no mínimo, 03 (três) constatações fiscais, no período de 24 meses. Sendo assim, quando da constatação fiscal da segunda ausência do profissional, o farmacêutico é convocado para receber orientações sobre a legislação vigente de forma a adequar a sua conduta, afim de evitar que responda, futuramente, um processo ético disciplinar.

O Gráfico 3 demonstra que, no período de 2011 a 2015, com o aumento nos atendimentos de orientação farmacêutica por não prestação de assistência (NPA), ocorreu uma redução no número de processos éticos disciplinares instaurados por NPA, representando o desempenho da orientação farmacêutica na conduta ética do profissional.



* sendo NPA - Não Prestação de Assistência Farmacêutica; PED - Processo Ético Disciplinar.

Gráfico III. Comparativo 2011-2015 quanto ao número de atendimentos de orientação farmacêutica por NPA e número de PED instaurados por NPA.

Em 2015 o Setor de Orientação Farmacêutica realizou 9.841 atendimentos telefônicos e 3.909 e-mails com esclarecimentos de dúvidas foram respondidos. O atendimento realizado via *chat online* atendeu 1.321 farmacêuticos para esclarecimentos de dúvidas técnicas e de legislação.

Na palestra voltada aos farmacêuticos que assumiram responsabilidade técnica realizada na sede do CRF-SP compareceram 93 farmacêuticos e nas seccionais compareceram 145 farmacêuticos. Em 2014, compareceram na palestra 124 farmacêuticos na sede do CRF-SP e 225 farmacêuticos nas seccionais.

O Setor de Denúncias realizou apuração de denúncias recebidas pelo órgão com posterior encaminhamento e providências cabíveis. Foi realizado o encaminhamento das irregularidades constatadas nas inspeções fiscais e por denúncia para as Vigilâncias Sanitárias, Centro de Vigilância Sanitária (CVS-SP), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e em alguns casos para outros conselhos profissionais, Ministério Público e Sindicato dos Farmacêuticos (Sinfar).

No ano de 2015, o CRF-SP recebeu 1.249 denúncias, que em conjunto com as irregularidades detectadas nas ações da fiscalização, geraram a demanda de 1.136 ofícios encaminhados a outros órgãos e entidades públicos (Visas, Anvisa, CVS, Coren-

SP, Cremesp, Crefito, CROSP, CRF-GO, CRF-MG, CRF-PR, CRF-RO, Delegacias, Ministério Público).

No ano de 2015, o Setor de Análise de Recursos analisou 8.410 termos de intimação, sendo que 3.645 foram cancelados. Os Gráficos 4 e 5 apresentam, respectivamente, a distribuição de termos de intimação analisados por mês e a quantidade de termos de intimação cancelados por mês.

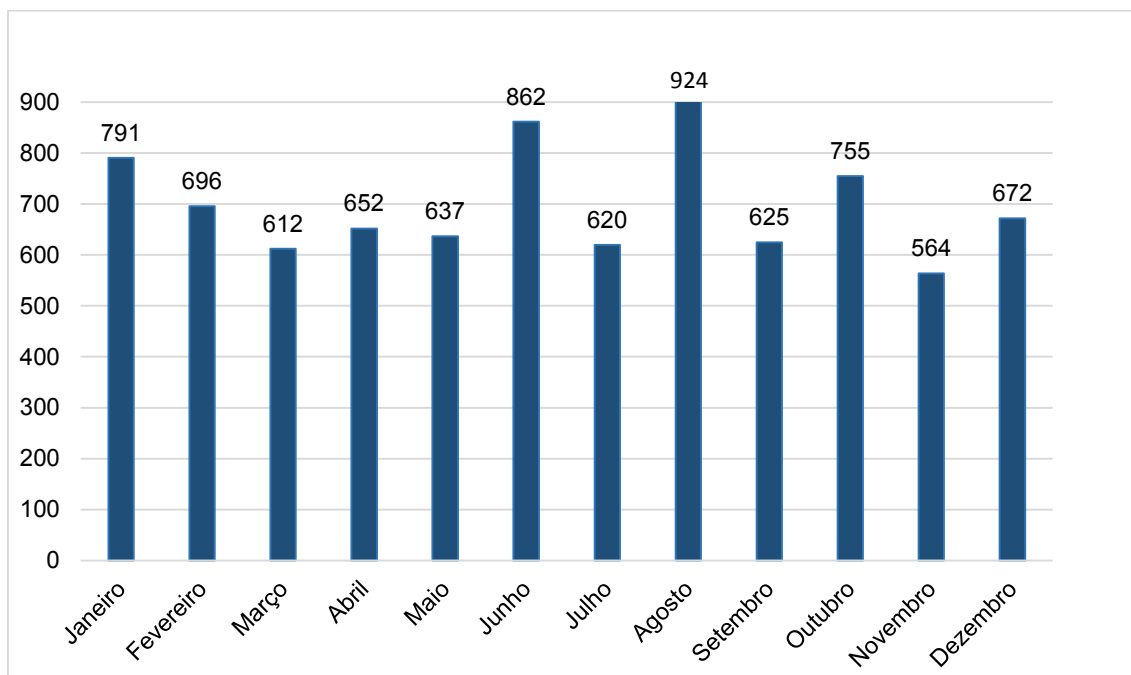


Gráfico IV. Quantidade de termos de intimação analisados por mês, no ano de 2015.

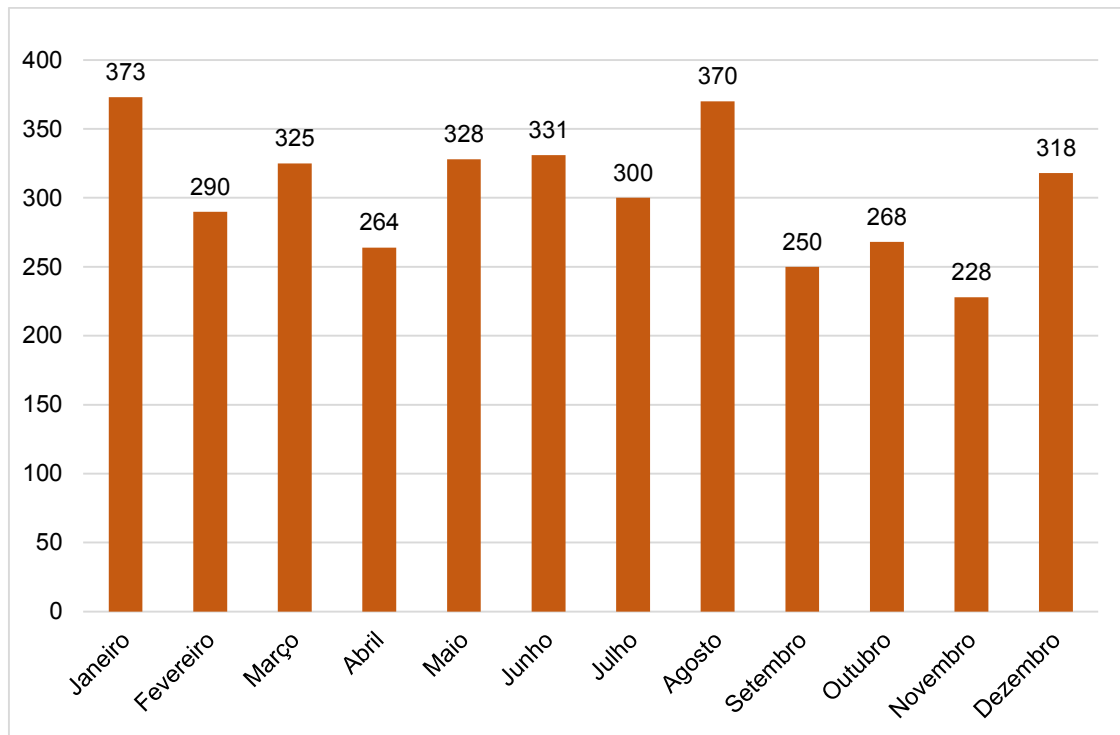


Gráfico V. Quantidade de termos de intimação cancelados por mês, no ano de 2015.

Após a lavratura do termo de inspeção, a apresentação de recurso, atualmente está regulamentada pela Resolução nº 566/12, do CFF. Em 2015 foram recebidos 6.769 recursos e emitidos 7.381 ofícios resposta, conforme apresentado, respectivamente, nos Gráficos VI e VII.

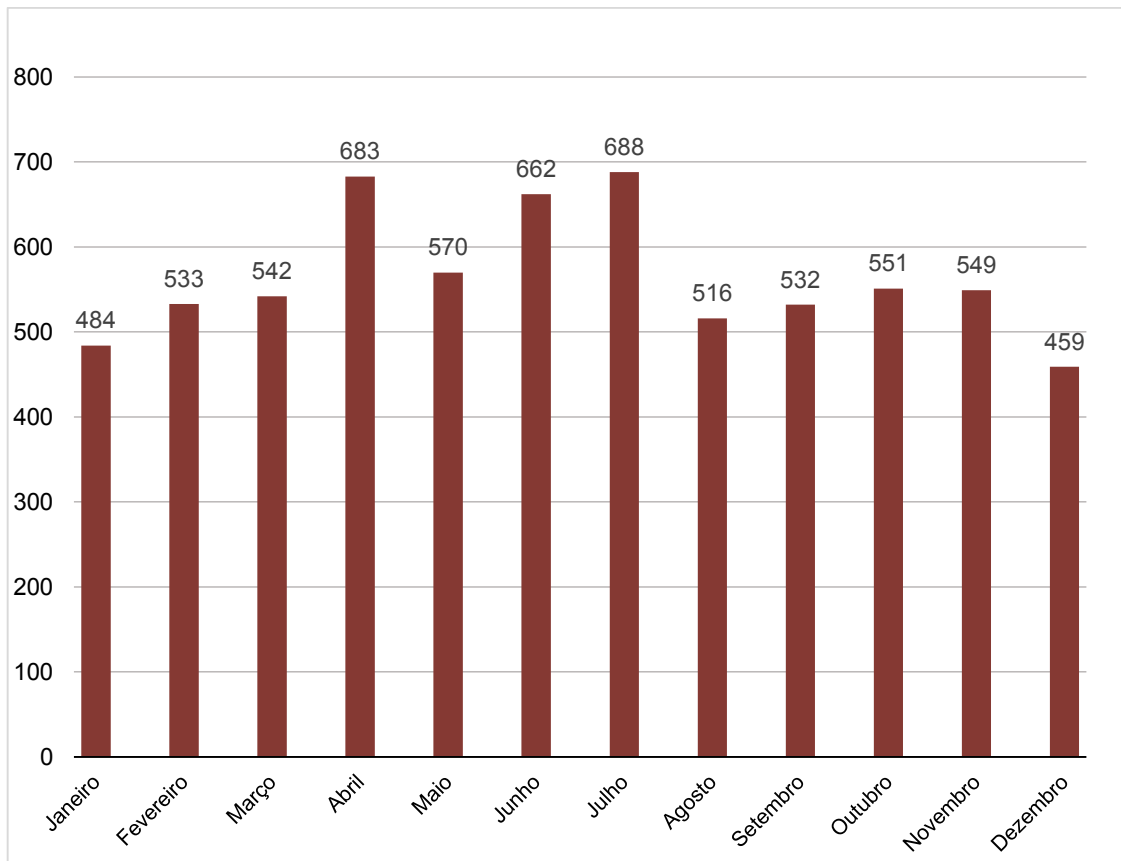


Gráfico VI. Número de recursos recebidos por mês, após lavratura do termo de intimação, no ano de 2015.

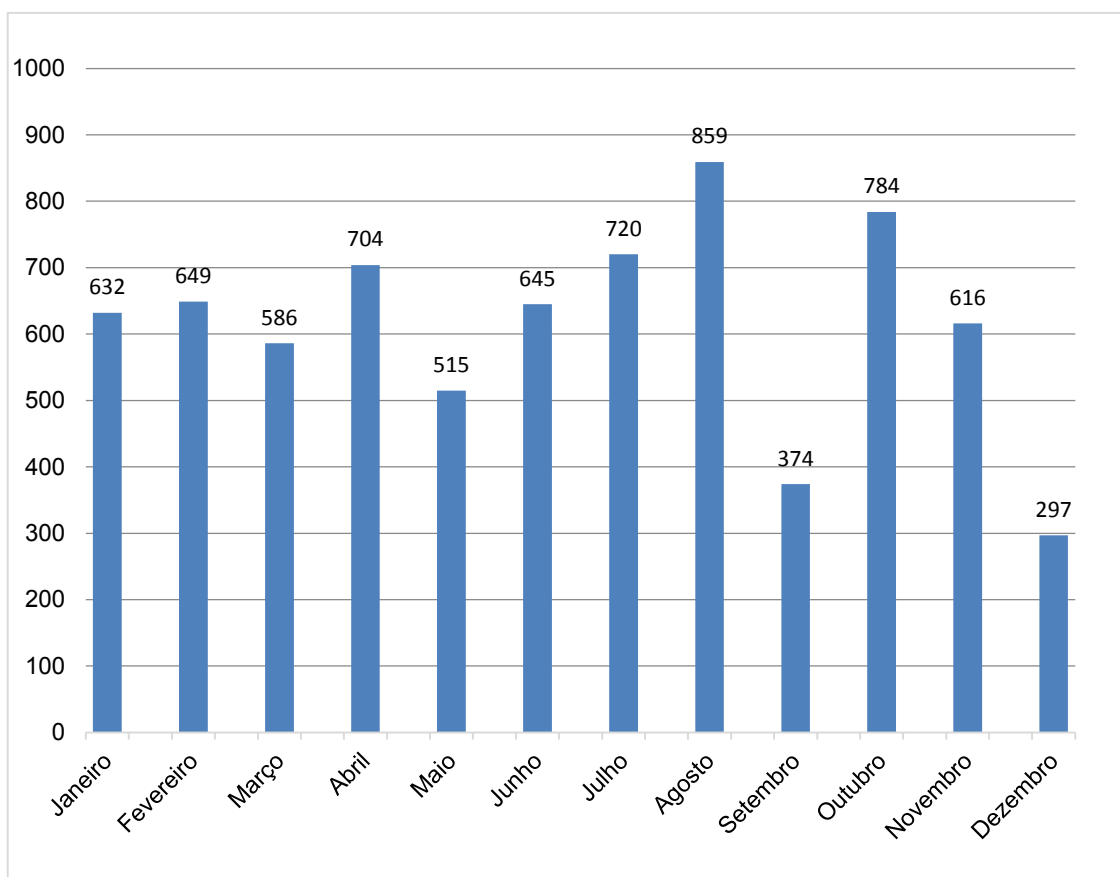


Gráfico VII. Número de ofícios emitidos por mês, no ano de 2015.

No que se refere aos ofícios emitidos, conforme Gráfico VIII, foi possível constatar acréscimo de 246 ofícios, demonstrando aumento da demanda de 2015 em relação a 2014.

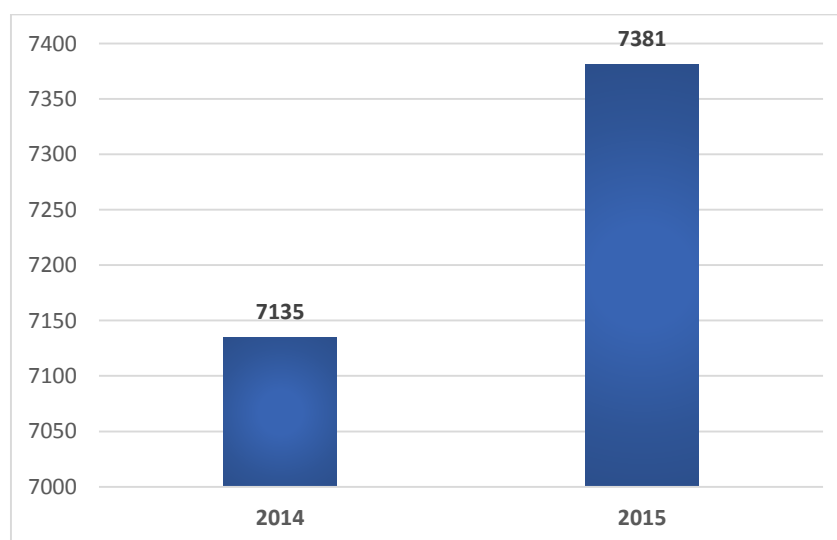


Gráfico VIII. Comparativo 2014-2015 para nº total de ofícios emitidos.

Após decisão do Plenário e da Diretoria do CRF-SP, o Setor de Processo Fiscal emite as multas e as reincidências (nos casos de não regularização). Em 2015 foram emitidas 4.765 multas e 3.216 reincidências, classificadas por mês (Gráficos IV, X e XI), por motivos (Gráfico XII) e por faixas (Gráfico XIII).

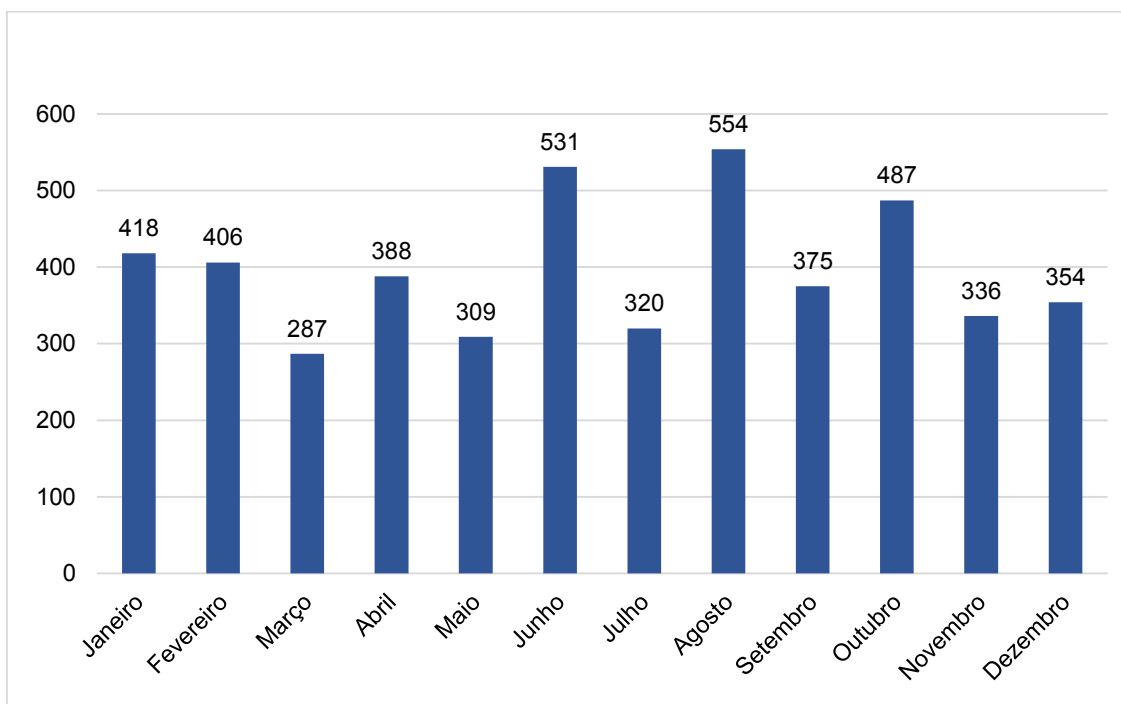


Gráfico IX. Número de multas emitidas por mês, no ano de 2015.

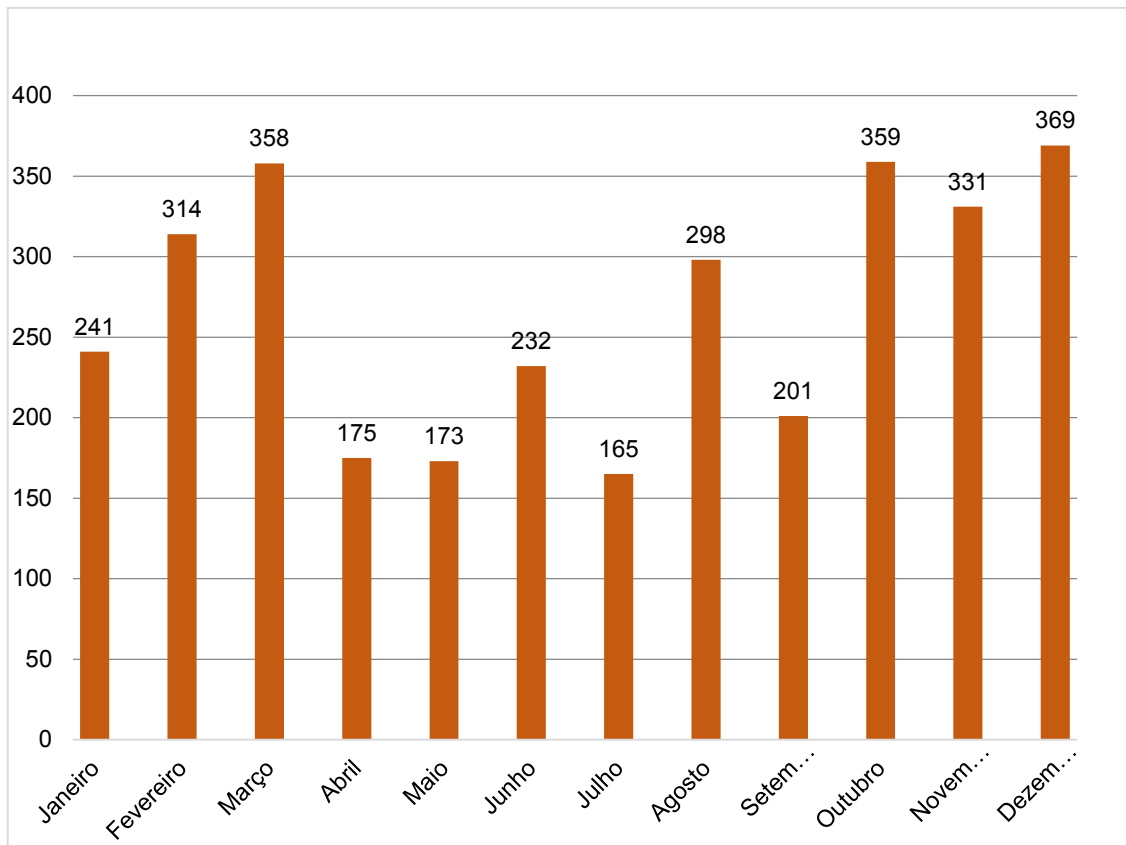


Gráfico X. Número de reincidências emitidas por mês, no ano de 2015.

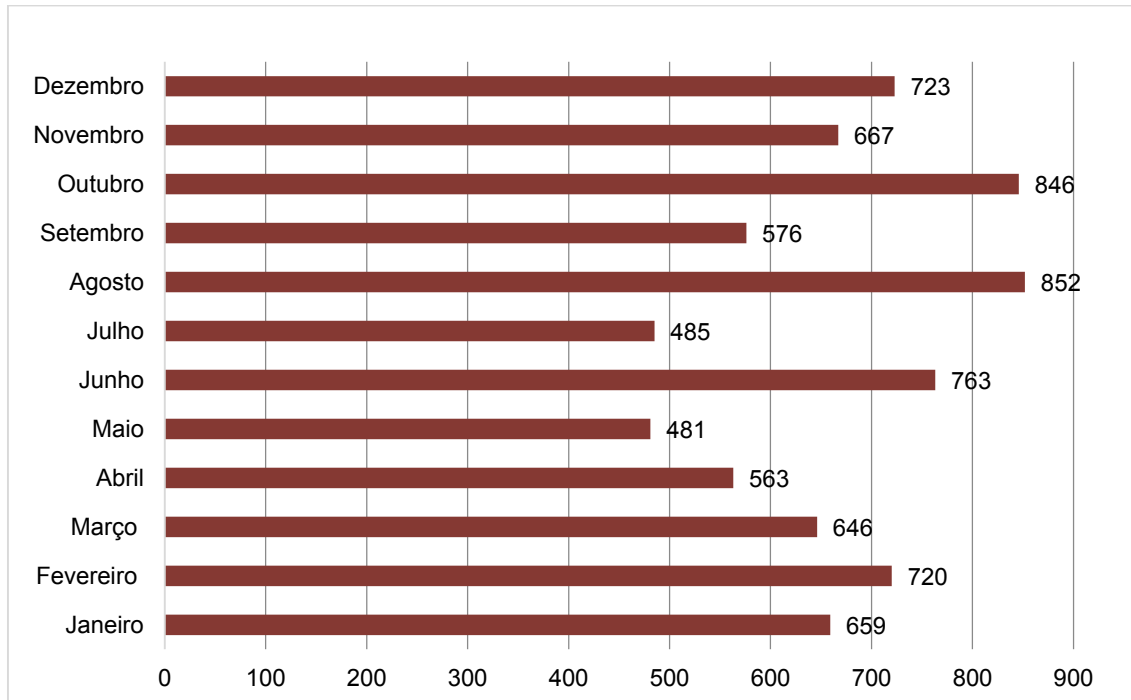
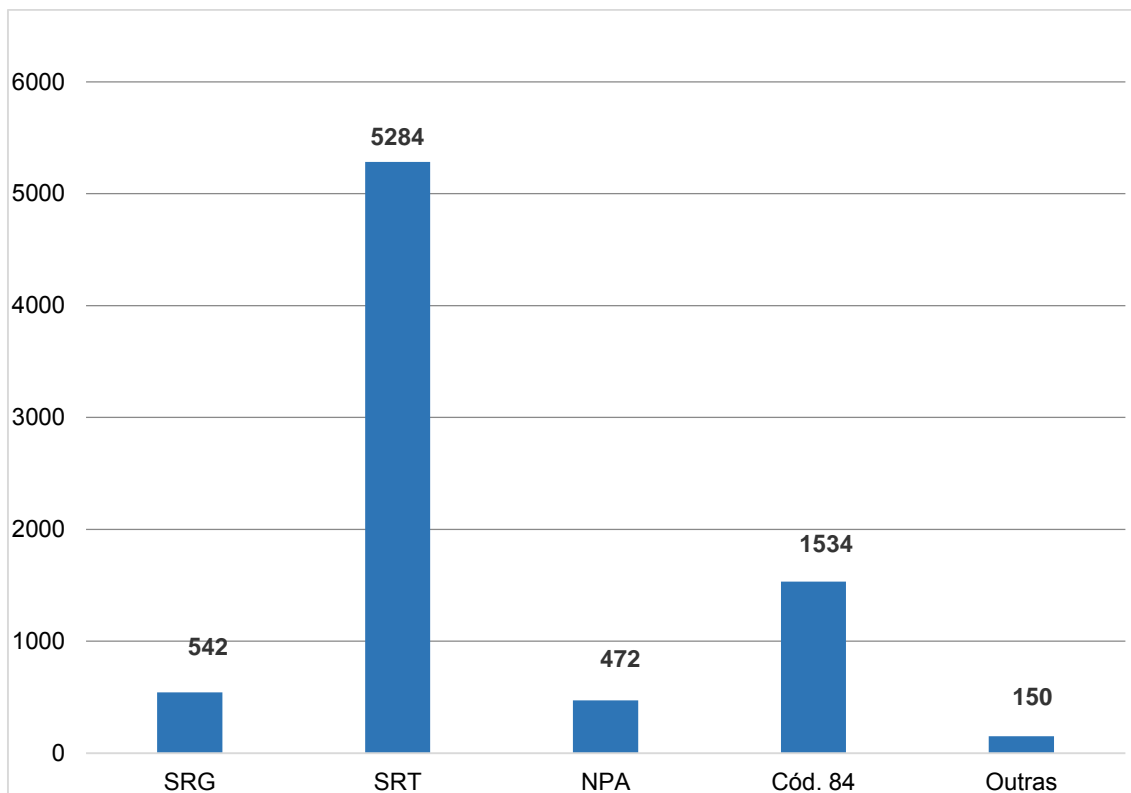
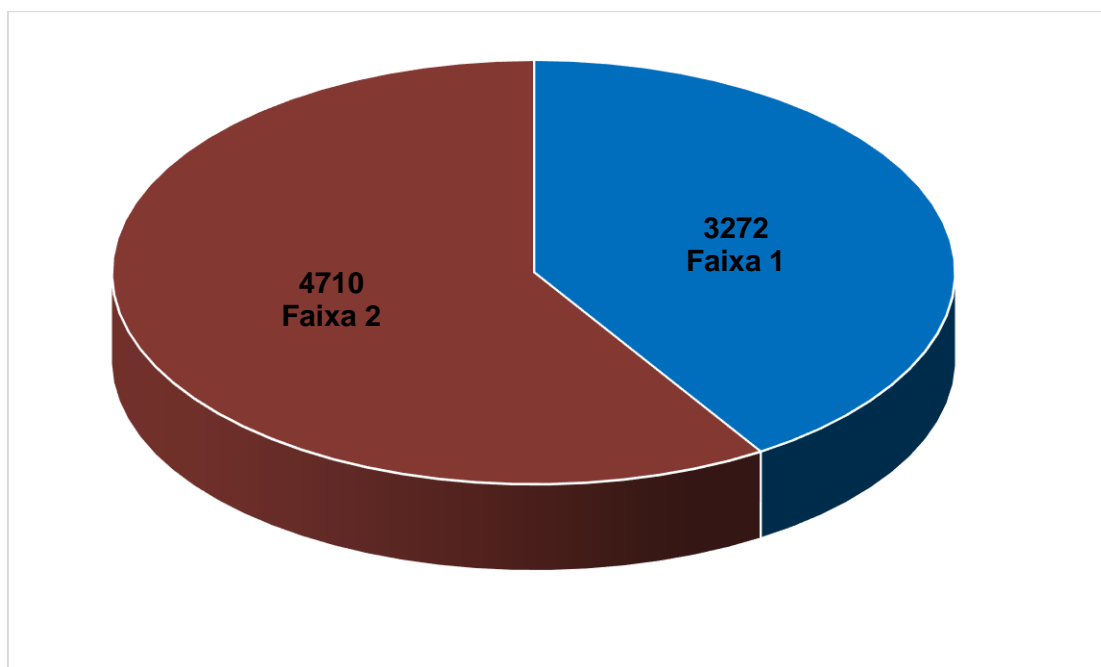


Gráfico XI. Número de multas e reincidências emitidas por mês, no ano de 2015.



*SRG = sem registro; SRT = sem responsável técnico; NPA = não prestação de assistência; cód.84 = assistência farmacêutica parcial; outros = atividades privativas sendo executadas por leigos; farmacêuticos sem vínculo declarado.

Gráfico XII. Número de multas e reincidências emitidas, por tipo de infração, no ano de 2015.



***Faixa 1:** valor da multa por infração ao artigo 24, parágrafo único, da Lei nº 3.820/60, de três salários mínimos regionais na primeira constatação. **Faixa 2:** valor da multa por infração ao artigo 24, parágrafo único, da Lei nº 3.820/60, de seis salários mínimos regionais no caso de reincidência.

Gráfico XIII. Número de multas e reincidências emitidas, por faixa salarial, no ano de 2015.

Conforme gráfico XIV, comparando ao exercício de 2014, foi observado aumento na análise de 1468 Termos de Intimação, além do aumento de 1061 emissões de multas e reincidências.

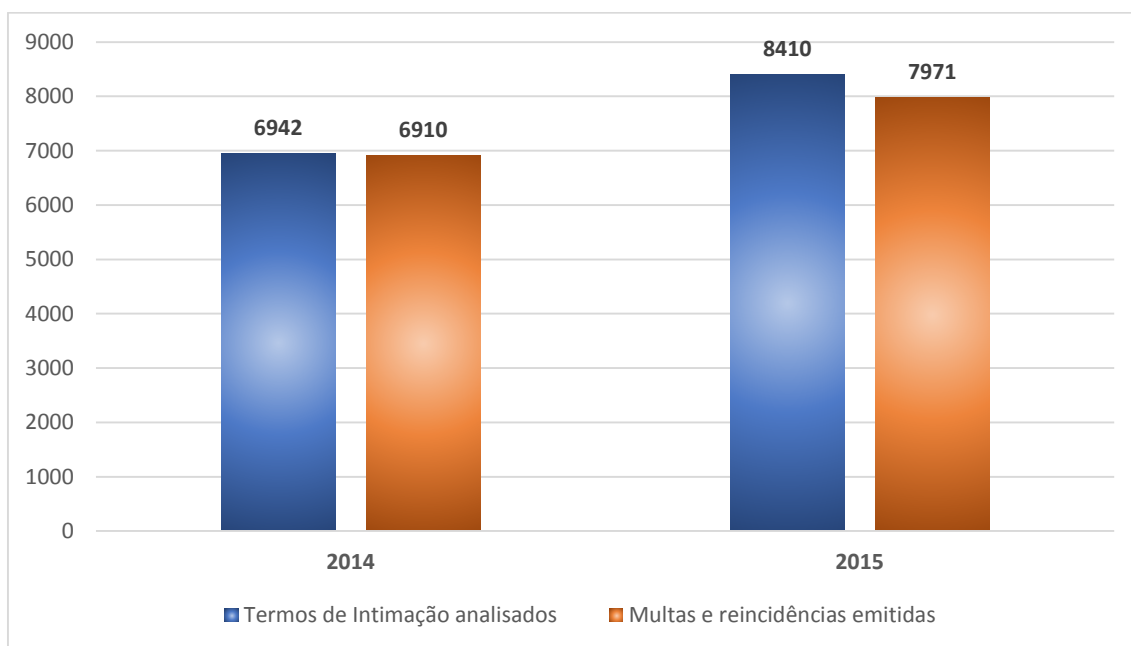


Gráfico XIV. Comparativo 2014-2015 do número de termos de intimação analisados e multas/reincidências emitidas.

Quanto à análise de recursos de termos de inspeção de intimação, conforme demonstrado no Gráfico XV, observa-se um melhor desempenho do processo, visto a redução do tempo médio de 20 e 16 dias, respectivamente, para os termos que resultaram na emissão de multas ou que foram cancelados.

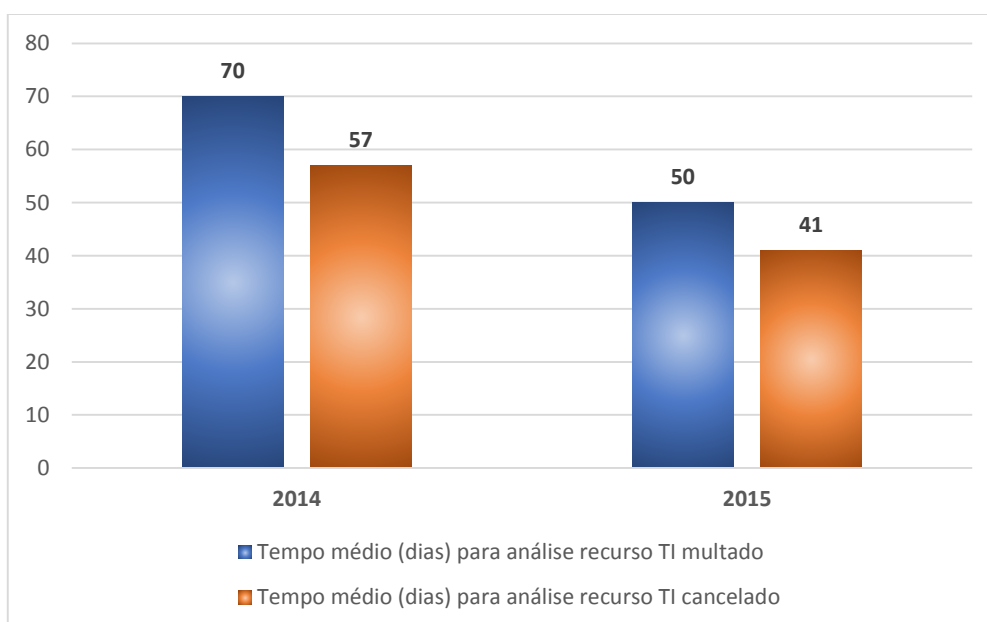


Gráfico XV. Tempo médio para análise de recurso (termo de intimação).

O trâmite dos recursos às multas emitidas por este CRF-SP ao Conselho Federal de Farmácia (CFF), envolve a montagem do processo administrativo e o posterior envio ao Conselho Federal de Farmácia, sendo que no ano de 2015 foram enviados 88 recursos ao CFF. No ano de 2014 foram enviados 110 recursos ao CFF.

Visando também contribuir com o Plano Estratégico foram tomadas as seguintes ações:

a) Capacitação da equipe de Fiscalização

Em virtude da atualização recorrente das legislações vinculadas às atividades farmacêuticas, com destaque para a publicação da Lei nº 13.021/14, e conforme preconiza o artigo 5º do Anexo I da Resolução nº 600/2014, do CFF, foi previsto para o ano de 2015 a realização de capacitações para qualificação e motivação da equipe de fiscais (Tabela II).

Tabela II. Capacitações realizadas para os farmacêuticos fiscais em 2015.

Tema abordado	Carga horária
Capacitação - Aplicação da Lei nº. 13.021/14 na Fiscalização	08 horas
Seminário sobre a Lei nº. 13.021/14	12 horas
Diversidade e Estratégias para a Gestão de Conflitos	08 horas
Capacitação sobre Procedimentos de Fiscalização com lançamento da 9ª edição do Manual de Procedimentos de Fiscalização	08 horas

4.6 INDICADORES

Os indicadores apresentados a seguir são utilizados pelo CRF-SP para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance de metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados e dos processos de trabalho, identificar necessidade de ações corretivas e implantação de novas ações.

Com relação às diretrizes estabelecidas para o macroprocesso de **Fiscalização do Exercício Profissional**, estas visam resguardar os interesses da sociedade e da própria autarquia, a partir da apuração de irregularidades envolvendo o exercício profissional que configuram condições de risco à saúde da população.

Visando garantir a assistência farmacêutica com qualidade, incluindo a redução de estabelecimentos ilegais (clandestinos) e irregulares (sem Responsável Técnico ou sem assistência farmacêutica integral), é diretriz deste CRF-SP a intensificação da fiscalização em empresas irregulares e ilegais, além da manutenção da rotina nos demais estabelecimentos. Ademais, conforme previsto pela Resolução nº 600/14 do CFF, o farmacêutico fiscal deve cumprir meta de fiscalização diária compreendida de 10 a 15 inspeções, sendo planejado para 2015 a lavratura de 84.710 termos, tendo sido realizado 85.809. O cumprimento de tal meta é monitorado mensalmente por meio de Mapa Mensal de Produtividade. Para tanto, emprega-se um indicador que demonstra o atendimento à meta de fiscalização normativa compreendida entre 10 e 15 inspeções, tendo como meta 100% de atendimento:

Índice de atendimento à meta de fiscalização normativa (%) = (número de lavraturas de termos estimado para o corrente ano/ número de lavraturas de termos realizados no corrente ano) x 100

Sendo assim, a meta foi superada em 1,30%.

Seguindo as diretrizes aprovadas em Plenário de Fiscalização, em 2015, em que se priorizou a fiscalização em estabelecimentos ilegais (sem registro e sem responsável técnico farmacêutico perante o CRF-SP) e irregulares (sem responsável técnico farmacêutico perante o CRF-SP) (Tabela XX), observa-se que o número de estabelecimentos ilegais e irregulares constatados pela fiscalização tem reduzido consideravelmente no decorrer dos últimos anos (Gráfico XVI). Corroborando com as constatações fiscais, o número de estabelecimentos ilegais e irregulares que constam no sistema cadastral do CRF-SP reduziu cerca de 3,78% nos últimos cinco anos (Gráfico XVII).

Tabela XX. Total de Termos Lavrados conforme Irregularidade Constatada no período de 2010 à 2015.

Exercício	Termos lavrados sem registro	Termos lavrados sem cadastro	Termos lavrados sem RT	Termos lavrados assistência parcial	Termos lavrados sem registro e sem cadastro (%)	Termos lavrados sem RT e assistência parcial (%)
2010	2487	8260	6403	2290	14,31%	11,58%
2011	2307	9950	6522	1915	14,60%	10,05%
2012	1582	10021	6306	1843	14,10%	9,90%
2013	1114	6512	5192	1745	9,05%	8,23%
2014	836	4447	4874	2373	5,94%	8,15%
2015	768	3620	4418	2286	5,11%	7,81%

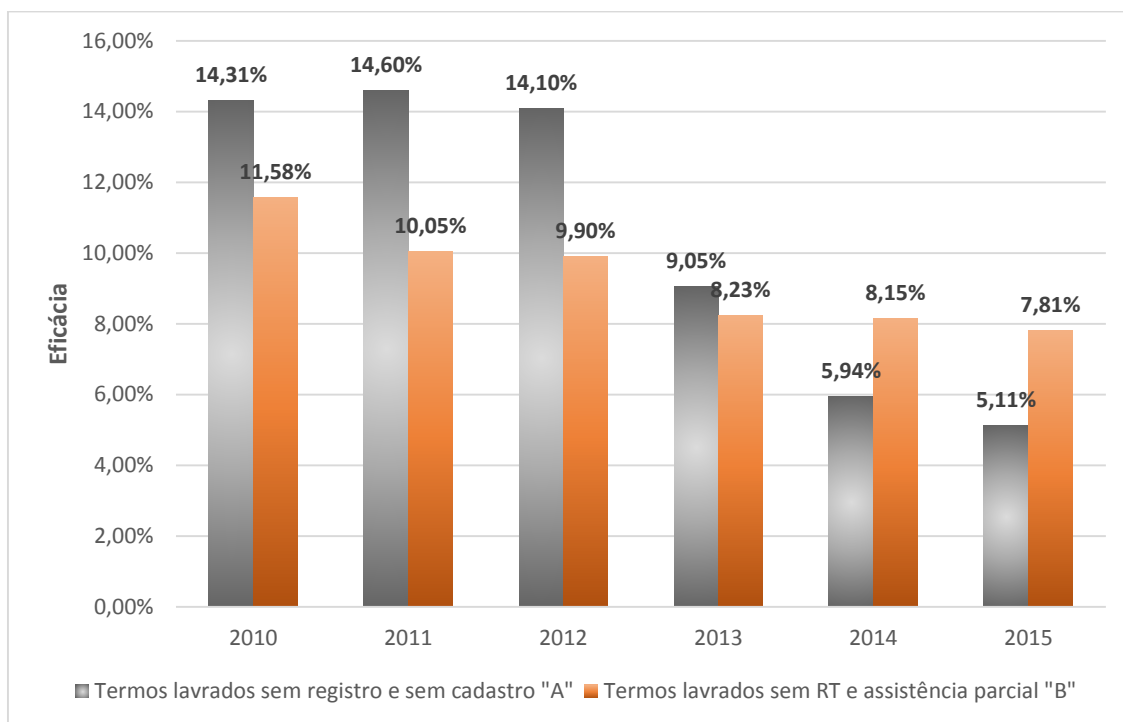


Gráfico XVI. Proporção de Estabelecimentos Ilegais e Irregulares constatadas pela Fiscalização do CRF-SP.

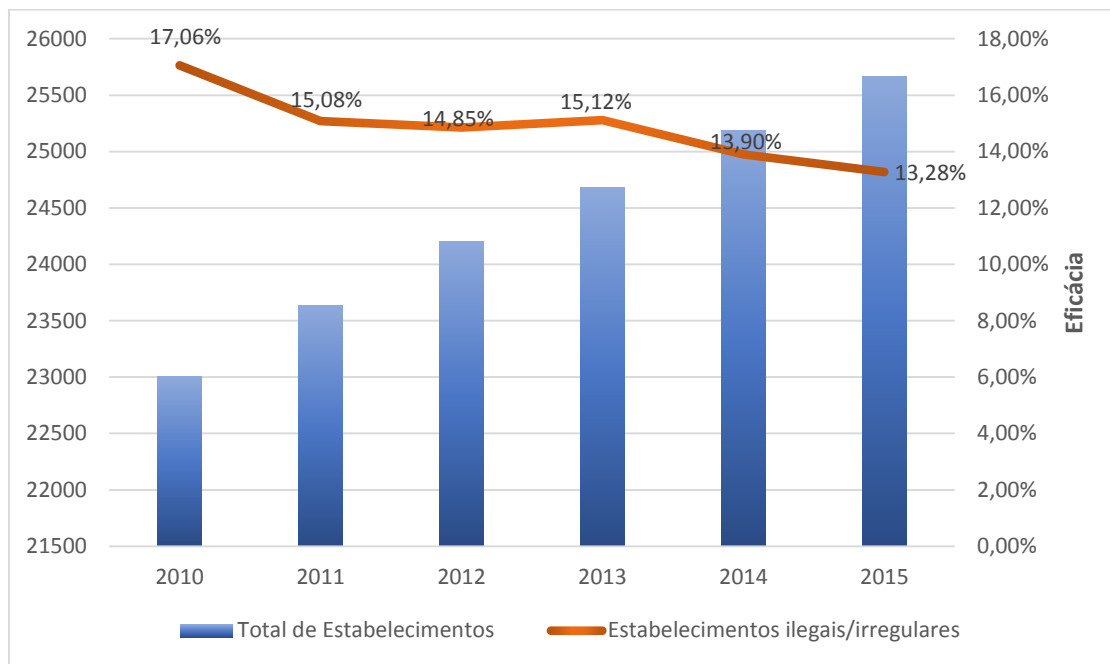


Gráfico XVII. Total de Estabelecimentos X Índice de Estabelecimentos Ilegais/Irregulares perante o CRF-SP.

Visando acompanhar a redução do número de estabelecimentos ilegais e irregulares, faz-se uso do indicador “ilegalidade e irregularidade dos estabelecimentos farmacêuticos”, cuja meta não é estabelecida em face da dependência de fatores externos não passíveis de controle quantitativo.

Ilegalidade e irregularidade dos estabelecimentos farmacêuticos (%) = [(média mensal do número de estabelecimentos sem registro, sem cadastro, sem responsável técnico e sem assistência farmacêutica integral oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano) / (média mensal do número de estabelecimentos regulares, ilegais e irregulares oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano)] x 100

A diminuição gradativa do índice de estabelecimentos ilegais/irregulares demonstra a efetividade dos trabalhos realizados pela fiscalização.

Ressalta-se que a fiscalização do exercício profissional do farmacêutico, prevista na Lei nº 3.820/60, visa a constatação dentre outras questões, da devida e efetiva prestação de assistência por parte do farmacêutico, uma vez que é com a prestação de assistência que o profissional cumpre e faz cumprir as normas profissionais e sanitárias vigentes, no estabelecimento na qual é vinculado, promovendo a saúde e ofertando serviços de excelência.

Neste contexto, o Gráfico XVIII demonstra um aumento de 11,03% nos últimos cinco anos quanto à constatação fiscal de farmacêutico presente em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada.

Visando aferir a presença do profissional em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada, faz-se uso do indicador de “devida e efetiva assistência farmacêutica em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada”, bem como, do indicador de “indevida e não efetiva assistência farmacêutica em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada” (com constatações fiscais de farmacêuticos ausentes):

Devida e efetiva assistência farmacêutica (%) = n° de constatações fiscais de farmacêuticos presentes em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada / n° total de termos lavrados no referido ano) x 100

Indevida e não efetiva assistência farmacêutica (%) = n° de constatações fiscais de farmacêuticos ausentes em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada no referido ano / n° total de termos lavrados no referido ano) x 100

O aumento gradativo do índice de devida e efetiva assistência farmacêutica demonstra a efetividade dos trabalhos realizados pela fiscalização. Da mesma forma, a diminuição gradativa do índice de indevida e não efetiva assistência farmacêutica demonstra a efetividade dos trabalhos realizados pela fiscalização.

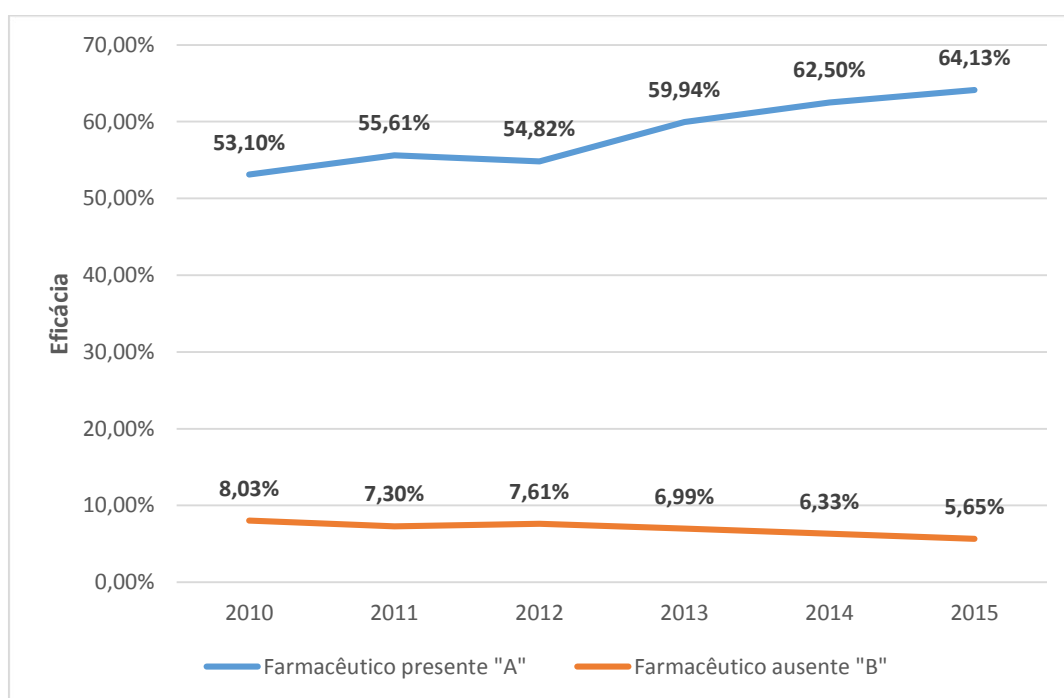


Gráfico XVIII. Índice de Presença x Ausência.

Com base nos dados obtidos no ano de 2015 observa-se que o CRF-SP tem cumprido com sua atividade de fiscalização do exercício profissional com foco na orientação dos profissionais e as metas almejadas para o ano foram alcançadas dentro dos prazos previstos, uma vez que o número total de inspeções fiscais foi superior ao previsto inicialmente e houve uma redução do número de estabelecimentos irregulares e ilegais.

Com intuito de monitorar o direito do cidadão à assistência farmacêutica, observa-se por meio do Gráfico XIX o crescimento da presença do profissional e redução do número de estabelecimentos ilegais, irregulares e com assistência deficitária. É possível constatar a evolução gradativa da assistência farmacêutica no Estado de São Paulo, visualizada com o aumento de 13,92% nos últimos cinco anos.

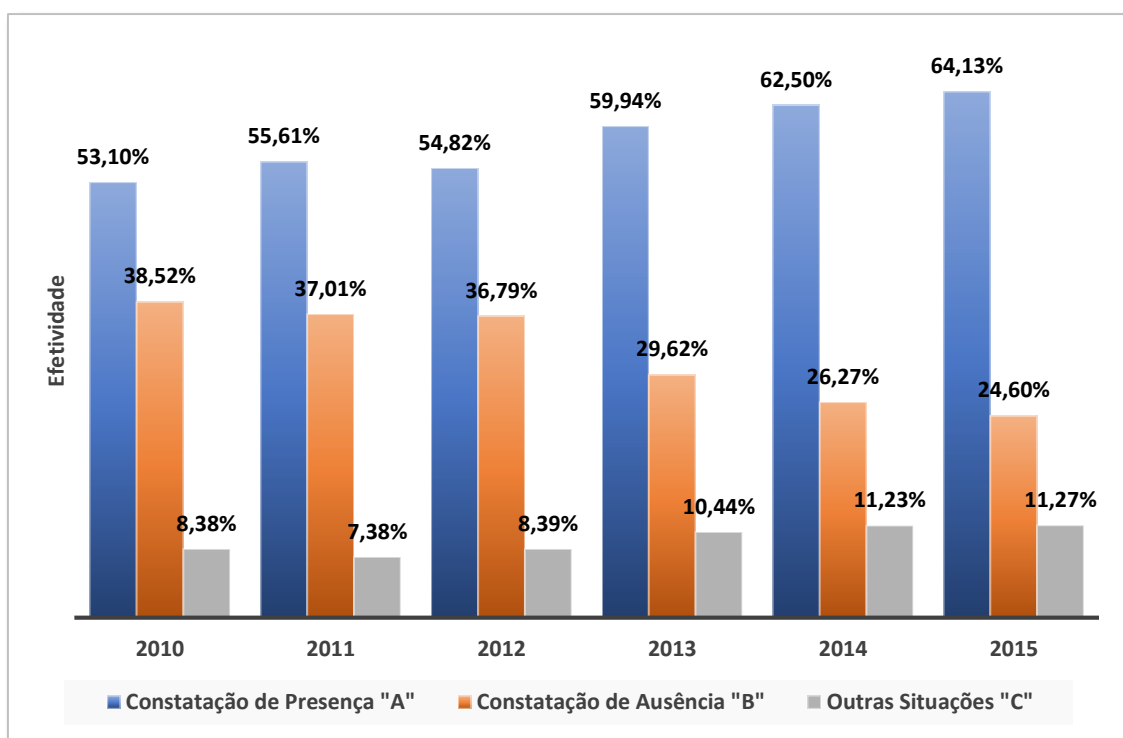


Gráfico XIX. Dados de assistência farmacêutica constatados em inspeção fiscal de 2010 a 2015.

No Gráfico XIX, as outras situações se referem a estabelecimentos fechados, encerrados, não vinculados, não localizados e residências, não interferindo na assistência.

Com relação à diretriz estabelecida para o macroprocesso de **Ética Profissional**, esta visa atingir os interesses da sociedade, do profissional e da própria Autarquia. Portanto, tem como objetivo primordial o trâmite processual em tempo razoável em atenção ao artigo 5º inciso LXXVIII da Constituição Federal, respeitando-se também os princípios do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal.

Apesar da punibilidade por falta sujeita a processo ético-disciplinar prescrever em 5 anos, tem-se como meta que os processos éticos disciplinares sejam tramitados no prazo máximo de 03 anos nesta instância. Para acompanhamento anual utiliza-se um indicador de Celeridade Processual que demonstra a efetividade do mesmo.

Celeridade Processual (%) = (nº de processos não julgados com tempo de trâmite processual superior a 3 anos/nº de processos com tempo de trâmite processual superior a 3 anos que foram julgados no corrente ano) x 100

Em razão de não haver processos pendentes de julgamento com tempo de trâmite processual superior a 3 anos obteve-se Celeridade Processual de 100 % o que indica que a meta foi atingida, uma vez que o mesmo indicou 100% de efetividade. Ressalta-se que o mesmo foi observado em 2014.

O CRF-SP tem como diretriz atender com qualidade os usuários, desta forma, monitora-se por meio do Índice de Satisfação do Usuário se a meta de 70% das respostas serem consideradas satisfatórias foi atingida.

O Índice de Satisfação do Usuário tem como base os resultados de três pesquisas de satisfação realizadas pelo departamento.

1º – Pesquisa realizada através de e-mail destinada aos profissionais farmacêuticos que foram atendidos pessoalmente em todas as unidades do CRF-SP (P1). Nesta pesquisa, o tópico “Objetividade e clareza do funcionário” é o indicador utilizado no qual são oferecidas 4 opções de resposta: Excelente, Bom, Regular e Ruim. As opções Excelente e Bom são consideradas respostas satisfatórias.

2º – Pesquisa realizada através de e-mail destinada aos profissionais farmacêuticos que foram atendidos via telefone na Sede do CRF-SP (P2). Nesta pesquisa a pergunta “Dê uma nota de 1 a 5 para o atendimento realizado, sendo 5 a melhor nota” é o indicador utilizado, no qual são oferecidas as opções de nota 1, a pior e 5, a melhor. As notas 4 e 5 serão os indicadores de satisfação nesta pesquisa.

3º – Pesquisa realizada através do serviço de Chat do CRF-SP (P3), o usuário atendimento é convidado a responder uma pesquisa no final do atendimento, no qual ele

pode responder a seguinte pergunta “Qual a sua nota para o atendimento, de 1 a 5, sendo 5 a melhor nota” é o indicador utilizado, no qual são oferecidas as opções de nota 1, a pior e 5, a melhor. As notas 4 e 5 serão os indicadores de satisfação nesta pesquisa.

Após coletadas as informações, é feita a média ponderada de cada resultado usando como critério de ponderação a quantidade de pesquisas realizadas por cada meio, assim, chegando ao Índice de Satisfação do Usuário. A média ponderada pode ser expressada pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Satisfação do Usuário (\%)} = (P1*N1) + (P2*N2) + (P3*N3) / T$$

Legenda:

P1 = Percentual de satisfação da pesquisa 1;

P2 = Percentual de satisfação da pesquisa 2;

P3 = Percentual de satisfação da pesquisa 3;

N1 = Quantidade de respostas da pesquisa 1;

N2 = Quantidade de respostas da pesquisa 2;

N3 = Quantidade de respostas da pesquisa 3;

T = N1+N2+N3 = Total de pesquisas respondidas.

Em 2015, 3.545 farmacêuticos responderam à pesquisa de satisfação enviada por e-mail, o que equivale à 11,5% dos farmacêuticos atendidos durante o ano. Após o atendimento telefônico, participaram da pesquisa 5.099 farmacêuticos, sendo que 83,5% atribuíram nota que correspondem a satisfação. Na questão sobre o atendimento a solicitação, 94,3% responderam que foram atendidos na ligação. Após o atendimento via chat, a pesquisa de satisfação foi respondida por 8.847 pessoas, dos quais, 88% demonstraram estarem satisfeitas.

No ano de 2015, atingiu-se o Índice de Satisfação do Usuário de 89,68%, superando em 19,68% a meta para o respectivo período.

Preocupado com a capacitação técnica dos profissionais em razão dos benefícios a serem proporcionados à sociedade, o CRF-SP objetiva a capilaridade das suas capacitações ofertadas aos farmacêuticos.

Sendo assim, para atingir os objetivos das ações promovidas para o farmacêutico, com destaque aos cursos à distância (EAD), disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP pela *internet*, foram analisados dois aspectos: a) temas disponibilizados e b) índice de aplicabilidade do tema relacionado à realidade profissional, estabelecendo-se duas metas anuais:

- Aumento de um tema por ano;
- Índice igual ou maior que 80% a aplicabilidade do tema à realidade profissional.

O Quadro XI apresenta os temas disponibilizados em 2014 e 2015.

Quadro XI. Temas disponibilizados em 2014 e 2015.

Ano	Tema
2014	Eventos Adversos e Farmacovigilância
2015	Eventos Adversos e Farmacovigilância Prescrição Farmacêutica

Após a realização de cada curso, os participantes foram convidados a responder uma pesquisa de satisfação. Para a medição do item b), foram consideradas as respostas à seguinte questão: **o conhecimento adquirido é aplicável (útil) à sua realidade profissional?**

Índice de aplicabilidade do tema relacionado à realidade profissional (%) = (nº de respostas positivas / total de respostas) x 100

O índice de aplicabilidade do tema relacionado à realidade profissional foi atingido tanto em 2014 como em 2015 correspondendo, respectivamente a 100% e 97%.

Os dados obtidos permitem observar que atingiu-se a meta de aumento de um tema no ano de 2015, relativo ao ano anterior, bem como, a meta de índice igual ou maior que 80% para a aplicabilidade do tema à realidade profissional.

Portanto, o aumento do número de temas disponibilizados para salvaguardar a saúde da população e os altos índices de aplicabilidade à realidade profissional indicam que as capacitações técnicas contribuem para o aprimoramento e melhor atuação do profissional.

5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

Não contemplado no exercício de 2015.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	PEDRO EDUARDO MENEGASSO
CPF:	zzz.zzz.zzz-zz
Cargo:	PRESIDENTE
Registro Profissional:	14010
Entidade:	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação:	Reunião Plenária de 09/12/2013
Data do Ato de designação:	09/12/2013
Data inicial do mandato:	01/01/2014
Data final do mandato:	31/12/2015
Informações adicionais	
Dirigente:	MARCOS MACHADO FERREIRA
CPF:	zzz.zzz.zzz-zz
Cargo:	DIRETOR TESOUREIRO
Registro Profissional:	32635
Entidade:	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação:	Reunião Plenária de 09/12/2013
Data do Ato de designação:	09/12/2013
Data inicial do mandato:	01/01/2014
Data final do mandato:	31/12/2015
Informações adicionais	
Dirigente:	RAQUEL CRISTINA DELFINI RIZZI GRECCHI
CPF:	zzz.zzz.zzz-zz
Cargo:	VICE - PRESIDENTE
Registro Profissional:	13146
Entidade:	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação:	Reunião Plenária de 09/12/2013
Data do Ato de designação:	09/12/2013
Data inicial do mandato:	01/01/2014
Data final do mandato:	31/12/2015
Informações adicionais	
Dirigente:	PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE
CPF:	zzz.zzz.zzz-zz

Cargo: SECRETÁRIO GERAL
Registro Profissional: 23919
Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação: Reunião Plenária de 09/12/2013
Data do Ato de designação: 09/12/2013
Data inicial do mandato: 01/01/2014
Data final do mandato: 31/12/2015
Informações adicionais

Dirigente: ANTONIO GERALDO RIBEIRO DOS SANTOS JR

CPF: zzz.zzz.zzz-zz
Cargo: CONSELHEIRO
Registro Profissional: 13195
Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação: Reunião Plenária de 05/12/2011
Data do Ato de designação: 05/12/2011
Data inicial do mandato: 01/01/2012
Data final do mandato: 31/12/2015
Informações adicionais

Dirigente: PATRICIA DE CARVALHO MASTROIANNI

CPF: zzz.zzz.zzz-zz
Cargo: CONSELHEIRO
Registro Profissional: 18574
Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação: Reunião Plenária de 05/12/2011
Data do Ato de designação: 05/12/2011
Data inicial do mandato: 01/01/2012
Data final do mandato: 31/12/2015
Informações adicionais

Dirigente: RODINEI VIEIRA VELOSO

CPF: zzz.zzz.zzz-zz
Cargo: CONSELHEIRO
Registro Profissional: 14308
Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação: Reunião Plenária de 05/12/2011

Data do Ato de designação: 05/12/2011

Data inicial do mandato: 01/01/2012

Data final do mandato: 31/12/2015

Informações adicionais

Dirigente: ADRIANO FALVO

CPF: zzz.zzz.zzz-zz

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: 21544

Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Ato de designação: Reunião Plenária de 05/12/2011

Data do Ato de designação: 05/12/2011

Data inicial do mandato: 01/01/2012

Data final do mandato: 31/12/2015

Informações adicionais Exerceu o cargo de Conselheiro efetivo a maior para do ano de 2014 pela vacância de uma vaga

Dirigente: CELIA TANIGAKI

CPF: zzz.zzzz.zzz-zz

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: 44604

Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Ato de designação: Reunião Plenária de 05/12/2011

Data do Ato de designação: 05/12/2011

Data inicial do mandato: 01/01/2012

Data final do mandato: 31/12/2015

Informações adicionais

Dirigente: ISRAEL MURAKAMI

CPF: zzz.zzz.zzz-zz

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: 21228

Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Ato de designação: Reunião Plenária de 09/12/2013

Data do Ato de designação: 09/12/2013

Data inicial do mandato: 01/01/2014

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	MARIA FERNANDA CARVALHO
CPF:	zzz.zzzzzzz/zz
Cargo:	CONSELHEIRO
Registro Profissional:	11828
Entidade:	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação:	Reunião Plenária de 09/12/2013
Data do Ato de designação:	09/12/2013
Data inicial do mandato:	01/01/2014
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	ROSANA MATSUMI KAGESAWA MOTTA
CPF:	xxx.xxx.xxx-xx
Cargo:	CONSELHEIRO SUPLENTE
Registro Profissional:	17593
Entidade:	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação:	Reunião Plenária de 09/12/2013
Data do Ato de designação:	09/12/2013
Data inicial do mandato:	01/01/2014
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	CECILIA LEICO SHIMODA
CPF:	xxx.xxx.xxx-xx
Cargo:	CONSELHEIRO
Registro Profissional:	10100
Entidade:	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Ato de designação:	Reunião Plenária de 30/11/2009
Data do Ato de designação:	30/11/2009
Data inicial do mandato:	01/01/2011
Data final do mandato:	31/12/2014
Informações adicionais	Reeleita para o mandato 2015/2018
Dirigente:	FABIO RIBEIRO DA SILVA
CPF:	xxx.xxx.xxx-xx
Cargo:	CONSELHEIRO
Registro Profissional:	18331

Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Ato de designação: Reunião Plenária de 30/11/2009

Data do Ato de designação: 30/11/2009

Data inicial do mandato: 01/01/2011

Data final do mandato: 31/12/2014

Informações adicionais reeleito para o período 2015/2018

5.3 AUDITORIA

Estratégia de atuação em relação à Unidade central e às Subunidades descentralizadas

Indicadores quantitativos e qualitativos das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício

Redesenhos da estrutura organizacional da Unidade de auditoria e ganhos operacionais deles decorrentes

Demonstração da execução do plano anual de auditoria, avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas

A auditoria é realizada pelo Conselho Federal de Farmácia (Controle Externo) e pela Comissão de Tomada de Contas.

Informações adicionais

O procedimento adotado no CRF está previsto na Resolução nº 531/2010 do Conselho Federal de Farmácia, sendo certo que o artigo 35 vem sendo gradativamente implementado e observado pela Comissão de Tomada de Contas interna desta autarquia.

5.4 APURAÇÕES

Descrição da execução das atividades de correção, principais eventos apurados e as providências adotadas

Quando verificado qualquer ilícito administrativo, instaura-se o competente processo administrativo disciplinar a fim de apurar eventual falta, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5.5 GESTÃO RISCOS

Não contemplado no exercício de 2015.

5.6 REMUNERAÇÕES

Nos termos do art. 12 da Lei nº 3.820/1960 "o mandato dos membros dos Conselhos Regionais é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos".

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo não contratou serviço de auditoria independente no exercício de 2015.

6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO

Atendimento presencial em 32 unidades físicas distribuídas pelo Estado.

Atendimento eletrônico pelo site www.crfsp.org.br.

Denúncias sobre irregularidades profissionais por intermédio do e-mail denuncia@crfsp.org.br e telefone 0800 77 02 273.

Orientações aos profissionais inscritos via e-mail: orientacao@crfsp.org.br e telefone (11) 3067-1470.

Fale com o Presidente via e-mail diret@crfsp.org.br ou presencialmente em plantão regular semanal

6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

No ano de 2015, o total de ligações na Central Telefônica da Sede do CRF-SP resultou em 43.085 ligações. As ligações de entrada ocuparam em média, 03 minutos e 24 segundos cada. Cerca de 11% de ligações foram abandonadas pelo usuário, apesar de cada funcionário ocupar em média, 45% do seu tempo na Central, em ligações.

Foram monitoradas 535 ligações, o que corresponde a 1.2 % do total e obteve-se o seguinte resultado:

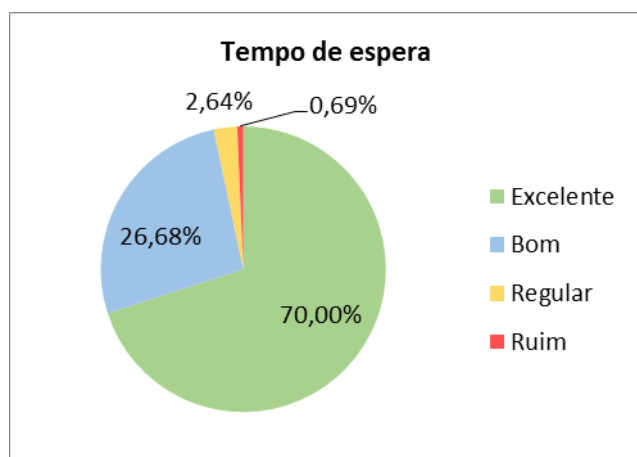
ATRIBUTO	Média	ATRIBUTO	Média
VELOCIDADE DE FALA	9,90	INFORMOU OS PROCEDIMENTOS CORRETAMENTE	94%
ENTONAÇÃO	9,86	PERGUNTOU SE É FARMACEUTICO	90%
LINGUA PORTUGUESA	9,98	NUMERO DO CRF	89%
USO DA LINGUAGEM	9,88	TRANSFERIU PARA A PESQUISA	82%
ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES	9,94	ABERTURA E FECHAMENTO	71%
ESCUITA ATIVA	9,93		
CORDIALIDADE	9,86		
PACIÊNCIA	9,83		
EMPATIA	9,81		
PERSONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	9,83		
PRONTIDAO	9,95		
Média dos Atributos	9,89		
Média Final	8,89		

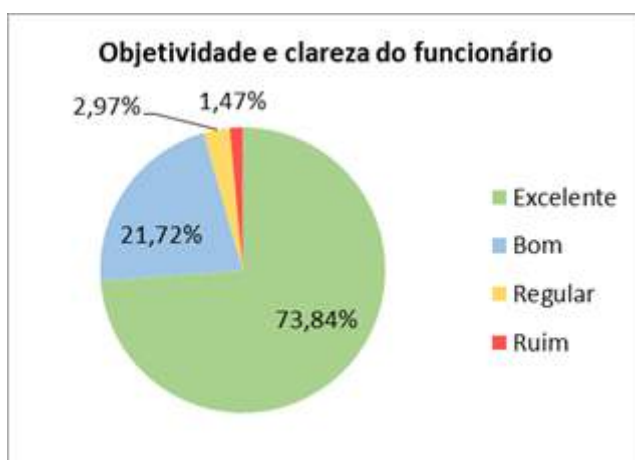
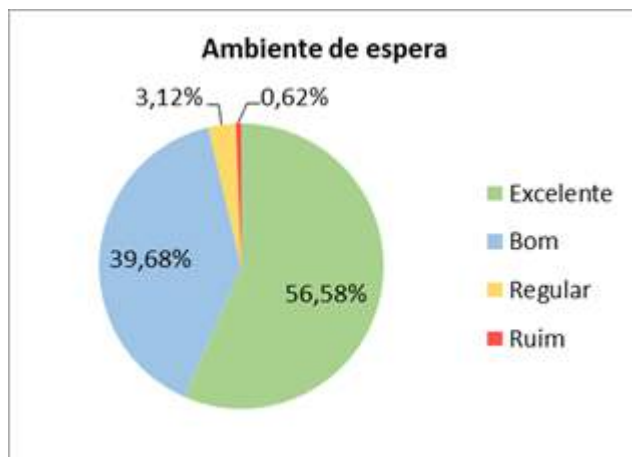
Por meio do mapeamento de erros por funcionário, foi possível detectar as dificuldades individuais e realizar feedbacks específicos. A tabela a seguir ilustra o levantamento geral de erros de procedimentos:

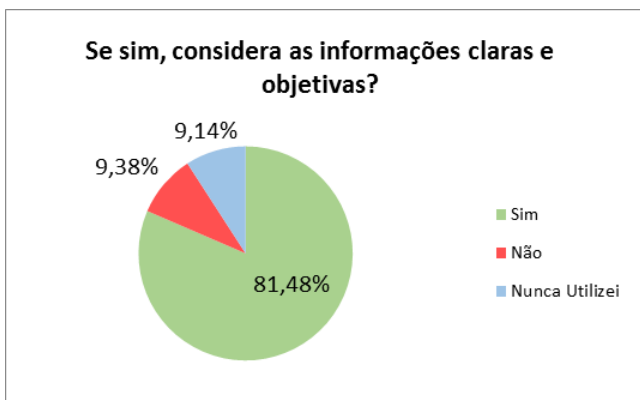
2015							
Mês	Protocolos	Erros	%	CI Externo	%	CI Interno	%
Janeiro	15289	344	2,2%	109	0,7%	235	1,5%
Fevereiro	14364	385	2,7%	83	0,6%	302	2,1%
Março	17369	483	2,8%	161	0,9%	322	1,9%
Abril	11128	330	3,0%	129	1,2%	201	1,8%
Maio	9559	285	3,0%	90	0,9%	195	2,0%
Junho	8875	218	2,5%	75	0,8%	143	1,6%
Julho	9994	322	3,2%	124	1,2%	198	2,0%
Agosto	10724	281	2,6%	99	0,9%	182	1,7%
Setembro	10918	238	2,2%	98	0,9%	140	1,3%
Outubro	9229	234	2,5%	102	1,1%	132	1,4%
Novembro	8638	212	2,5%	78	0,9%	134	1,6%
Dezembro	8794	279	3,2%	106	1,2%	173	2,0%
TOTAL	134881	3611	2,7%	1254	0,9%	2357	1,7%

Em 2015, 3.545 farmacêuticos responderam a uma pesquisa de satisfação enviada por e-mail, o que equivale à 11,5% dos farmacêuticos atendidos durante o ano. O resultado foi o seguinte:

		Excelente	Bom	Regular	Ruim
Atendimento	Tempo de espera para ser atendido	2443	931	92	24
	Ambiente de espera	1998	1401	110	22
	A objetividade do funcionário que o atendeu e a clareza das informações.	2808	787	105	52
		Sim	Não	Nunca Utilizei	
Site	Já consultou as informações sobre procedimentos e formulários no site do CRF-SP?	3048	426	-	-
	Se sim, considera as informações claras e objetivas?	2788	321	313	-



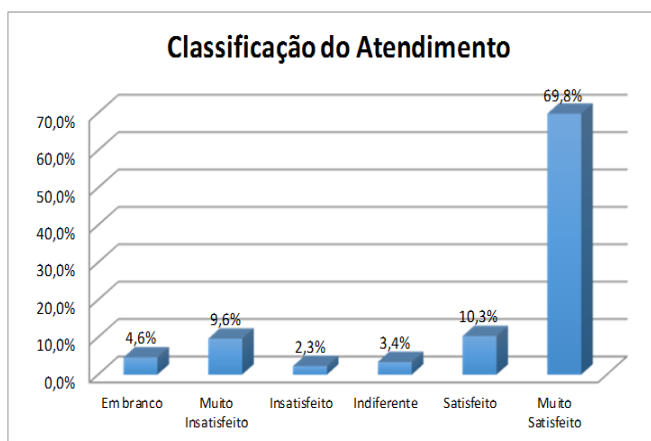
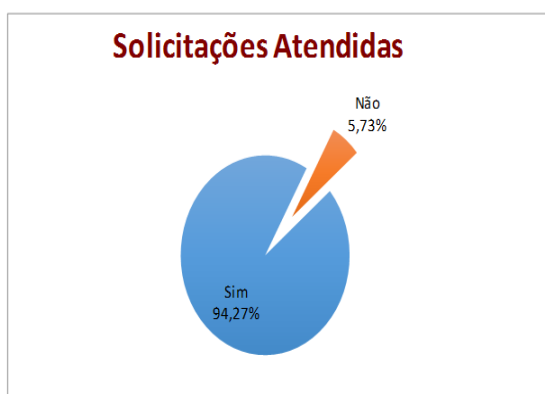




Após o atendimento telefônico, o farmacêutico participa de uma pesquisa de satisfação, o qual atribui nota de 1 a 5 para o atendente, sendo 5 a melhor nota e se sua solicitação foi atendida. Em 2015, participaram da pesquisa 5.099 farmacêuticos, sendo que 83,5% atribuíram nota que correspondem a satisfação. Na questão sobre o atendimento a solicitação, 94,3% responderam que foram atendidos na ligação. Segue abaixo a ilustração:

Pesquisa - Atendimento Telefônico

Solicitação atendida?			Respostas			
	Respostas	Total	%		Total	%
Sim	4807	5099	94,3%	Em branco	234	4,6%
Não	292	5099	5,7%	Muito Insatisfeito	490	9,6%
TOTAL	5099	5099	100%	Insatisfeito	117	2,3%
				Indiferente	172	3,4%
				Satisfeito	526	10,3%
				Muito Satisfeito	3560	69,8%
				Total Geral	5099	100%

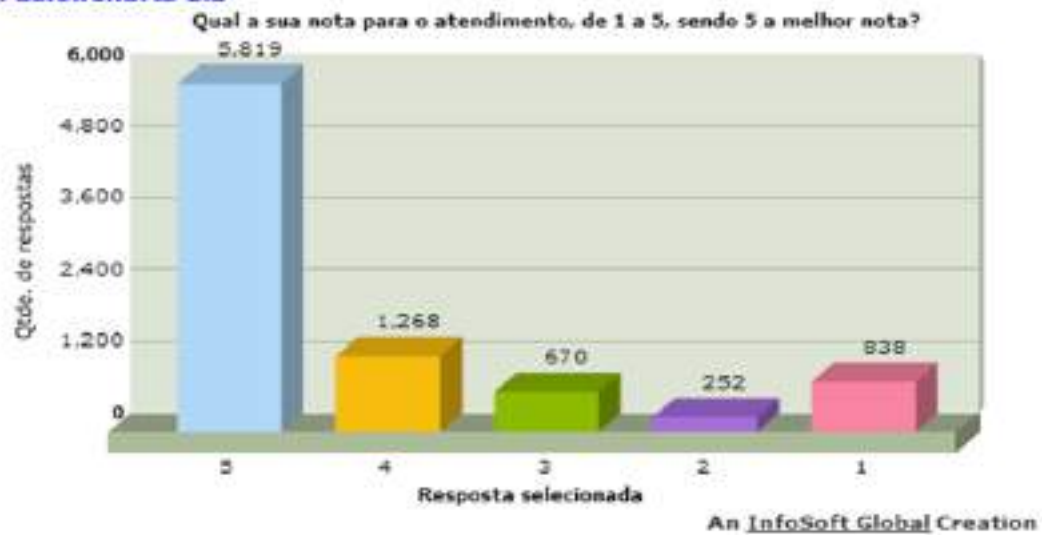


Posteriormente ao atendimento via chat, o usuário responde à uma pesquisa de satisfação, a qual foi respondida por 8.847 pessoas, das quais, 88% demonstraram estarem satisfeitas. De acordo com os relatórios estatísticos gerados em 2015, foi possível obter os seguintes resultados:

FusionCharts 2.3



FusionCharts 2.3



6.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

O Conselho Regional de Farmácia possui à disposição da sociedade portal da transparência com banner disponível em seu site institucional.

Endereço do portal da transparência

<http://portal.crfsp.org.br/sobre-o-crf-sp/transparencia.html>

Informações disponíveis ao Cidadão

Todas as informações exigidas pelo art. 8º, § 1º da Lei nº 12.527/2011, quais sejam: (I) registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; (II) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; (III) registros das despesas; (IV) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; (V) dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (VI) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Análise crítica

O portal está em constante aperfeiçoamento de forma a ampliar as informações disponíveis à sociedade.

6.4 ACESSIBILIDADE

Medidas Adotadas

Adaptação do pavimento térreo da Seccional de São José do Rio Preto, incluindo demarcação de vaga PNE (Portadores de Necessidades Especiais); adaptação do sanitário; identificação visual e desnível da porta de entrada.

Execução de rampa para acesso dos conjuntos novos da Sede (conjuntos 52 e 72).

Solicitação de cadeiras especiais para portadores de obesidade.

Levantamento de necessidades de adaptações em cada Seccional, para adequações futuras.

Tratativas com os condomínios de Seccionais pra adaptação de Sanitários PNE comuns na impossibilidade de adaptação dos sanitários internos aos conjuntos por motivos estruturais.

7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 ORÇAMENTO



NOTA EXPLICATIVA

Informo que nas rubricas de Patrimônio e Almoarifado apresentados no Balanço Patrimonial, provêm de lançamentos em sistemas automatizados no software da Implanta Informática, registrados respectivamente pelo departamento de Gestão e Patrimônio.

As variações existentes no exercício de 2015 entre as contas de mutações Patrimoniais e Investimentos se deram pela inscrição em Restos a Pagar (parte), e serão incorporadas durante o exercício / 2016.

São Paulo, 07 de março de 2016.


Ronilson de Almeida Silva
Contador do CRF-SP
CRC-SP. nº 182.413

RUA CAPOTE VALENTE, 487 • JARDIM AMÉRICA
05409-001 • SÃO PAULO • SP
FONE: || 3067-1450 • FAX: || 3064-8973

www.crfsp.org.br

7.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Parcialmente**

Justificativa

O CRF-SP iniciou os trabalhos para atendimento das normas contábeis tendo efetuado inventário físico do patrimônio e a partir dele foi concluído o relatório de reavaliação dos bens, que foi aprovado pela comissão interna de reavaliação do patrimônio, ficando apenas pendente, de aprovação e homologação pelo Plenário desta autarquia.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

A reavaliação foi realizada através do seguinte método:

Documentos bases

- a) documentação com a descrição detalhada referente a cada bem que esteja sendo avaliado;
- b) a identificação contábil do bem;
- c) vida útil remanescente do bem, para que sejam estabelecidos os critérios de depreciação, a amortização ou a exaustão;
- d) a identificação do responsável pela reavaliação;
- e) Orçamentos para compor valor atual de mercado.

Método utilizado

- a) Fatores que influenciam a reavaliação:
 - a) Estado de conservação do bem – (EC);
 - b) Período de vida útil futura do bem, em anos (PVU);
 - c) Período de utilização do bem, em anos (PUB).
- b) Fórmula para achar o Fator de Reavaliação (FR)

$$FR = \frac{(4EC + 6PVU - 3PUB)}{100}$$

- c) Valor do bem reavaliado (VBR)

VBR= Valor do bem novo x Fator de Reavaliação

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Será iniciada após a reavaliação.

Taxas utilizadas para os cálculos

Cálculo da taxa

a) Fatores que influenciam a reavaliação:

a) Estado de conservação do bem – (EC);

b) Período de vida útil futura do bem, em anos (PVU);

c) Período de utilização do bem, em anos (PUB).

b) Fórmula para achar o Fator de Reavaliação (FR)

$$FR = \frac{(4EC + 6PVU - 3PUB)}{100}$$

c) Valor do bem reavaliado (VBR)

VBR= Valor do bem novo x Fator de Reavaliação

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

Não houve impacto uma vez que o trabalho ainda não foi concluído.

7.3 APURAÇÃO CUSTOS

Não há apuração de custos no âmbito do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

7.4 DEMONSTRAÇÕES

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	61.732.520,84	54.033.212,51	Despesa Orçamentária	56.772.401,96	53.662.679,64
RECEITA REALIZADA	61.732.520,84	54.033.212,51	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	56.330.822,95	53.398.986,65
RECEITAS CORRENTES	61.527.052,84	53.409.959,18	DESPESAS CORRENTES	56.145.185,62	50.575.742,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.942.367,27	29.873.630,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.559.917,26	19.639.701,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.942.367,27	29.873.630,29	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.265.347,31	17.160.227,15
ANUIDADES	33.942.367,27	29.873.630,29	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.060.114,49	12.655.371,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.613.698,23	1.633.313,65	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.135.491,56	1.012.501,94
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS		17.705,40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.315,00	107.940,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.613.698,23	1.615.608,25	DESPEZA CAPITAL	185.637,33	2.823.244,18
RECEITAS DE SERVIÇOS	21.743.532,08	19.014.749,98	INVESTIMENTOS	185.637,33	2.823.244,18
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.088.442,92	2.086.651,69	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	441.579,01	263.692,99
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	576.627,63	600.056,27			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.512.212,47	5.580.061,29			
RECEITAS DIVERSAS	13.566.249,06	10.747.980,73			
FINANCEIRAS	56.198,23	52.311,69			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	14.698,53	15.617,58			
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	2.017,05	539,10			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	39.482,65	36.155,01			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.171.257,03	2.835.953,57			
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.625.760,28	1.924.221,28			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		16.801,49			
DÍVIDA ATIVA	545.496,75	894.930,80			
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	464.967,47	872.278,42			
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	80.529,28	22.652,38			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS					
RECEITA DE CAPITAL	205.468,00	623.253,33			
ALIENACAO DE BENS	205.468,00	623.253,33			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	205.468,00	222.253,33			
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		401.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	131.642.333,60	122.284.972,66	Pagamentos Extraorçamentários	132.755.587,63	121.480.065,21
Saldo em espécie do Exercício Anterior	14.020.556,90	12.845.116,58	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	17.867.421,75	14.020.556,90
Total:	207.395.411,34	189.163.301,75		207.395.411,34	189.163.301,75

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

RONILSON DE ALMEIDA SILVA
CONTADOR
CRC-SP 1SP182413/0-5

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	55.394.000,00	55.394.000,00	61.527.052,84	6.133.052,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.830.000,00	30.830.000,00	33.942.367,27	3.112.367,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.830.000,00	30.830.000,00	33.942.367,27	3.112.367,27
ANUIDADES	30.830.000,00	30.830.000,00	33.942.367,27	3.112.367,27
Anuidades Pessoas Físicas	19.914.000,00	19.914.000,00	21.042.752,50	1.128.752,50
Anuidades Pessoas Jurídicas	10.916.000,00	10.916.000,00	12.899.614,77	1.983.614,77
RECEITA PATRIMONIAL	1.507.000,00	1.507.000,00	2.613.698,23	1.106.698,23
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alugueis	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.507.000,00	1.507.000,00	2.613.698,23	1.106.698,23
Correção Monetária Caderneta de Poupança	10.000,00	10.000,00	31.722,31	21.722,31
Juros Caderneta de Poupança	162.000,00	162.000,00	122.838,50	-39.161,50
Juros Aplicações em CDB e RDB	1.147.000,00	1.147.000,00	2.166.673,23	1.019.673,23
Outros Rendimentos	188.000,00	188.000,00	292.464,19	104.464,19
RECEITAS DE SERVIÇOS	20.125.000,00	20.125.000,00	21.743.532,08	1.618.532,08
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.221.000,00	2.221.000,00	2.088.442,92	-132.557,08
Pessoa Física	869.000,00	869.000,00	828.131,59	-40.868,41
Pessoa Jurídica	1.352.000,00	1.352.000,00	1.260.311,33	-91.688,67
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	660.000,00	660.000,00	576.627,63	-83.372,37
Pessoa Física	660.000,00	660.000,00	576.627,63	-83.372,37

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.903.000,00	5.903.000,00	5.512.212,47	-390.787,53
Pessoa Física	104.000,00	104.000,00	98.176,02	-5.823,98
Pessoa Jurídica	5.799.000,00	5.799.000,00	5.414.036,45	-384.963,55
RECEITAS DIVERSAS	11.341.000,00	11.341.000,00	13.566.249,06	2.225.249,06
Inscrições em Congressos, Convenções, Eventos Similares, Seleções, Etc.	19.000,00	19.000,00	389.516,39	370.516,39
Stands em Congressos, Convenções, Eventos Similares,	1.000.000,00	1.000.000,00	562.157,09	-437.842,91
Cursos	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Anúncio Publicitário e Patrocínio	75.000,00	75.000,00	28.786,92	-46.213,08
Receita de Ônus de Sucumbência	25.000,00	25.000,00	28.254,44	3.254,44
Parcelamentos Administrativos	3.349.000,00	3.349.000,00	4.000.555,40	651.555,40
Cobrança Judicial - Parcelamentos	6.588.000,00	6.588.000,00	8.084.657,77	1.496.657,77
Outras Receitas Diversas	275.000,00	275.000,00	472.321,05	197.321,05
FINANCEIRAS	17.000,00	17.000,00	56.198,23	39.198,23
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.000,00	5.000,00	14.698,53	9.698,53
Pessoa Física	2.000,00	2.000,00	4.495,49	2.495,49
Pessoa Jurídica	3.000,00	3.000,00	10.203,04	7.203,04
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	2.017,05	2.017,05
Pessoa Jurídica	0,00	0,00	2.017,05	2.017,05
MULTAS SOBRE ANUIDADES	12.000,00	12.000,00	39.482,65	27.482,65
Pessoa Física	6.000,00	6.000,00	19.230,55	13.230,55
Pessoa Jurídica	6.000,00	6.000,00	20.252,10	14.252,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.915.000,00	2.915.000,00	3.171.257,03	256.257,03
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.606.000,00	1.606.000,00	2.625.760,28	1.019.760,28
Multa Pelo Exercício Ilegal da Profissão	1.514.000,00	1.514.000,00	2.165.172,69	651.172,69
Multas de Processos Éticos	45.000,00	45.000,00	46.761,45	1.761,45

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Multas Eleitorais	45.000,00	45.000,00	411.809,09	366.809,09
Multas Sobre Anuidades	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	2.017,05	1.017,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.000,00	28.000,00	0,00	-28.000,00
Indenizações	17.000,00	17.000,00	0,00	-17.000,00
Restituições	11.000,00	11.000,00	0,00	-11.000,00
DÍVIDA ATIVA	1.279.000,00	1.279.000,00	545.496,75	-733.503,25
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	1.258.000,00	1.258.000,00	464.967,47	-793.032,53
Anuidades Exercícios Anteriores	967.000,00	967.000,00	292.155,42	-674.844,58
Multa pelo Exercício Ilegal da Profissão	194.000,00	194.000,00	153.450,31	-40.549,69
Multas de Processos Éticos	2.000,00	2.000,00	1.021,52	-978,48
Multas Eleitorais	45.000,00	45.000,00	13.801,00	-31.199,00
Multas sobre Anuidades	45.000,00	45.000,00	2.066,49	-42.933,51
Juros de Mora	5.000,00	5.000,00	2.472,73	-2.527,27
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	21.000,00	21.000,00	80.529,28	59.529,28
Anuidades de Exercícios Anteriores	10.000,00	10.000,00	39.208,31	29.208,31
Multa pelo Exercício Ilegal da Profissão	7.000,00	7.000,00	35.401,13	28.401,13
Multas de Processos Éticos	1.000,00	1.000,00	1.129,44	129,44
Multas Eleitorais	1.000,00	1.000,00	1.996,19	996,19
Multas sobre Anuidades	1.000,00	1.000,00	1.229,66	229,66
Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	1.564,55	564,55
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
Receitas Não Identificadas	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
RECEITA DE CAPITAL	766.000,00	766.000,00	205.468,00	-560.532,00
ALIENACAO DE BENS	329.000,00	329.000,00	205.468,00	-123.532,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	329.000,00	329.000,00	205.468,00	-123.532,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Veículos		329.000,00	329.000,00	205.468,00	-123.532,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		437.000,00	437.000,00	0,00	-437.000,00	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		437.000,00	437.000,00	0,00	-437.000,00	
Indenizações		437.000,00	437.000,00	0,00	-437.000,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		56.160.000,00	66.160.000,00	61.732.520,84	-4.427.479,16	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		56.160.000,00	66.160.000,00	61.732.520,84	-4.427.479,16	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	10.000.000,00	0,00	-10.000.000,00	
SALDO DE EXERCÍCIOS		0,00	10.000.000,00	0,00	-10.000.000,00	
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	53.160.000,00	62.840.000,00	57.773.601,09	56.145.185,62	56.140.409,62	5.066.398,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.904.000,00	22.361.000,00	21.991.577,60	21.559.917,26	21.559.917,26	369.422,40
REMUNERAÇÃO PESSOAL	13.020.000,00	15.972.000,00	15.942.276,23	15.942.276,23	15.942.276,23	29.723,77
Vencimentos e Salários	10.000.000,00	12.599.000,00	12.596.074,42	12.596.074,42	12.596.074,42	2.925,58
Gratificação por Exercício de Cargos e Funções	600.000,00	668.000,00	667.455,57	667.455,57	667.455,57	544,43
Ferías Vencidas e Proporcionais	1.100.000,00	1.166.000,00	1.165.023,56	1.165.023,56	1.165.023,56	976,44
13º Salário	1.000.000,00	1.168.000,00	1.167.925,32	1.167.925,32	1.167.925,32	74,68
Adicional Noturno	20.000,00	23.000,00	22.452,30	22.452,30	22.452,30	547,70
Rescisão do Contrato de Trabalho	300.000,00	348.000,00	323.345,06	323.345,06	323.345,06	24.654,94
DESpesas COM PESSOAL VARIÁVEL	1.054.000,00	1.429.000,00	1.159.627,29	1.159.597,29	1.159.597,29	269.372,71
Ferías - Abono Pecuniário	120.000,00	140.000,00	121.238,10	121.238,10	121.238,10	18.761,90
Serviços Extraordinários	350.000,00	435.000,00	380.277,11	380.277,11	380.277,11	54.722,89
Diárias de Empregado	584.000,00	854.000,00	658.112,08	658.082,08	658.082,08	195.887,92
ENCARGOS PATRONAIS	3.830.000,00	4.960.000,00	4.889.674,08	4.458.043,74	4.458.043,74	70.325,92
I.N.S.S	2.700.000,00	3.500.000,00	3.474.691,26	3.207.988,15	3.207.988,15	25.308,74

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
F.G.T.S	1.000.000,00	1.300.000,00	1.259.316,59	1.111.239,96	1.111.239,96	40.683,41
P.A.S.E.P	130.000,00	160.000,00	155.666,23	138.815,63	138.815,63	4.333,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.001.000,00	23.914.000,00	20.449.138,25	19.265.347,31	19.260.571,31	3.464.861,75
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.218.000,00	4.776.000,00	4.086.467,40	4.029.230,24	4.029.230,24	689.532,60
Vale Transporte	380.000,00	380.000,00	298.372,54	298.372,54	298.372,54	81.627,46
Auxílio Alimentação e Refeição	2.000.000,00	2.553.000,00	2.481.473,55	2.424.236,39	2.424.236,39	71.526,45
Plano de Saúde, Serviços Hospitalares e Farmacêuticos	1.808.000,00	1.808.000,00	1.283.495,38	1.283.495,38	1.283.495,38	524.504,62
Plano Odontológico	30.000,00	35.000,00	23.125,93	23.125,93	23.125,93	11.874,07
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – RGPS - CFF	410.000,00	395.000,00	202.403,95	202.403,95	202.403,95	192.596,05
Auxílio Educação	60.000,00	60.000,00	25.760,65	25.760,65	25.760,65	34.239,35
Auxílio Creche	170.000,00	170.000,00	134.653,30	134.653,30	134.653,30	35.346,70
Serviço de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional de Funcionários	180.000,00	165.000,00	41.990,00	41.990,00	41.990,00	123.010,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00	51.000,00	50.866,68	35.866,68	35.866,68	133,32
Indenizações Trabalhistas	50.000,00	51.000,00	50.866,68	35.866,68	35.866,68	133,32
USO DE BENS E SERVIÇOS	15.323.000,00	18.692.000,00	16.109.400,22	14.997.846,44	14.993.070,44	2.582.599,78
CONSUMO DE MATERIAL	1.343.000,00	1.689.000,00	1.253.453,56	1.200.602,14	1.195.826,14	435.546,44
Material de Expediente	100.000,00	111.200,00	99.901,81	74.428,91	74.428,91	11.298,19
Domésticos						
Material de Higiene, Limpeza, Conservação e Utensílios	70.000,00	95.000,00	57.764,87	57.764,87	57.764,87	37.235,13
Moveis e Imóveis						
Material e Acessório para Manutenção e Conservação de Bens	30.000,00	72.000,00	21.539,73	14.566,97	14.566,97	50.460,27
Gêneros de Alimentação	140.000,00	152.000,00	109.798,95	102.860,09	102.860,09	42.201,05
Vestuários, Uniformes, Calçados, Tecidos e Aviamentos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Material de Copa e Cozinha	1.000,00	1.000,00	450,96	450,96	450,96	549,04
Peças, Acessórios para Informática e Comunicação em Geral	30.000,00	59.000,00	20.175,30	12.948,40	8.172,40	38.824,70
Bandeiras, Flâmulas, Insígnias e Placas	1.000,00	2.000,00	1.428,07	1.428,07	1.428,07	571,93
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	500.000,00	520.000,00	427.565,96	427.565,96	427.565,96	92.434,04

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Peças, Acessórios e Materiais para Manutenção de Veículos	50.000,00	50.000,00	34.911,41	33.571,41	33.571,41	15.088,59
Material para Festividades e Homenagens	1.000,00	6.800,00	4.900,00	0,00	0,00	1.900,00
Carteirinhas de Profissional Farmacêutico	400.000,00	600.000,00	475.016,50	475.016,50	475.016,50	124.983,50
DIARIAS	2.023.000,00	1.972.000,00	1.827.551,49	1.827.551,49	1.827.551,49	144.448,51
Diárias de Diretoria	1.000.000,00	1.059.000,00	1.010.483,36	1.010.483,36	1.010.483,36	48.516,64
Diárias do Plenário	500.000,00	440.000,00	392.425,24	392.425,24	392.425,24	47.574,76
Diárias com as Comissões	500.000,00	450.000,00	405.578,81	405.578,81	405.578,81	44.421,19
Outros Tipos de Diárias	23.000,00	23.000,00	19.064,08	19.064,08	19.064,08	3.935,92
SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	900.000,00	1.095.000,00	887.835,00	870.806,47	870.806,47	207.165,00
Remuneração a Estagiários	300.000,00	400.000,00	366.492,94	366.492,94	366.492,94	33.507,06
Remuneração de Serviços Pessoais sem Vínculo Empregatício	180.000,00	180.000,00	86.358,57	77.398,57	77.398,57	93.641,43
INSS sobre Remuneração de Serviços Prestados	60.000,00	60.000,00	18.867,81	17.155,81	17.155,81	41.132,19
Locação de Bens Móveis e Imóveis	300.000,00	395.000,00	373.452,55	367.096,02	367.096,02	21.547,45
Indenizações, Restituições e Reposições	60.000,00	60.000,00	42.663,13	42.663,13	42.663,13	17.336,87
VERBAS DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	200.000,00	231.000,00	215.275,25	205.116,90	205.116,90	15.724,75
Verba de Representação	150.000,00	181.000,00	180.075,25	169.916,90	169.916,90	924,75
Jeton	50.000,00	50.000,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	14.800,00
SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	10.857.000,00	13.705.000,00	11.925.284,92	10.893.769,44	10.893.769,44	1.779.715,08
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	20.000,00	20.000,00	19.481,72	19.481,72	19.481,72	518,28
Locação de Bens Móveis, Imóveis ou Intangíveis	450.000,00	483.000,00	447.261,49	432.000,94	432.000,94	35.738,51
Seguros em Geral	20.000,00	51.000,00	27.048,27	18.622,27	18.622,27	23.951,73
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros.	120.000,00	197.000,00	196.895,58	196.895,58	196.895,58	104,42
Serviços de Comunicação em Geral	450.000,00	481.000,00	433.746,68	422.419,46	422.419,46	47.253,32
Passagens Aéreas, Terrestres, Fluviais ou Marítimas e Despesas com Locomoção	600.000,00	595.000,00	510.237,84	510.237,84	510.237,84	84.762,16
Serviço de Manutenção, Adaptação, e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	100.000,00	442.000,00	421.129,84	341.388,70	341.388,70	20.870,16

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Serviço de Manutenção e Atualização de Software	200.000,00	170.000,00	103.173,88	100.379,25	100.379,25	66.826,12
Serviço de Divulgação e Publicidade	100.000,00	497.000,00	489.117,55	238.199,65	238.199,65	7.882,45
Serviço de Impressão e Encadernação	200.000,00	367.000,00	286.553,72	134.597,72	134.597,72	80.446,28
Cursos - Reciclagem e Treinamento	100.000,00	99.000,00	69.665,36	68.691,36	68.691,36	29.334,64
Serviço de Medicina do Trabalho	40.000,00	90.000,00	84.971,72	83.283,72	83.283,72	5.028,28
Suprimento de Fundos	550.000,00	645.000,00	482.793,49	482.793,49	482.793,49	162.206,51
Serviços Bancários	270.000,00	320.000,00	319.307,66	319.307,66	319.307,66	692,34
Eventos, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	1.600.000,00	1.657.000,00	1.504.097,38	1.324.972,89	1.324.972,89	152.902,62
Indenizações, Restituições e Reposições	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Exposições, Congressos, Conferencias e Eventos Similares	1.000.000,00	1.257.000,00	1.073.738,71	1.070.008,21	1.070.008,21	183.261,29
Impostos, Taxas, Multas e Pedágios	800.000,00	830.000,00	777.547,34	775.686,03	775.686,03	52.452,66
Custas Processuais	300.000,00	440.000,00	439.028,25	436.028,25	436.028,25	971,75
Serviços Postais	1.000.000,00	1.310.000,00	1.171.933,53	1.137.093,48	1.137.093,48	138.066,47
Contrato de Empresa de Taxi	200.000,00	280.000,00	227.754,56	227.754,56	227.754,56	52.245,44
Serviços de Segurança	20.000,00	20.000,00	12.148,91	9.981,58	9.981,58	7.851,09
Serviços de Microfilmagem, Digitalização e Arquivo de Doc.	100.000,00	170.000,00	120.842,55	112.582,18	112.582,18	49.157,45
Serviços de Internet	110.000,00	186.000,00	157.415,54	113.337,38	113.337,38	28.584,46
Prestação de Serviços de Limpeza	1.015.000,00	1.015.000,00	904.668,44	804.825,71	804.825,71	110.331,56
Fretes Transportes e Encomendas	10.000,00	10.000,00	7.811,55	7.103,34	7.103,34	2.188,45
Reprodução de Documentos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Convênios	50.000,00	64.000,00	51.322,75	47.922,75	47.922,75	12.677,25
Precatório	30.000,00	116.000,00	113.076,68	96.598,03	96.598,03	2.923,32
Revista do Farmacêutico - Impressão	470.000,00	455.000,00	233.244,00	174.933,00	174.933,00	221.756,00
Processo Eleitoral	30.000,00	186.000,00	146.509,15	146.509,15	146.509,15	39.490,85
Locação de Veículos	500.000,00	761.000,00	614.277,07	611.156,14	611.156,14	146.722,93

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Assessoria de Imprensa	400.000,00	449.000,00	446.518,80	408.209,10	408.209,10	2.481,20
Remuneração a Menores Aprendizizes - Art. 429 da CLT	0,00	40.000,00	31.964,91	20.768,30	20.768,30	8.035,09
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.000.000,00	15.160.000,00	14.060.114,49	14.060.114,49	14.060.114,49	1.099.885,51
CONTRIBUIÇÕES	14.000.000,00	15.160.000,00	14.060.114,49	14.060.114,49	14.060.114,49	1.099.885,51
Cota Parte	14.000.000,00	15.160.000,00	14.060.114,49	14.060.114,49	14.060.114,49	1.099.885,51
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.005.000,00	1.155.000,00	1.148.455,75	1.135.491,56	1.135.491,56	6.544,25
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.000,00	100.000,00	99.872,67	99.872,67	99.872,67	127,33
Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00	100.000,00	99.872,67	99.872,67	99.872,67	127,33
SENTENÇAS JUDICIAIS	905.000,00	1.055.000,00	1.048.583,08	1.035.618,89	1.035.618,89	6.416,92
Pagamento de Sentenças Judiciais	5.000,00	5.000,00	3.147,34	3.147,34	3.147,34	1.852,66
Honorários de Sucumbência	900.000,00	1.050.000,00	1.045.435,74	1.032.471,55	1.032.471,55	4.564,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	124.315,00	124.315,00	124.315,00	125.685,00
SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00	250.000,00	124.315,00	124.315,00	124.315,00	125.685,00
CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	250.000,00	250.000,00	124.315,00	124.315,00	124.315,00	125.685,00
Fundo de Assistências § 1º, Art. 27 Lei 3820/60	250.000,00	250.000,00	124.315,00	124.315,00	124.315,00	125.685,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	3.000.000,00	3.320.000,00	325.411,54	185.637,33	172.497,37	2.994.588,46
INVESTIMENTOS	3.000.000,00	3.320.000,00	325.411,54	185.637,33	172.497,37	2.994.588,46
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	50.000,00	175.000,00	105.961,56	74.961,56	74.961,56	69.038,44
Obras em Andamentos	30.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Instalações	20.000,00	125.000,00	105.961,56	74.961,56	74.961,56	19.038,44
BENS MOVEIS	450.000,00	645.000,00	219.449,98	110.675,77	97.535,81	425.550,02
Veículos e Acessórios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	40.000,00	40.000,00	14.242,90	14.242,90	14.242,90	25.757,10
Insígnias, Flâmulas e Bandeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Biblioteca e Videoteca	4.000,00	4.000,00	3.663,26	3.583,26	3.583,26	336,74
Obras de Arte e Decoração	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	70.000,00	170.000,00	102.257,74	64.225,74	62.840,74	67.742,26
Utensílios de Copa e Cozinha	5.000,00	5.000,00	2.197,55	2.197,55	2.197,55	2.802,45
Equipamentos de Processamento de Dados	220.000,00	265.000,00	77.783,36	25.224,32	13.469,36	187.216,64
Equipamentos de Áudio, Foto e Vídeo.	30.000,00	30.000,00	263,00	263,00	263,00	29.737,00
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	5.000,00	55.000,00	19.042,17	939,00	939,00	35.957,83
Desenvolvimento de Softwares	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
BENS IMÓVEIS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Casas	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Edifícios	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	56.160.000,00	66.160.000,00	58.099.012,63	56.330.822,95	56.312.906,99	8.060.987,37
SUPERÁVIT	0,00	0,00	3.633.508,21	0,00	0,00	0,00
TOTAL	56.160.000,00	66.160.000,00	61.732.520,84	56.330.822,95	56.312.906,99	4.427.479,16
TOTAL	56.160.000,00	66.160.000,00	61.732.520,84	56.330.822,95	56.312.906,99	4.427.479,16

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

RONILSON DE ALMEIDA SILVA
CONTADOR
CRC-SP 1SP182413/0-5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	0,00	442.509,81	438.829,01	438.829,01	3.680,80	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	250.045,01	250.045,01	250.045,01	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	192.464,80	188.784,00	188.784,00	3.680,80	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	0,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	445.259,81	441.579,01	441.579,01	3.680,80	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	0,00	1.320.661,00	1.320.190,84	470,16	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	157.533,94	157.383,78	150,16	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.163.127,06	1.162.807,06	320,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	0,00	243.292,40	243.292,40	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	243.292,40	243.292,40	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	1.563.953,40	1.563.483,24	470,16	0,00

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2014 à 31/12/2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	18.577.886,70	15.012.374,15	PASSIVO CIRCULANTE	2.186.221,29	3.271.329,08
DISPONÍVEL	17.867.421,75	14.020.556,90	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	590.953,56	504.149,17
CREDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.148.338,92	1.139.290,52	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.595.267,73	2.767.179,91
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	437.873,970	147.473,270	OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DESPESAS DIVERSAS	0,00	0,00
ATIVO NAO-CIRCULANTE	33.182.352,19	33.310.918,37	PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	265.759,430	265.759,430	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	265.927,430	265.927,430	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ESTOQUES	168,00	168,00	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	33.448.111,62	33.576.677,80	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MOVEIS	5.762.596,22	5.968.873,96	OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMOVEIS	27.685.515,40	27.607.803,84	PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGIVEL	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	2.186.221,29	3.271.329,08

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	15.885.955,72	15.885.955,72
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	33.688.061,88	29.166.007,72
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.574.017,60	45.051.963,44
TOTAL	51.760.238,89	48.323.292,52	TOTAL	51.760.238,89	48.323.292,52
ATIVO FINANCEIRO	21.354.860,67	17.498.947,42	PASSIVO FINANCEIRO	3.487.160,54	3.249.338,46
ATIVO PERMANENTE	30.405.378,22	30.824.345,10	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				48.273.078,35	45.073.954,06

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	17.867.700,13	14.249.608,96

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

RONILSON DE ALMEIDA SILVA
CONTADOR
CRC-SP 1SP182413/0-5

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	61.527.052,84	53.409.959,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.942.367,27	29.873.630,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.942.367,27	29.873.630,29
ANUIDADES	33.942.367,27	29.873.630,29
RECEITA PATRIMONIAL	2.613.698,23	1.633.313,65
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	0,00	17.705,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.613.698,23	1.615.608,25
RECEITAS DE SERVIÇOS	21.743.532,08	19.014.749,98
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.088.442,92	2.086.651,69
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	576.627,63	600.056,27
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.512.212,47	5.580.061,29
RECEITAS DIVERSAS	13.566.249,06	10.747.980,73
FINANCEIRAS	56.198,23	52.311,69
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	14.698,53	15.617,58
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	2.017,05	539,10
MULTAS SOBRE ANUIDADES	39.482,65	36.155,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.171.257,03	2.835.953,57
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.625.760,28	1.924.221,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	16.801,49
DÍVIDA ATIVA	545.496,75	894.930,80
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	464.967,47	872.278,42
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	80.529,28	22.652,38
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	131.642.333,60	122.284.972,66
DESEMBOLSOS		
DESPESAS CORRENTES	56.145.185,62	50.575.742,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.559.917,26	19.639.701,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.265.347,31	17.160.227,15
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.060.114,49	12.655.371,93
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.135.491,56	1.012.501,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.315,00	107.940,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	441.579,01	263.692,99
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	132.755.587,63	121.480.065,21
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.827.034,18	3.375.431,17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
RECEITA DE CAPITAL	205.468,00	623.253,33
ALIENACAO DE BENS	205.468,00	623.253,33
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	205.468,00	222.253,33
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	401.000,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	185.637,33	2.823.244,18

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19.830,67	-2.199.990,85
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.846.864,85	1.175.440,32

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	14.020.556,90	12.845.116,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	17.867.421,75	14.020.556,90

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

RONILSON DE ALMEIDA SILVA
CONTADOR
CRC-SP 1SP182413/0-5

Variações Patrimoniais

VARIACOES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	61.751.639,74	53.313.275,59	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	57.210.017,58	51.584.528,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	26.087.362,13	23.104.256,20
IMPOSTOS	0,00	0,00	REMUNERACAO A PESSOAL	17.109.883,31	15.500.125,46
TAXAS	0,00	0,00	REMUNERACAO A PESSOAL - RGPS	17.109.883,31	15.500.125,46
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	4.700.078,96	4.139.575,99
CONTRIBUICOES	33.942.367,27	29.873.630,29	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	4.700.078,96	4.139.575,99
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	0,00	BENEFICIOS A PESSOAL	4.277.399,86	3.464.554,75
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00	0,00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	4.277.399,86	3.464.554,75
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00	0,00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	33.942.367,27	29.873.630,29	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	30.674.493,16	27.798.783,80
CONTRIBUICOES	33.942.367,27	29.873.630,29	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.443.045,65	1.350.596,53
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	24.357.230,31	20.628.492,23	CONSUMO DE MATERIAL	1.443.045,65	1.350.596,53
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00	SERVICOS	29.231.447,51	26.448.187,27
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00	DIARIAS	1.841.637,38	1.684.911,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	24.357.230,31	20.628.492,23	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.078.829,37	1.070.339,02
VALOR BRUTO DE EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	24.357.230,31	20.628.492,23	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.115.374,71	10.072.969,58
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	56.198,23	0,00	CONTRATO DE TERCEIRIZACAO POR SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	15.195.606,05	13.619.967,67
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	DEPRECIACAO	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	16.715,58	0,00	AMORTIZACAO	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	EXAUSTAO	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVICOS	16.715,58	0,00	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS POR ANTECIPACAO DE RECEITA ORCAMENTARIA	0,00	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	124.315,00	107.940,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	39.482,65	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	39.482,65	0,00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	124.315,00	107.940,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	FUNDO DE ASSISTÊNCIA § 1º, ART. 27 LEI 3820/60	124.315,00	107.940,00
TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	323.847,29	573.548,87
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	0,00	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	0,00	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEIS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS DE CREDITOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA REDUCAO A VALOR DE MERCADO DE ESTOQUES	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	PERDAS COM ALIENACAO	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00	0,00	PERDAS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00	0,00	PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	216.027,36	1.000,00	PERDAS COM ALIENACAO DE INTANGIVEIS	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	10.559,36	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS	323.847,29	573.548,87
REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	10.559,36	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	323.847,29	573.548,87
REAVALIACAO DE INTANGIVEIS	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM INTANGIVEIS	0,00	0,00
REAVALIACAO DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	205.468,00	1.000,00	OUTRAS PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS	205.468,00	0,00	TRIBUTARIAS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	1.000,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENACAO DE INTANGIVEIS	0,00	0,00	IMPOSTOS	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	TAXAS	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	0,00	0,00	CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS	0,00	0,00	CONTRIBUICOES	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE VALORES APREENDIDOS	0,00	0,00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.179.816,57	2.810.153,07	CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00	0,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP	0,00	0,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00	OUTRAS CONTRIBUICOES	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00	0,00	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS - TRIBUTOS	0,00	0,00
DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS	0,00	0,00	CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS-TRIBUTOS	0,00	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.179.816,57	2.810.153,07	CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS-TRIBUTOS	0,00	0,00
COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	0,00	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICACOES	0,00	0,00	PREMIACOES	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE DESAGIO EM INVESTIMENTOS	0,00	0,00	PREMIACOES CULTURAIS	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	2.625.760,28	1.887.856,57	PREMIACOES ARTISTICAS	0,00	0,00
INDENIZACOES	0,00	16.801,49	PREMIACOES CIENTIFICAS	0,00	0,00
VPA DECORRENTE ALIENACAO BENS APREENDIDOS	0,00	0,00	PREMIACOES DESPORTIVAS	0,00	0,00
REVERSAO DE PROVISOES	0,00	0,00	ORDENS HONORIFICAS	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA	545.496,75	849.704,00	OUTRAS PREMIACOES	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.559,54	55.791,01	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00	0,00
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
			INCENTIVOS	0,00	0,00
			INCENTIVOS A EDUCACAO	0,00	0,00
			INCENTIVOS A CIENCIA	0,00	0,00
			INCENTIVOS A CULTURA	0,00	0,00
			INCENTIVOS AO ESPORTE	0,00	0,00
			OUTROS INCENTIVOS	0,00	0,00
			SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00	0,00
			PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00	0,00
			PARTICIPACOES DE DEBENTURES	0,00	0,00
			PARTICIPACOES DE EMPREGADOS	0,00	0,00
			PARTICIPACOES DE ADMINISTRADORES	0,00	0,00
			PARTICIPACOES DE PARTES BENEFICIARIAS	0,00	0,00
			PARTICIPACOES DE INSTITUICOES OU FUNDOS DE ASSISTENCIA OU PREVIDENCIA DE EMPREGADOS	0,00	0,00
			CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
			COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	0,00	0,00
			VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICACOES	0,00	0,00
			AMORTIZACAO DE AGIO EM INVESTIMENTOS	0,00	0,00
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	0,00
Total das Variações Ativas :	61.751.639,74	53.313.275,59	Total das Variações Passivas :	57.210.017,58	51.584.528,87
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	4.541.622,16	1.728.746,72

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	61.751.639,74	53.313.275,59	Total	61.751.639,74	53.313.275,59

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2015

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

RONILSON DE ALMEIDA SILVA
CONTADOR
CRC-SP 1SP182413/0-5

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	175.247,37	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	205.468,00	0,00

8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Tipologia do cargo	autorizada	efetiva	ingresso	egresso
Empregados Públicos de Carreira	272	268	36	27
ADVOGADO	13	13	4	2
MOTORISTA	8	8	1	1
FARMACÊUTICO CONSULTOR	4	4	0	0
DESIGNER GRÁFICO	2	2	4	3
DESENVOLVEDOR WEB	2	1	1	2
FARMACÊUTICO FISCA	59	57	2	3
JORNALISTA	4	4	0	0
AGENTE ADMINISTRATIVO	155	155	18	12
AGENTE DE MANUTENÇÃO	5	4	3	1
AGENTE OPERACIONAL	4	4	0	0
ANALISTA DE SISTEMAS	4	4	0	0
ANALISTA DE SUPORTE	2	2	0	0
ARQUITETO	1	1	0	0
CONSULTOR	7	7	2	3
CONTADOR	1	1	0	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1	1	1	0
Cargos de Livre nomeação e exoneração	10	8	2	6
ASSESSOR	2	2	0	2
ASSISTENTE	3	1	2	3
GERENTE	5	5	0	1
Total Geral	282	276	38	33

Tipologia do cargo	autorizada	efetiva	ingresso	egresso
Funções Gratificadas	27	26	0	1
ASSESSOR	2	2	0	0
COORDENADOR	15	15	0	1
GERENTE	5	5	0	0
GERENTE GERAL	4	4	0	0
SUPERINTENDENTE	1	1	0	0
Cargos de Livre nomeação e exoneração	10	8	0	5
ASSESSOR	2	2	0	2
ASSISTENTE	1	1	0	2
GERENTE	5	5	0	1
Total Geral	37	34	0	6

Tipologia do Cargo	Primeiro grau incompleto	primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior	Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência	Total Geral
Empregados Públicos de Carreira								
ADVOGADO				10	2		1	13
AGENTE ADMINISTRATIVO			54	100	1			155
AGENTE DE MANUTENÇÃO		1	1	2				4
AGENTE OPERACIONAL	1		3					4
ANALISTA DE SISTEMAS				2	2			4
ANALISTA DE SUPORTE			1	1				2
ARQUITETO				1				1
CONSULTOR				5	1		1	7
CONTADOR					1			1
DESENVOLVEDOR WEB				1				1
DESIGNER GRÁFICO				2				2
FARMACÊUTICO CONSULTOR				3	1			4
FARMACÊUTICO FISCAL				38	17	2		57
JORNALISTA				3	1			4
MOTORISTA			4	4				8
TÉCNICO DE INFORMÁTICA				1				1
Cargos de Livre nomeação e exoneração								
ASSESSOR				2				2
ASSISTENTE				1				1
GERENTE				4			1	5
Total Geral	1	1	63	180	26	2	3	276

Nome	Até 30 anos	de 31 a 40 anos	de 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Públicos de Carreira	77	93	69	28	1
ADVOGADO	5	5	3		
AGENTE ADMINISTRATIVO	56	45	42	11	1
AGENTE DE MANUTENÇÃO	1	1	2		
AGENTE OPERACIONAL			1	3	
ANALISTA DE SISTEMAS	1	2		1	
ANALISTA DE SUPORTE			1	1	
ARQUITETO	1				
CONSULTOR	1	2	2	2	
CONTADOR			1		
DESENVOLVEDOR WEB		1			
DESIGNER GRÁFICO	1	1			
FARMACÊUTICO CONSULTOR	3	1			
FARMACÊUTICO FISCAL	5	29	16	7	
JORNALISTA	1	2	1		
MOTORISTA	1	4		3	
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1				
Cargos de Livre nomeação e exoneração	0	1	3	2	2
ASSESSOR					2
ASSISTENTE		1			
GERENTE			3	2	
Total Geral	77	94	72	30	3

8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2015	12.596.074,42	0,00	667.455,57	22.452,30	35.866,68	4.458.043,74	1.159.597,29	0,00	0,00	18.939.490,00
2014	11.272.500,33	0,00	591.746,12	18.181,04	22.029,76	3.985.867,31	1.156.089,79	0,00	0,00	17.046.414,35
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

8.1.3 GESTÃO DE RISCOS

O CRF-SP, por meio de seus departamentos de Gestão de Pessoas e Jurídico, mantém-se em constante estudo e implementação de medidas para mitigar eventuais riscos relacionados às relações de trabalho.

8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

CARGO	ADMISÃO	TÉRMINO	MOTIVO
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	05/01/2015	20/12/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	06/01/2015	18/12/2015	Serviço de natureza temporária
DESIGNER GRÁFICO I	05/01/2015	30/10/2015	Aguardando finalização de concurso
DESENVOLVEDOR WEB	17/03/2015	11/12/2015	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	23/03/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	23/04/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
MOTORISTA	18/05/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE DE MANUTENÇÃO I	15/06/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	15/06/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	24/06/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	01/07/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	13/07/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
ADVOGADO I	13/07/2015	23/12/2016	Aguardando finalização de concurso
ADVOGADO I	22/07/2015	27/05/2016	Funcionário efetivo afastado
CONSULTOR(A)	03/08/2015	31/10/2015	Serviço de natureza temporária
AGENTE ADMINISTRATIVO I	03/08/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	03/08/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE DE MANUTENÇÃO I	01/09/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
DESIGNER GRÁFICO I	14/09/2015	13/10/2015	Serviço de natureza temporária
ADVOGADO I	21/09/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	14/10/2015	13/05/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	14/10/2015	23/12/2016	Aguardando finalização de concurso
DESIGNER GRÁFICO I	16/11/2015	31/03/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	01/12/2015	30/06/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	01/12/2015	31/05/2016	Aguardando finalização de concurso
AGENTE ADMINISTRATIVO I	01/12/2015	31/05/2016	Aguardando finalização de concurso

8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Setor de Tecnologia da Informação é constituído de uma Gerência e uma Coordenação de Infraestrutura, sendo os projetos de informática geridos pelo próprio setor com a definição de priorização de projetos submetida a alta Direção.

8.2.1 SISTEMAS

INTRODUÇÃO

Descrição sucinta do Plano Estratégico/Diretor de TI (PDTI)

O Conselho Regional de Farmácia não possui um Plano Diretor de TI, sendo o desenvolvimento instituído e a priorização das atividades é feita pela alta direção da entidade.

Atividades do Comitê Gestor de TI

O Conselho Regional de Farmácia não possui um Comitê Gestor de TI instituído

Processos de gerenciamento de serviços TI implementados

O TI usa um sistema de controle de demandas internas para registrar as atividades, e a implementação de novas ferramentas é sempre efetuada com acompanhamento de um analista de sistema e do usuário final.

Medidas tomadas para mitigar dependência tecnológica de empresas terceirizadas

Os projetos de TI são avaliados pela equipe interna e sempre que possível são realizados internamente, inclusive está em curso um convênio firmado entre este CRF-SP e demais conselhos, organizado pelo CFF para criação de um sistema único padronizado para todos os Conselhos.

SISTEMAS

Sistema:	Atendimento
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para o registro de todo e qualquer atendimento realizado ao farmacêutico.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Atendimento
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle dos atendimentos do CRF-SP
Informações adicionais:	

Sistema:	Atendimento Eletrônico (reqnet)
Objetivo:	Serviços na internet para os inscritos no CRF
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Atendimento
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Alteração de endereço, emissão de boletos, comunicados de ausência e emissão de certificados
Informações adicionais:	

Sistema:	CAT
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente, para cadastrar os atendimentos e orientações efetuadas
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Fiscalização/Orientação
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Cadastrar os atendimentos e orientações realizadas, consultas aos atendimentos, emissão de relatórios
Informações adicionais:	

Sistema:	Cobrança / Financeiro
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para controle de arrecadação do CRF-SP
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Controladoria
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de débitos
Informações adicionais:	

Sistema:	DTI / Sistemas
Objetivo:	Módulo desenvolvido internamente para dar acesso aos usuários aos sistemas
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de TI
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Controle de permissões aos usuários nos sistemas
Informações adicionais:	

Sistema:	Ética
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para registrar o histórico de todos os processos éticos abertos pelo Conselho Regional de Farmácia.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência da Secretaria Central das Comissões de Ética
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Controle de todos os processos éticos disciplinares instaurados pelo CRF-SP
Informações adicionais:	

Sistema:	Eventos
Objetivo:	O Sistema desenvolvido internamente com o objetivo de automatizar e auxiliar os usuários no processo de inscrições para os diversos eventos organizados.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Eventos
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Permite aos usuários do sistema organizar agenda de eventos, realizar inscrições, emitir

boletos, acompanhar inscrições, emitir lista de presença e certificados.

Informações adicionais:

Sistema:	Fiscalização
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para gerenciar o processo de fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência Geral de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle dos processos de Fiscalização do CRF-SP
Informações adicionais:	

Sistema:	Jurídico
Objetivo:	O sistema desenvolvido internamente, para gerenciar os processos do jurídico e tarefas do departamento.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência Jurídica
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Controle de processos, visualização de valores atualizados pelo sistema, emissão de listagem de débitos pendentes, execução fiscal (com impressão de boleto), emissão de certidões, parcelamento judicial.
Informações adicionais:	

Sistema:	Portal do RH
Objetivo:	Controle das relações trabalhistas com os funcionários
Responsável técnico:	Totvs Tecnologia
Responsável da área de negócio:	Gerência de Gestão de Pessoas
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de ponto e folha de pagamento
Informações adicionais:	

Sistema:	Processo Fiscal
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente responsável pela análise de recursos e multas punitivas dos inscritos PJ
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Processo Fiscal
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle e emissão de multas para empresas
Informações adicionais:	

Sistema:	Siscont.NET
Objetivo:	Módulo adquirido da empresa Implanta para controle orçamentário.

Responsável técnico:	Implanta Tecnologia
Responsável da área de negócio:	Contador do CRF-SP
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de todas as etapas da execução das despesas e das receitas, inclusive com a retenção dos tributos quando ocorre o registro dos pagamentos.
Informações adicionais:	

Sistema:	Sisdia
----------	--------

Objetivo: Sistema desenvolvido internamente para controle dos pedidos de concessões de diárias, devidas quando os colaboradores ou funcionários do CRF-SP necessitam se deslocar para desempenhar suas atividades.

Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Coordenador da Central de Deslocamento
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Cadastramento, registro, cálculo e emissão de diárias
Informações adicionais:	

Sistema:	Trâmite de Documento
----------	----------------------

Objetivo: Sistema desenvolvido internamente responsável pelo andamento dos serviços solicitados pelos inscritos

Responsável técnico: Gerência de TI

Responsável da área de negócio: Gerência de Trâmite de Documentos

Criticidade para a unidade: Alta

Principais funcionalidades: Controle de todos os dados cadastrais dos inscritos no CRF-SP

Informações adicionais:

CAPACITAÇÕES

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

No ano de 2015 foram capacitados dois analistas de sistemas para a incorporação do suporte e aperfeiçoamento das plataformas móveis (aplicativos “Farmacêutico” e “CRF-SP) hoje disponibilizadas pelo CRF-SP, nas lojas do Google e Apple, respectivamente para atendimento da população e usuários da entidade.

FORÇA DE TRABALHO TI

”

Força de trabalho TI	Relação com a Entidade	Quantidade
Estagiários	Estágio Remunerado 6hs	2
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	Celetista 8hs	7
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades		0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	Celetista 8hs	1
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades		0
Terceirizados		0

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TCU

Não exercício de 2015 não foram proferidas recomendações específicas a esta autarquia.

9.2 INTERNO

Não exercício de 2015 não foram proferidas recomendações específicas pela Comissão de Tomada de Contas desta autarquia.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não exercício de 2015 não houve ocorrência de danos ao erário.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há outras informações relevantes.

11 - ANEXOS E APÊNDICES



Visão

Ser referência na orientação, fiscalização e desenvolvimento para o exercício ético da profissão e garantir atendimento confiável e de qualidade à sociedade.



Missão

Orientar e fiscalizar o profissional para torná-lo consciente da importância da conduta ética da profissão com a saúde pública, proporcionando seu desenvolvimento e ainda a satisfação de integrar uma entidade eficaz e de referência, como usuário/cliente, voluntário e funcionário.

Valores



Compromisso social

Aplicamos e contribuimos no aperfeiçoamento da legislação pertinente ao âmbito profissional e na disseminação do conhecimento à população, através de ações educativas.



Relacionamento com usuários

Prestar atendimento com qualidade, excelência e inovação constante.



Inovação

Inovar constantemente os métodos e processos internos, buscando agilidade e qualidade na prestação de serviços e informações aos usuários/clientes.



Reconhecimento

Reconhecer o talento e dedicação dos colaboradores, estimulando o auto desenvolvimento e entusiasmo, motivando o trabalho individual e em equipe.



Ética

Zelosos com a profissão e com a saúde pública agimos indistintamente com respeito e transparência, transmitindo confiança e credibilidade aos usuários/clientes, voluntários e funcionários.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Capote Valente, 487 - Jd. América - CEP: 05409-001 - São Paulo/SP

Assinatura(s)

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'P. E. M.', enclosed in a thin black rectangular border.

PEDRO EDUARDO MENEGASSO

PRESIDENTE

01/01/2016 a 31/12/2017